



**NIA**

NÚCLEO  
DE INVESTIGAÇÃO  
ARQUEOLÓGICA

**ERA**  
ARQUEOLOGIA

4

# ***APONTAMENTOS***

*de Arqueologia e Património*

MAI 2009

Título: **Apontamentos de Arqueologia e Património**

Propriedade: **Era-Arqueologia S.A.**

Editor: **Núcleo de Investigação Arqueológica – NIA**

Local de Edição: **Lisboa**

Data de Edição: **Maio de 2009 (1º quadrimestre)**

Capa: excerto de fotografia de António Valera  
(escavações no sítio romano da Casa do Governador  
da Torre de Belém)

Contactos

e envio de originais: [nia@era-arqueologia.pt](mailto:nia@era-arqueologia.pt)

Os originais deverão ter um máximo de oito a dez páginas A4, dactilografadas a um espaço e meio (letra Arial, tamanho 10), incluindo referências bibliográficas. Imagens são entregues à parte, juntamente com resumo em inglês (ou português se a língua do texto for outra – inglês, francês ou castelhano).

Revista Electrónica Quadrimestral

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.



## ÍNDICE

EDITORIAL .....	05
Ângela Ferreira, Sandra Brazuna e Tiago Nunes O SÍTIO NEOLÍTICO DA MALHADA DA OURADA 2 (SERPA): PRIMEIROS RESULTADOS .....	07
Marta Moreno-Garcia e Nelson Cabaço RESTOS FAUNÍSTICOS EM CONTEXTO FUNERÁRIO: FOSSAS 7 E 11 DOS PERDIGÕES (REGUENGOS DE MONSARAZ) .....	11
Cláudia Costa AS ESPÉCIES ANIMAIS REPRESENTADAS NAS VILLAE ROMANAS DA REGIÃO DE FREIXO DE NUMÃO (VILA NOVA DE FOZ CÔA, PORTUGAL)I .....	15
Lúcia Miguel e Ricardo Miguel Godinho NOTÍCIA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO MONTE DAS COVAS (BEJA) .....	23
Carlos Fabião O OCIDENTE DA PENÍNSULA IBÉRICA NO SÉCULO VI: SOBRE O <i>PENTANUMMIUM</i> DE JUSTINIANO I ENCONTRADO NA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE PREPARADOS DE PEIXE DA CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM, LISBOA .....	25

Sandra Brazuna e Manuela Dias Coelho FUNCHAIS 6: RESULTADOS PRELIMINARES DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA. ....	51
Marina Paiva Pinto e Inês Mendes da Silva INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA EM ALGODRES: RESULTADOS PRELIMINARES .....	59
Ricardo Miguel Godinho e Sandra Brazuna CULTURE AND TAPHONOMY AT THE ISLAMIC NECROPOLIS OF XANCRA II, BEJA. ....	65
Leonor Medeiros A FERRARIA DA FOZ DO ALGE. ELEMENTO PATRIMONIAL SUBMERSO .....	71



## EDITORIAL

Em Portugal, de Norte a Sul (mas talvez sobretudo nas zonas mais meridionais), está toda uma revolução a acontecer. Não política, não social, mas “empírica” e no que à Arqueologia diz respeito. São dezenas e dezenas de sítios arqueológicos que estão a aparecer no âmbito do impacto de empreendimentos em curso. Em muitas dessas situações, esses dados estão verdadeiramente a construir novas “paisagens arqueológicas” e irão revolucionar os conhecimentos que se tinham para vários períodos em várias regiões. Mas que sabe o país de tudo isto? Arrisco a dizer que muito pouco.

É notável como quase não há notícias nos média sobre este assunto. Esta ausência (ou raridade extrema) é de tal forma gritante, que se constitui ela própria como notícia. Porque razão um conjunto significativo de descobertas arqueológicas, realizadas no âmbito de trabalhos de minimização (alguns dos quais sistemáticos e pouco comuns em terras lusas e mesmo ibéricas), não capta o interesse da comunicação social? Saberá ela do que se passa? Provavelmente não.

Entretanto vão-se perdendo mais oportunidades de divulgar a actividade arqueológica profissional junto do grande público, de se fazer pedagogia pelo património, de se afirmar socialmente a relevância do trabalho do arqueólogo e de se documentar a forma como se cumprem directivas relacionadas com o desenvolvimento sustentado.

Deveria esta divulgação interessar a promotores que pagam, ao Igespar que tutela, às empresas que prestam serviços, aos arqueólogos que executam no terreno essas operações de minimização, às equipas de investigação que desenvolvem projectos a partir desses trabalhos (ou que os enquadram). Deveria interessar aos jornalistas, pois é notícia. Deveria interessar à sociedade, pois é conhecimento e cultura.

E no entanto... nada ou quase nada. Como se fosse tudo uma grande irrealdade.

*António Carlos Valera*



# O SÍTIO NEOLÍTICO DE MALHADA DA OURADA 2 (SERPA): PRIMEIROS RESULTADOS

Ângela Ferreira<sup>1</sup>  
Sandra Brazuna<sup>1</sup>  
Tiago Nunes<sup>1</sup>



Figura 1 – Localização do sítio de Malhada da Ourada 2.



Figura 2 – Lareira.

## 1. Introdução

A intervenção arqueológica realizada no sítio de Malhada da Ourada 2 enquadrou-se numa perspectiva de minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da execução da Conduta Elevatória de Pedrógão, da Central Hidroeléctrica de Serpa e Estação Elevatória de Torre do Lóbio por parte de EDIA,S.A..

Apesar do sítio ter sido classificado no EIA como de período Alto-Medieval, a observação de superfície e os resultados das sondagens apontam para uma ocupação pré-histórica do local e para uma ocupação de época romana nas imediações.

Tendo em conta a classificação cronológica atribuída no EIA, o plano de minimização de impactes previu a realização de sondagens mecânicas. No decorrer destas, foram identificados contextos pré-históricos preservados.

Como resultado dos vestígios identificados na primeira fase de trabalhos, foram realizadas sondagens manuais, que revelaram novos dados que permitiram enquadrar esta ocupação pré-histórica num momento do Neolítico antigo.

## 2. Localização do Sítio

O sítio de Malhada da Ourada 2 localiza-se a SE do paredão da Barragem de Pedrógão, na freguesia de Brinches, concelho de Serpa, distrito de Beja.

Situa-se no topo de um cabeço pedregoso, junto à confluência do Barranco da Azenha da Aldeia com o Guadiana, sendo esta uma área de montado. A plataforma em que se encontra evidencia-se pela protecção natural, caindo para o Guadiana em ravina e encontrando-se limitado a Este e Sudeste pelo Barranco da Azenha da Aldeia e a Oeste por uma pequena linha de água. Desta forma o seu acesso encontra-se facilitado apenas por Sul.

Do ponto de vista geológico, este sítio encontra-se implantado numa área onde se verifica a presença de afloramentos graníticos do maciço de Beja, do Carbónico, e de terraços fluviais da bacia do Guadiana, do Quaternário.

## 3. Trabalhos arqueológicos

A área intervencionada situa-se no topo de um cabeço, tendo sido realizadas dez sondagens, sendo as primeiras cinco mecânicas e as restantes manuais, ao longo do eixo do traçado da vala da Conduta Principal para escoamento de águas a partir da Barragem de Pedrógão.

Numa primeira análise da superfície do local, foi observada a presença de um número elevado de materiais líticos, sobretudo de lascas e núcleos em

<sup>1</sup> Era Arqueologia S.A.

quartzito. Observaram-se também materiais de cronologia romana, nomeadamente fragmentos de cerâmica e de pavimentos em *opus signinum*.

As sondagens de diagnóstico permitiram concluir que os materiais de cronologia romana correspondiam a escorrências de um local mais elevado do cabeço, onde se deverá situar a ocupação romana.

Relativamente à presença pré-histórica, nas sondagens 4 e 8 foram detectados contextos preservados, nomeadamente uma lareira e uma área de talhe.

A estrutura denominada de lareira (sondagem 4) tinha sido já identificada nas sondagens mecânicas, tendo sido parcialmente afectada. Corresponde a uma realidade que terá sido escavada no afloramento granítico, apresentando uma forma sub-circular. Encontrava-se preenchida por blocos de granito, que apresentavam uma coloração avermelhada devido à alteração sofrida pelo calor, e por seixos e lascas em quartzito e quartzo. Não se identificou qualquer elemento orgânico, quer no interior, quer no exterior desta estrutura.

A área de talhe foi reconhecida no limite da sondagem 8, observando-se núcleos e lascas de quartzo e quartzito, sendo identificadas diversas remontagens.

Devido à identificação das realidades referidas, e com base nos dados recolhidos, foi estabelecida uma área de maior probabilidade de existência de contextos preservados, tendo sido determinada a escavação integral da zona a afectar pela obra.

#### 4. Dados da cultura material

A observação preliminar do conjunto dos materiais pré-históricos recolhidos permite afirmar que estes são resultado de uma ocupação deste local num momento do Neolítico antigo.

O conjunto artefactual é constituído maioritariamente por lascas tipo gomo de laranja em quartzito, sendo, no entanto, também observada a presença de artefactos em quartzo, sílex e chert. Estas matérias-primas foram utilizadas para a produção de uma indústria microlítica, constituída sobretudo por lamelas, embora se tenham ainda recolhido pequenas lascas e um crescente em sílex.

É possível afirmar que estão presentes todos os momentos que constituem a cadeia operatória de pedra talhada, recolhendo-se núcleos, lascas e lamelas corticais, assim como utensílios e restos de talhe, em todas as matérias-primas já referidas.

Foram também recolhidos diversos fragmentos de cerâmica manual, apresentando alguns deles decoração. Relativamente ao número de artefactos em pedra lascada, o conjunto cerâmico é de dimensões reduzidas.

#### 5. Considerações finais

Encontrando-se o sítio ainda em fase de escavação, é possível apenas afirmar, com base na observação do conjunto artefactual, que o sítio de Malhada da Orada 2 foi ocupado num momento inicial do Neolítico, podendo, pela sua implantação ser considerado um local de observação de caça.



Figura 3 – Área de talhe.



Figura 4 – Lamelas em sílex, quartzo hialino e chert e crescente em sílex.



Figura 5 – Lascas em quartzito.

**Abstract**

**The Neolithic site of Malhada da Ourada 2 (Serpa): first results**

The Malhada da Orada 2 archaeological site (Serpa, Portugal) was intervened in the context of the construction of Pedrógão's dam main conduct of water draining. During the excavation preserved contexts of a pre-historic occupation were identified, namely: a fireplace and a lithic reduction area. Based on a preliminary analysis of the archaeological materials, these contexts are chronologically framed in the Early Neolithic.



Figura 6 – Fragmentos de cerâmica decorada.



## RESTOS FAUNÍSTICOS EM CONTEXTO FUNERÁRIO: FOSSAS 7 E 11 DOS PERDIGÕES (REGUENGOS DE MONSARAZ)

Marta Moreno-García<sup>1</sup>  
Nelson Cabaço<sup>2</sup>



Figura 1 – Ossos do pé de *Sus* sp. recuperados na fossa 7. Foto: José Paulo Ruas.

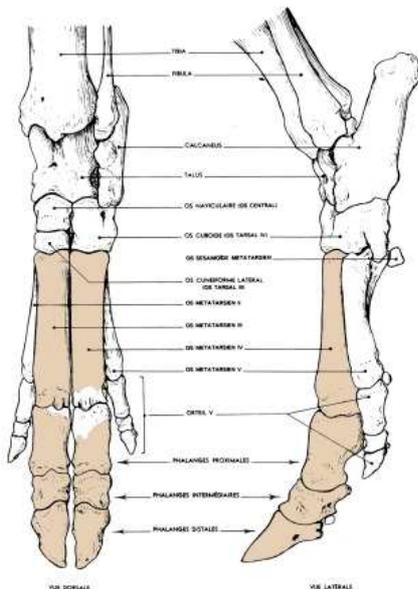


Figura 2 – Reprodução dos ossos da pata posterior de suídeo (Lámina 398 Barone 1986). A cores os ossos recuperados na fossa 7 dos Perdígões.

### 1. Introdução

Na intervenção de 2008 no Complexo dos Perdígões foram descobertos contextos funerários *in situ* nas fossas 7 e 11 da sondagem I2 (Valera, 2008). Enquanto na fossa 11 se verificou a presença de três indivíduos em conexão anatómica (ver Figura 13 em Valera, 2008), na fossa 7 apenas foi possível registar algumas partes anatómicas em conexão mas não esqueletos (ver Figura 15 em Valera, 2008), situação relacionada com o remeximento antigo e a remoção parcial daqueles restos humanos (Godinho, 2008). Associados a estas deposições funerárias foram recuperadas duas patas de suídeo (*Sus* sp.) parcialmente articuladas cuja análise constitui o objectivo do presente trabalho.

### 2. Metodologia

As semelhanças morfológicas entre porco doméstico (*Sus domesticus*) e javali (*Sus scrofa*) dificultam a separação taxonómica de ambas as espécies (Payne e Bull, 1988). Assim, apesar de se ter recorrido à colecção de referência do Laboratório de Arqueozologia do IGESPAR (Moreno-García et al., 2003) não foi possível apurar a identificação específica dos restos estudados.

Na tentativa de determinar a idade de morte foi considerado o estado de ligação das epífises às suas respectivas diáfises, sendo que tal ligação não acontece até ao fim do período de crescimento do animal (Silver, 1969). Portanto, a existência de epífises não ligadas indicia a presença de indivíduos juvenis e sub-adultos. Saliente-se que os estádios de idade de acordo com este método são orientadores já que se baseiam em um número reduzido de amostras de populações actuais (Bull e Payne, 1982; Bridault et al., 2000).

Foi ainda observada a ocorrência de alterações de origem antrópica, animal ou diagenética na superfície dos ossos com o objectivo de reconhecer quais os processos tafonómicos que afectaram as duas patas de suídeo (*Sus* sp.) antes e após a sua integração neste contexto funerário.

### 3. Análise Arqueozoológica

Na fossa 7 observou-se a presença de ossos de uma pata de suídeo junto aos ossos de uma perna humana (Valera, 2008). Trata-se de um metatarso 3, um metatarso 4, duas primeiras falanges, duas segundas falanges e duas terceiras falanges (Tabela 1; Figura 1). Estes elementos correspondem à parte central da pata do membro posterior do lado esquerdo (Figura 2). Verifica-se a ausência dos metatarsos laterais - 2 e 5, assim como das respectivas falanges.

Na fossa 11, por trás da pelvis do indivíduo adolescente, que se encontrava depositado encostado à parede, foi recuperada uma outra pata de suídeo em conexão anatômica (Valera, 2008). Neste caso, consta de cinco ossos carpais (*scaphoide, semilunar, pyramidal, os crochu e capitatum*), de três sesamóides, dos metacarpos 2, 3 e 4, de duas primeiras falanges, duas segundas falanges e duas terceiras falanges. Todos estes restos fazem parte da pata do membro anterior do lado esquerdo (Tabela 1; Figura 3). Embora o número de elementos seja maior que os recuperados na fossa 7, esta “mão” também não se encontra completa. Verifica-se a ausência do metacarpo 5, das respectivas falanges, assim como das falanges que articulariam com o metacarpo 2 (Figura 4).

Relativamente à idade de morte do animal ou animais representados por estas duas patas foi considerado, no caso dos metápodos (metacarpos na Fossa 11 e metatarsos na fossa 7) o estado de ligação das epífises distais e, no caso das primeiras e segundas falanges, o estado de ligação das epífises proximais. Bridault et al. (2000) no seu trabalho com uma população actual de javalis das florestas do Departamento de Oise, 50-80 km ao norte de Paris, registam os seguintes intervalos de tempo para a fusão das epífises:

- i) as epífises proximais das segundas falanges apresentam um longo processo de fusão que se inicia aos 9 meses e pode acontecer até aos 17.5 meses;
- ii) as epífises proximais das primeiras falanges ligam entre os 17 e 21 meses;
- iii) as epífises distais dos metápodos ligam às respectivas diáfises entre os 22 e 25 meses de idade.

Na amostra dos Perdigões, todas as segundas falanges apresentam epífises fundidas, sugerindo pertencer a um ou dois animais mais velhos do que 17.5 meses. Das primeiras falanges completas (uma das recuperadas na fossa 7 encontra-se fracturada), apenas uma tem a epífise proximal sem ligar. Todos os metápodos apresentam epífises distais sem ligar. Em conclusão, os estádios referidos sugerem estamos perante um ou dois animais com idade entre o ano e meio e os dois anos.

O estado de conservação dos restos analisados é bom, não sendo observadas alterações significativas das superfícies ósseas. Verificam-se apenas dois ossos com fractura recente: uma primeira falange na fossa 7 e um metacarpo 4 na fossa 11. Não foram registadas quaisquer marcas de corte, sinais de termo-alteração ou de consumo por outros animais.

#### 4. Considerações finais

As fossas 7 e 11 cortavam-se, permitindo determinar que a primeira a ser aberta foi a fossa 7 (Valera, 2008). Os dados obtidos da análise arqueozoológica identificaram que as duas patas de suídeo recuperadas nestes contextos funerários correspondem aos membros anterior e posterior do lado esquerdo, não sendo possível determinar se pertencem ao mesmo animal. Nenhuma delas está completa. Faltam os dedos laterais de menores dimensões e no caso da fossa 7 os ossos tarsais, situação que indicia o remeximento de ambas as deposições originais, talvez na mesma altura em que teve lugar a remoção dos ossos humanos da primeira fossa.

No presente não existem dados para afirmar se as patas foram depositadas como elementos independentes. A ausência de marcas de corte na zona da articulação proximal dos metatarsos (fossa 7) e a presença de quase todos os ossos carpais, também sem vestígios de manipulação antrópica (fossa 11), sugerem que “pé” e “mão” poderiam estar ainda articulados com a parte inferior dos respectivos membros.



Figura 3 – Ossos da mão de *Sus sp.* recuperados na fossa 11. Foto: José Paulo Ruas

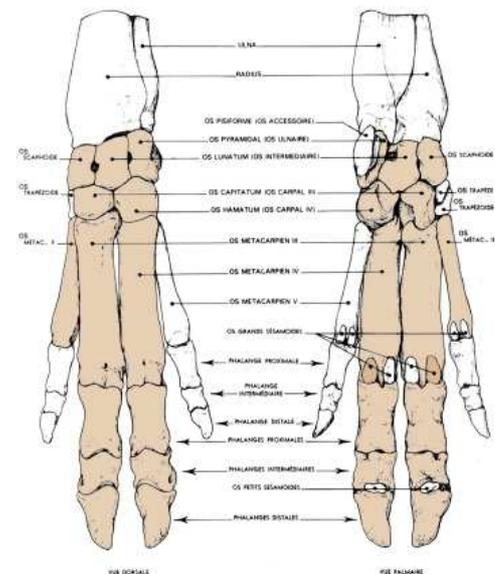


Figura 4 – Reprodução dos ossos da pata anterior de suídeo (Lâmina 284 Barone 1986). A cores os ossos recuperados na fossa 11 dos Perdigões.

Novas intervenções no Complexo dos Perdígões e achados desta natureza poderão permitir no futuro avaliar o seu significado e interpretar qual foi a sua função no ritual funerário.

Nº Inventário	Data	U.E	Fossa	Ossos	N	Espécie	Parte	Fusão	Lado
I2A4521/I2A4522	2008	I2U101	7	Metatarso 3	1	SUS	EP+D	DU	E
I2A4521/I2A4522	2008	I2U101	7	Metatarso 4	1	SUS	C	DU	E
I2A4521/I2A4522	2008	I2U101	7	1ª Falange	2	SUS	C		E
I2A4521/I2A4522	2008	I2U101	7	2ª Falange	2	SUS	C		E
I2A4521/I2A4522	2008	I2U101	7	3ª Falange	2	SUS	C		E
	2008	I2U59/I2U76	11	Metacarpo 3	1	SUS	C	PF+DU	E
	2008	I2U59/I2U76	11	Metacarpo 4	1	SUS	C	PF+DU	E
	2008	I2U59/I2U76	11	1ª Falange	2	SUS	C	PF+DF	E
	2008	I2U59/I2U76	11	2ª Falange	2	SUS	C	PF+DF	E
	2008	I2U59/I2U76	11	3ª Falange	2	SUS	C	PF+DF	E
	2008	I2U59/I2U76	11	Metacarpo 2	1	SUS	C	PF+DU	E
	2008	I2U59/I2U76	11	Scaphoide	1	SUS	C		E
	2008	I2U59/I2U76	11	Semilunar	1	SUS	C		E
	2008	I2U59/I2U76	11	Pyramidal	1	SUS	C		E
	2008	I2U59/I2U76	11	Os Crochu	1	SUS	C		E
	2008	I2U59/I2U76	11	Capitatum	1	SUS	C		E
	2008	I2U59/I2U76	11	Sesamoideo	3	SUS	C		E

Tabela 1- Relação dos restos faunísticos recuperados nas Fossa 7 e 11.

Chave: EP epífisis proximal; D diáfise; C completo; PF epífisis proximal fundida; DF epífisis distal fundida; DU epífisis distal sem fundir; E esquerdo

#### Bibliografia

- BARONE, R. (1986), *Anatomie comparée des mammifères domestiques. Tome 1 Osteologie*. Paris: Vigot Freres (3ª ed.).
- BRIDAULT, A., VIGNE, J.-D., HORARD-HERBIN, M.-P., PELLÉ, E., FIQUET, P., MASHKOUR, M. (2000), Wild boar – age at death estimates: the relevance of new modern data for archaeological skeletal material. 1. Presentation on the corpus. Dental and epiphyseal fusion ages. *Ibex J. Mt. Ecol.*, 5, 11-18.
- BULL, G., PAYNE, S. (1982), "Tooth eruption and epiphyseal fusion in pigs and wild boar", (Wilson, B.; Grigson, C.; Payne, S., eds) *Ageing and sexing animal bones from archaeological sites*. Oxford: BAR British Series, 109, p. 55-7.
- GODINHO, R. (2008), "Deposições funerárias em fossa nos Perdígões: dados antropológicos do Sector I", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, Lisboa, Nia-ERA, p. 29-34.
- MORENO-GARCÍA, M., PIMENTA, C. M., DAVIS, S., GABRIEL, S. (2003), "A osteoteca: uma ferramenta de trabalho", (Mateus, J. E.; Moreno-García, M., eds.) *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura*. Trabalhos de Arqueologia 29: 235-261. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- PAYNE, S., BULL, G. (1988), "Components of variation in measurements of pig bones and teeth, and the use of measurements to distinguish wild from domestic pig remains". *Archaeozoologia*, 2, p. 27- 65.
- SILVER, I. A. (1969), "The ageing of domestic animals", (D. Brothwell; Higgs, E. S., eds.) *Science in Archaeology*, 283-302. Thames and Hudson, London.
- VALERA, A.C. (2008), "Recinto Calcolítico dos Perdígões: fossos e fossas do Sector I", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, Lisboa, Nia-ERA, p. 19-27.

<sup>1</sup> Laboratório de Arqueozoologia. IGESPAR, IP. Av. da Índia 136, Lisboa.

<sup>2</sup> ERA-Arqueologia (NIA). Calçada de Santa Catarina, 9C 1495-705 Cruz Quebrada, Lisboa

## **Abstract**

### **Faunal remains from a funerary context: pits 7 and 11 from Sector I, Perdigões (Reguengos de Monsaraz)**

During the archaeological survey carried out in 2008 in Sector I at Perdigões enclosure's complex several human funerary depositions were identified in pits 7 and 11. Associated with them two suid feet were recovered. Their archaeozoological study is presented here.

The bones of pig (*Sus domesticus*) and wild boar (*Sus scrofa*) are difficult to identify specifically. For this reason, even after consulting the reference collection of the Archaeozoology Lab at IGESPAR they remain as suid (*Sus* sp.). The age-at-death was estimated from the epiphyseal fusion stages. In addition, they were carefully observed to detect cut marks, signs of burning or modifications of animal origin.

In pit 7, we identified part of the bone elements that constitute the hind foot: metatarsal 3, metatarsal 4, two first phalanges, two second phalanges and two third phalanges. They were all from the left side.

In pit 11, skeletal elements from a front foot were recovered still articulated. They included five carpal bones (*scaphoide*, *semilunar*, *pyramidal*, *os crochu e capitatum*), three sesamoids, metacarpals 2, 3 and 4, two first phalanges, two second phalanges and two third phalanges. They were also from the left side.

Since none of the distal epiphyses of these metapodials were fused but most of the first and second phalanges presented proximal epiphyses fused it was estimated that the feet belonged to an animal or animals of between 18-24 months.

The archaeological evidence suggests that pit 7 was cut by pit 11 and that the human remains deposited there were partially removed. Thus, the hypothesis that these feet were not placed here as isolated elements cannot be excluded. They could have been part of whole posterior and anterior limbs of one or two animals that were removed simultaneously with the human skeletons from pit 7.

More finds of this nature will help to interpret their role in the funerary rituals undertaken in the Perdigões complex.

# AS ESPÉCIES ANIMAIS REPRESENTADAS NAS VILLAE ROMANAS DA REGIÃO DE FREIXO DE NUMÃO (VILA NOVA DE FOZ CÔA, PORTUGAL)<sup>1</sup>

Cláudia Costa\*



Figura 1 – Zimbro II. Fragmento de mandíbula direita de *Ovis/Capra*.

## 1. Introdução

A presente contribuição tem como objectivo a apresentação dos dados resultantes do estudo dos restos faunísticos recolhidos durante as escavações arqueológicas realizadas nas *villae* romanas do Prazo, Rumansil I e Zimbro II, com particular relevância para as espécies animais detectadas<sup>2</sup>. As *villae* localizam-se no concelho de Vila Nova de Foz Côa (Distrito da Guarda) e foram intervencionadas nos anos 90 no âmbito do projecto de investigação *Romanização do Aro de Freixo de Numão* da responsabilidade de A. Sá Coixão (Coixão, 2000 e 2001; Coixão *et al.*, 2003).

As colecções faunísticas provenientes do Rumansil I e do Zimbro II possuem uma cronologia contextual do século III/IV, e os restos do Prazo, que constituem o conjunto mais numeroso, têm proveniências contextuais diversas, apontando para uma cronologia mais alargada, entre o século II e o século IV.

Quadro1 - Totais de restos estudados

Sítio	Total
Prazo	
Séc. II	50
Séc. III	183
Séc. IV	482
Rumansil I	632
Zimbro II	217

## 2. Espécies representadas

A listagem faunística elaborada a partir do estudo das colecções é pouco variada e reporta-se, quase em exclusivo, a animais mamíferos, embora, pontualmente, se tenham identificado restos de aves.

### *Ovis/Capra*

A falta de elementos de diagnose conservados inviabilizou a distinção entre *Ovis aries* e *Capra hircus* que correspondem a duas espécies muito semelhantes quanto à morfologia do esqueleto. Assim, os elementos atribuíveis a estas espécies foram integrados num único grupo morfológico designado como *Ovis/Capra*. Não nos sendo possível, portanto, avaliar a

\* Bolseira de doutoramento da FCT, [cauca@archaeologist.com](mailto:cauca@archaeologist.com)

<sup>1</sup> O estudo alargado encontra-se publicado na revista *Côavisão*, nº 10 (Costa, 2008)

<sup>2</sup> Os restos faunísticos foram identificados com recurso à colecção de referência de vertebrados do Laboratório de Arqueozoologia do IGESPAR.

efectiva presença de uma ou outra espécie, não foi calculado o Número Mínimo de Indivíduos (NMI) do grupo.

Em síntese, nas colecções estudadas dos sítios do aro de Freixo de Numão verificamos que, à excepção dos níveis datados do século IV do Prazo, este grupo taxonómico domina, em número de restos, todos os contextos estudados. Uma análise pormenorizada dos estados de maturação geral do esqueleto revelou que são tendencialmente abatidos em idade adulta, embora pontualmente fossem sacrificados alguns animais jovens ou mesmo infantis no Zimbro II e no Prazo. No universo recuperado do Rumansil I, os ovinos/caprinos representados foram mortos em fase adulta, sem excepção.

Quadro 2 - Número de restos determinados taxonomicamente (NRDt) e número mínimo de indivíduos (NMI) em cada conjunto.

Sítio	Prazo, s. II	Prazo, s. III	Prazo, s. IV	Rumansil I	Zimbro II
<i>Ovis/Capra</i>	NRDt= 7	NRDt= 23	NRDt= 40	NRDt= 37	NRDt= 26
<i>Bos taurus</i>		NRDt= 18 MNI= 1	NRDt= 82 NMI= 3	NRDt= 25 NMI= 3	NRDt= 5 NMI= 2
<i>O. cuniculus</i>	NRDt= 6 MNI= 1		NRDt= 2 NMI= 1	NRDt= 1	NRDt= 11 NMI= 2
<i>Cervus elaphus</i>		NRDt= 2 NMI= 1	NRDt= 1 MNI= 1		NRDt= 1 NMI= 1
<i>Sus sp.</i>	NTR= 6	NRDt= 9	NRDt= 12	NRDt= 5	NRDt= 3
<i>Equus sp.</i>		NRDt= 1	NRDt= 1		
<i>Gallus gallus</i>			NRDt= 1		
<i>Galliforme</i>					NRDt= 2
<i>Mustelidae</i>				NRDt= 1	
<i>Canis familiaris</i>				NRDt= 67 NMI= 1	

#### *Bos taurus*

A análise dos dados aponta para que apenas na colecção proveniente do contexto datado do século IV da *villa* do Prazo o boi doméstico ocupe o principal lugar em número de restos. Nas restantes colecções verifica-se que o boi doméstico ocupa o segundo ou mesmo terceiro lugar em número de restos a seguir aos ovinos/caprinos.

A leitura genérica dos dados aponta para o abate de bois em idade adulta embora se tenham registado ossos de sub-adultos no Zimbro II e no contexto datado do século IV do Prazo.

#### *Sus sp.*

O género *Sus sp.* constitui um grupo taxonómico particular. O desenvolvimento de estudos biométricos a espécies de suínos vieram demonstrar que o javali ibérico apresenta dimensões muito próximas dos porcos domésticos (Albarella *et al.*, 2005) o que vem dificultar a distinção destes dois *taxa* a nível das colecções zooarqueológicas. A classificação segura ao nível da espécie só é obtida com a aplicação da biometria aos restos de *Sus sp.*, o que implica uma colecção numerosa e com grande número de elementos completos, que forneça dados estatisticamente válidos. As colecções analisadas são pouco numerosas, estando, aliás, este grupo taxonómico mal representado, não tendo sido possível implementar tais procedimentos metodológicos, ficando os restos classificados apenas ao nível do género.



Figura 2 – Rumansil I. Metatarso direito de *Ovis/Capra*.

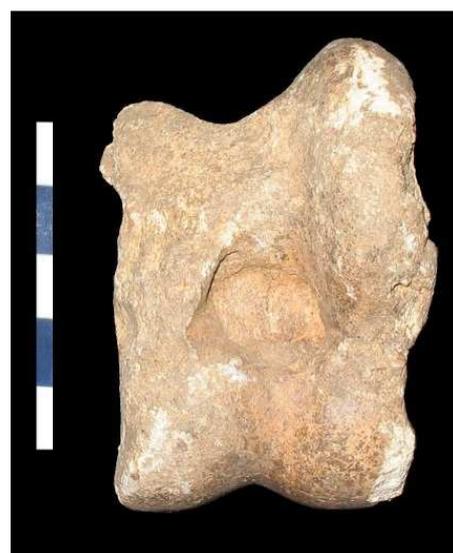


Figura 3 – Rumansil I. Astrágalo esquerdo de *Bos taurus*.



Figura 4 – Zimbro II. Ulna de Galliforme.

#### *Cervus elaphus*

A caça ao veado encontra-se praticamente ausente da economia das populações tardo romanas desta região do Douro, atestando-se apenas por alguns ossos dispersos o que impossibilita as interpretações da verdadeira importância deste *taxon*. Este aspecto contrasta com o panorama do Sul de Portugal, como na *villa* de Torre de Palma (Monforte) onde os animais caçados assumem a significativa percentagem de 27% (17,2 % de veado) (MacKinnon, 1999-2000) e Quinta das Longas (Elvas) onde só os restos de veado constituem 19,13% (Cardoso & Detry, 2005). Na Ilha do Pessegueiro, embora se reporte a um porto romano, logo com vivências humanas diferentes das de uma *villa*, a caça ao veado é particularmente importante sendo efectivamente interpretada como a base da subsistência (Cardoso, 1993).

A redução da frequência dos veados no registo arqueológico foi registada na Alcáçova de Santarém, a partir da Idade do Ferro, acentuando-se em período islâmico. Este facto foi interpretado como resultado das alterações de carácter ambiental como consequência da desflorestação que a pressão demográfica terá causado (Davis, 2006).

#### *Equus sp.*

O grupo dos equídeos poderá ser de difícil identificação ao nível da espécie uma vez que ossos de burro e cavalo são muito semelhantes (Davis, 2006). Nos conjuntos das *villae* estudadas foram recuperados apenas dois restos de equídeos não determinados: um molar superior não determinado e um carpal, ambos do Prazo, o primeiro proveniente do contexto datado do século III e o segundo no contexto do século IV.

#### *Oryctolagus cuniculus*

Embora o coelho seja uma espécie que se encontra bem representada no mundo romano, tendo sido registado em larga escala na Alcáçova de Santarém (Davis, 2006), em Torre de Palma (MacKinnon, 1999-2000), e em menor representação na Quinta das Longas (Cardoso & Detry, 2005), trata-se de uma espécie mal atestada nos três sítios da região do Douro agora estudados. Apenas no Zimbro II e na primeira fase de ocupação da *villa* do Prazo os restos de coelho possuem percentagens significativas. No Rumansil I encontra-se, no entanto, sub-representado. Esta realidade poderá ser explicada por questões que se prendem com conservação diferencial dos restos.

#### Carnívoros

Os carnívoros presentes nos conjuntos recuperados correspondem ao cão, cujos restos compatíveis entre si se reportam a um único indivíduo, e a um exemplar da família *mustelidae* não identificado, ambos reconhecidos no Rumansil I.

O cão, como animal doméstico, partilha o espaço com o homem e acaba por disputar os restos alimentares das refeições humanas, tendo-se verificado as marcas desta acção num fragmento de diáfise de osso longo. Foi de igual modo registado um enterramento (Fossa) de um indivíduo adulto dentro de um espaço funcional, sinal da importância que este animal possuía para a comunidade.

O mustelídeo, o único representante de animal carnívoro selvagem, está representado por um fémur. Não foi possível classificar com certeza este elemento, mas, pelas dimensões que apresenta, é muito provável que pertença a um arminho, animal que ocupa habitats diversificados com alguma cobertura vegetal, incluindo terrenos agricultados, utilizando como



Figura 5 – Rumansil I. Diáfise de osso longo com marcas de roído.

tocas os buracos das árvores ou as fendas das rochas (MacDonald & Barret, 1993).

#### Aves

Nos conjuntos ora estudados verificamos a baixa frequência de ossos de aves o que inviabiliza o alcance da verdadeira importância deste grupo de animais. Estes são exclusivos do Zimbro II onde foram recuperados dois restos de galliforme e do Prazo (contexto do século IV) onde foi identificado apenas um osso de *Gallus gallus*.

#### Observações finais

A economia do mundo rural tardo romano da Província da Lusitânia encontra-se ainda muito mal conhecida. Como a actividade económica de uma comunidade está intimamente ligada a um variado conjunto de factores como sejam os recursos disponíveis, quer ambientais quer geográficos, a acessibilidade às matérias-primas, entre outros, são necessários estudos de carácter específico no sentido de ampliar o quadro dos conhecimentos disponível. A arqueozootologia pode revelar-se particularmente importante neste contexto uma vez que, estudando os restos arqueofaunísticos, é possível não só conhecer a paleodieta da comunidade humana, mas também compreender as principais actividades por ela praticada e, numa perspectiva de análise em macroescala, definir zonas geográficas especializadas na exploração e produção de determinados produtos.

A leitura dos dados disponíveis das colecções agora estudadas terá que ser obrigatoriamente muito cautelosa. As principais limitações à interpretação de conjunto prendem-se com o carácter das próprias colecções disponíveis: por um lado a exiguidade da amostra e por outro a falta de elementos conservados que possibilitassem um maior grau de identificação de suínos, equinos e distinção entre cabras e ovelhas. Como consequência, a avaliação relativa dos diferentes animais representados aparece francamente comprometida, sendo as interpretações de conjunto viáveis apenas com base no número total de restos de cada *taxon* e não no número mínimo de indivíduos representados na amostra.

Não obstante, a observação dos dados disponíveis aponta para a possibilidade dos ovinos/caprinos constituírem o principal grupo doméstico explorado nas *villae* da região do Douro Português seguido pelos bovinos, em conformidade, aliás, com o que tem sido observado noutras *villae* do mesmo período, como Torre de Palma e Quinta das Longas, ambas na região alentejana.

Relativamente à caça, verifica-se, ao contrário de Torre de Palma e Quinta das Longas, uma importância desprezível nas *villae* do Douro Português. Avaliando os dados disponíveis para os diversos contextos tardo romanos conhecidos no actual território português, parece haver numa tendência generalizada da diminuição da importância do espectro selvagem no âmbito da exploração faunística das comunidades humanas. A título de exemplo, a diminuição da frequência e do tamanho do veado nas colecções da Alcáçova de Santarém, estudadas por S. Davis (2006), foram interpretadas como reflexo das alterações ambientais que o aumento da pressão demográfica terá causado, desde a Idade do Ferro.

Em síntese, a leitura dos dados, ainda que preliminares, sugere a prática de uma economia de subsistência baseada na criação de gado ovino/caprino e bovino que servia de base da alimentação da comunidade. A acumulação dos restos arqueofaunísticos nos diversos contextos analisados dentro das *villae* poderá ser interpretada como “lixeiros domésticos” compostas pelos desperdícios do abate e desmanche das carcaças dos animais, mas também



Figura 6 - Prazo. Fragmento de costela com marcas de corte.

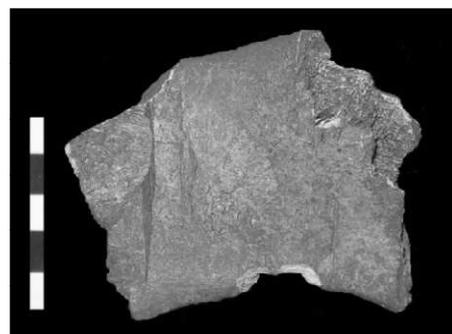


Figura 7 - Rumansil I. Fragmento de pélvis de *Bos taurus* com marcas de corte.

do consumo da carne que ficaria a céu aberto acessível, assim, a alguns animais roedores.

## **Bibliografia**

- ALBARELLA, U. et al, (2005), "Pigs of the « Far West »: the biometry of *Sus* from archaeological sites in Portugal", *Anthropozoologica*, 40, 2, Paris, pp. 27-54.
- CARDOSO, J. L. (1993) "Anexo III- Restos de grandes mamíferos da ilha do Pessegueiro. Contribuição para o conhecimento da alimentação na época romana", C. T. SILVA e J. SOARES, *Ilha do Pessegueiro Porto Romano da Costa Alentejana*, Instituto de Conservação da Natureza, pp. 205-215.
- CARDOSO, J. L. e DETRY, C. (2005), "A lixeira baixo-imperial da uilla da Quinta das Longas (Elvas): a análise arqueozoológica e significado económico-social", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8, 1, pp. 369-386.
- COIXÃO, A. N. S. (2000), "A romanização do aro de Freixo de Numão", in *Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica*, 6, *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, UTAD, Vila Real, Porto, ADECAP, pp. 421 – 440.
- COIXÃO, A. N. S. (2001) , "O complexo arqueológico do Prazo (Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Côa)", *Praça Velha. Revista de Cultura da Cidade da Guarda*, 10, pp.41-56.
- COIXÃO, A. N. S., et al. (2003), "Os fornos de cerâmica do Rumansil I", *Côavisão Cultura e Ciência*, 5, pp. 85 – 97.
- COSTA, C. (2008), "Os recursos animais em época romana no aro de Freixo de Numão", *Côavisão, Cultura e Ciência*, 10, pp. 189-222.
- DAVIS, S. (2006) , *Faunal remains from Alcáçova de Santarém, Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- MACDONALD, D. & BARRET, P. (1993) , *Mamíferos de Portugal e Europa*, Guias Fapas, Porto, Fapas.
- MACKINNON, M. (1999-2000), "O papel dos animais na economia rural da Lusitânia Romana: Zooarqueologia de Torre de Palma", *A Cidade, Revista Cultural de Portalegre*, 13/14, pp. 129-140.

## **Abstract**

### **The animal species present at the roman *villae* of Freixo de Numão region (Vila Nova de Foz Côa)**

The present paper aims to present the zooarchaeological data from the study of faunal collections from three roman *villae* from Vila Nova de Foz Côa, on the Portuguese Douro Region, Prazo, Rumansil I and Zimbro II, with particular highlighting for the animal species detected. These sites were studied and excavated during the 90<sup>th</sup>s, integrated in the investigation project for the knowledge of roman occupation in Freixo de Numão Region, under the direction of S. Coixão.

The faunal assemblages are contextually dated to the III/IV century, but in Prazo there was established two other chronological phases, so there is faunal assemblages from the II<sup>nd</sup> and V<sup>th</sup> century as well.

The list of species is short and doesn't diverge much, pointing to the prominence of mammals, despite a few bones were attributed to bird. The species found are *Ovis/Capra*, *Bos taurus*, *Sus* sp., *Cervus elaphus*, *Equus* sp., *Cannis familiaris*, unidentifiable *mustelidae*, *Oryctolagus cuniculus* and *Gallus gallus*.

The data points to the importance of domestic activities like sheep, goat and cattle breeding. On the other hand it reveals the almost complete absence of hunting practices.

Despite being preliminary data, this contribution wishes to help completing the big picture of economic activities of the Lusitanian province still unknown.

Quadro 3 - Zimbro II. Distribuição dos restos ósseos identificáveis.

	Ovis/ Capra	Bos taurus	O. cuniculus	C. elaphus	Sus sp.	Galliforme
Dentes soltos	9	2			1	
Frag. de mandíbula direita	3	2				
Áxis	1					
Escápula direita	1					
Escápula esquerda					1	
Epífise distal de úmero direito	1					
Ulna esquerda			1			1
Ulna direita			2			
Rádio esquerdo			1			
Epífise distal de rádio esquerdo			1			
Diáfise de metacarpo	2					
Pélvis direito			2			
Pélvis esquerdo			2			
Fémur direito			1			
Diáfise de fémur						
Tíbia esquerda	1					
Epífise distal não fusionada de tibia direita					1	
Tibiotarsus						1
Astrágalo direito	2					
Epífise distal não fusionada metatarso	1					
Epífise proximal de metatarso	1					
Cóndilo não fusionado	2					
1ª falange	1		1	1		
2ª falange	1					
3ª falange		1				
TOTAL	26	5	11	1	3	2

Quadro 4 - Prazo, século II. Espécies identificadas e perfil de representação anatómica.

	Ovis/ Capra	Sus sp.	O. cuniculus
Frag. crânio	3	5	1
Dentes soltos			
Costela			1
Ulna esquerda			1
Epífise proximal de rádio esquerdo	1		1
Metacárpico IV		1	
Pélvis de lado indeterminado			1
Epífise proximal de fémur direito	1		
Epífise proximal de tibia esquerda			1
Falange I	2		
Total	7	6	6

Quadro 5 - Prazo, século III. Espécies representadas e representação anatómica.

	Ovis/ Capra	Bos taurus	Sus sp.	Cervus elaphus	Equus sp.
Dentes soltos	8	5	7		1
Mandíbula esquerda	2				
Frag. mandíbula direita	1				
Escápula direita	1				
Epífise distal de úmero esquerdo	1				
Diáfise distal de úmero (lado indeterminado)	1				
Diáfise distal de úmero esquerdo	1				
Diáfise distal de úmero esquerdo não fusionada	1				
Diáfise de úmero de lado indeterminado		1			
Epífise proximal de rádio esquerdo		1			
Diáfise de metacárpico lado indeterminado	1				
Pélvis direito		2			
Pélvis de lado indeterminado			1		
Epífise distal de fémur de lado indeterminado	1				
Diáfise de fémur esquerdo	1				
Diáfise de fémur de lado indeterminado	1				
Epífise distal de tibia direita	1			1	
Diáfise de fibula de lado indeterminado			1		
Epífise proximal de metatársico		1			
Diáfise de metatársico				1	
Clacaneum direito		1			
Clacaneum esquerdo	1				
Frag. de astrágalo de lado indeterminado		1			
Falange I	1	3			
Falange II		3			
Total	23	18	9	2	1

Quadro 6 - Prazo, século IV. Espécies identificadas e perfil de representação anatómica.

	Ovis/ Capra	Bos taurus	Sus sp.	Cervus elaphus	Equus sp.	O. cuniculus	Gallus gallus
Dentes soltos	18	27	7			1	
Haste	2						
Frag. de crânio (maxila direita)		1					
Frag. de maxilar direito	1						
Mandíbula direita	3		1				
Mandíbula esquerda		2					
Escápula direita	2	3					
Escápula esquerda		2					
Escápula de lado indeterminado		1					
Epífise proximal de úmero esquerdo		1					
Epífise proximal de úmero (lado indeterminado)		2					
Epífise distal de úmero direito	3						
Epífise distal de úmero esquerdo	1						
Diáfise distal de úmero direito	2						
Diáfise de úmero (lado indeterminado)		8					
Diáfise proximal não fusionada de úmero direito	1						
Epífise proximal de rádio direito	1	1					
Diáfise de rádio direito		1					
Diáfise de rádio esquerdo	1						
Diáfise proximal não fusionada de rádio		1					
Diáfise distal não fusionada de rádio direito		1					
Porção proximal de rádio esquerdo			1				
Diáfise de rádio (lado indeterminado)	1	1					
Piramidal esquerdo					1		
Porção distal de metacarpo esquerdo		1					
Diáfise proximal de metacarpo				1			
Diáfise de metacarpo (lado indeterminado)		1					
Pélvis direito		1					
Frag. de pélvis de lado indeterminado		2					
Fémur direito						1	
Epífise proximal de fémur (lado indeterminado)		1					
Diáfise proximal não fusionada de tibia direita		1					
Diáfise proximal não fusionada de tibia esquerda		1					
Diáfise proximal de tibia (lado indeterminado)		1					
Epífise distal de tibia esquerda		1					
Porção distal de tibia esquerda	1						
Epífise proximal de tibiotarsus esquerdo							1
Metatarso III direito			1				
Metatarso IV direito			1				
Epífise proximal de metatarso (lado indeterminado)		1					
Diáfise de metatarso	2						
Diáfise distal de metatarso (lado indeterminado)		1					
Porção proximal de metatársico	1						
Frag. astrágalo direito		2					
Frag. astrágalo (lado indeterminado)		1					
Astrágalo direito			1				
Astrágalo esquerdo		1					
Calcaneum direito		1					
Calcaneum esquerdo		2					
Falange I	1	5					
Falange II	2	5					
Falange III		2					
Total	40	82	12	1	1	2	1

Quadro 7- Rumansil I. Espécies identificadas na camada 2 e representação anatómica.

	Ovis/ capra	Bos taurus	Sus sp.	O cuniculus	Mustelidae
Dentes soltos					
Fragmento de mandíbula		1			
Escápula direita	1				
Úmero direito		1			
Diáfise proximal de úmero direito		1			
Epífise distal de úmero direito	2	2			
Epífise proximal de rádio direito		1			
Epífise proximal de rádio esquerdo		1			
Diáfise de rádio de lado indeterminado		1			
Diáfise proximal de ulna direita		1			
Metacárpico direito	2				
Metacárpico com epífises não fusionadas direito	1				
Epífise proximal de metacarpo (lado indeterminado)	1				
Frag. pélvis esquerdo				1	
Fémur esquerdo					1
Diáfise de fémur direito	1				
Metatarso direito	1				
Diáfise de metatarso de lado indeterminado	1				
Astrágalo direito	1				
Frag. de astrágalo direito		1			
Calcaneum direito		1			
Frag. de Falange I		1			
Falange III		1			
Total	25	18	1	1	1

Quadro 8 - Rumansil I. Espécies identificadas na camada 2/3.

	Ovis/ Capra	Bos taurus	Sus sp.	Canis sp.
Dentes soltos	7	1	4	1
Frag mandíbula esquerda		1		
Epífise proximal de rádio esquerdo	1	1		
Diáfise de ulna direita		1		
Frag de pélvis		1		
Diáfise distal de tibia esquerda	1			
Diáfise distal de tibia direita	1			
Astrágalo de lado indeterminado	1			
Astrágalo esquerdo		1		
Total	11	6	4	1

Quadro 9 - Rumansil I. Espécies representadas na Fossa.

	Ovis/ Capra	Bos taurus	Canis familiaris
Crânio			1
Mandíbula direita			1
Mandíbula esquerda			1
Áxis			1
Atlas			1
Vértebras cervicais			2
Vértebras torácicas			7
Vértebras lombares			3
Frag. vértebra indeterminada			7
Costelas			4
Escápula esquerda			1
Úmero direito			1
Diáfise distal de úmero direito	1		
Epífise distal de úmero direito		1	
Úmero esquerdo			1
Rádio direito			1
Rádio esquerdo			1
Ulna direita			1
Ulna esquerda			1
Metacarpo II			2
Metacarpo III			1
Metacarpo IV			1
Osso pécnico			1
Pélvis direito			1
Pélvis esquerdo			1
Fémur direito			1
Fémur esquerdo			1
Tibia direita			1
Tibia esquerda			1
Calcaneum direito			1
Calcaneum esquerdo			1
Metatarso II			1
Metatarso III			2
Metatarso IV			2
Metatarso V			2
1ª falange			9
2ª falange			2
Total	1	1	66

## NOTÍCIA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO MONTE DAS COVAS 3 (BEJA)

Lúcia Miguel<sup>1</sup>  
Ricardo Miguel Godinho<sup>2</sup>



Figura 1 – Vista geral do cabeço.



Figura 2 – Plano geral do "poço" e da entrada para a câmara do hipogeu intervencionado na sondagem 3 do Monte das Covas 3.

O sítio do Monte das Covas 3 foi intervencionado no âmbito do processo de Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da execução da empreitada de beneficiação da rede viária e rede de drenagem do Aproveitamento Hidroagrícola de Alvito-Pisão, promovida pela EDIA S.A..

Situa-se no Concelho e Distrito de Beja, freguesia de S. Matias, e está localizado no topo de um pequeno cabeço sobranceiro à margem direita da Ribeira de Barreiros. Apesar de não ser um local muito destacado na paisagem, este cabeço apresenta uma excelente visibilidade da zona compreendida entre a Serra de Portel e Beja.

A intervenção realizada neste local permitiu a identificação de três fases muito distintas na dinâmica de ocupação do espaço. Atribuíveis à primeira fase de ocupação deste local foram identificadas uma série de estruturas negativas de cronologia pré-histórica (a ausência de materiais diagnóstico não permite uma atribuição cronológica mais fina), de tipologia e dimensão variada, escavadas no substrato geológico.

No interior de duas destas fossas foram identificados contextos funerários com vestígios de diversos indivíduos.

Na fossa da sondagem 3 foi escavado um hipogeu cuja câmara continha uma quantidade reduzida de ossos de um número mínimo de dois indivíduos (um sub-adulto e um adulto). Estes não apresentavam qualquer conexão anatómica encontrando-se dispersos pelo depósito de enchimento, horizontal e verticalmente. Dada a escassez de material osteológico não é possível abordar com consistência se este local terá sido um local de deposição primária ou secundária. Não obstante, a distribuição dos ossos no depósito de enchimento poderá sugerir que se trata de um local de deposição secundária. Reitera-se, contudo, que se trata de uma hipótese operativa.

Da fossa [704] foi exumado um número mínimo de 16 indivíduos (sub-adultos e adultos). O último indivíduo deposto é o único que não apresentava qualquer perturbação. Nos níveis abaixo deste indivíduo registou-se a presença muito frequente de ossos que não apresentavam qualquer conexão anatómica e de parte de esqueletos, mais ou menos completos, que se encontravam em conexão anatómica. Se o último indivíduo deposto não parece colocar grandes reticências acerca da natureza primária da sua deposição estes níveis parecem colocar mais interrogações acerca desta questão. Propõe-se, contudo, que estes também corresponderão a um período de utilização primária desta estrutura funerária, mas cuja intensa utilização e reutilização, com deposição sucessiva de indivíduos, resultou em diversos processos de redução que, parece-nos, justificarão a presença dos ossos sem conexão anatómica e das partes de esqueletos em conexão. O último esqueleto encontrava-se em posição fetal com o crânio orientado para NO e os pés para SE. Nos restantes indivíduos não é possível inferir qual a sua posição de deposição nem a sua orientação. A posição que apresentam reflecte não as suas disposições originais mas antes o resultado dos diversos processos de redução.

<sup>1</sup> Era Arqueologia / NIA

<sup>2</sup> ERA Arqueologia / NIA; Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.

Nesta fossa destaca-se, ainda, a presença de parte de um esqueleto de um provável canídeo em conexão anatómica, um conjunto de carpos e metacarpos em conexão e de parte de uma arcada dentária de um possível herbívoro.

Foram ainda identificados uma série de depósitos que foram interpretados como votivos, com uma quantidade impressionante de cerâmica campaniense, em muito bom estado de conservação, datados entre a 2ª metade do séc. II A.C. e a 1ª metade do séc. I D.C., assim como uma série de pequenos vasos, de fabrico manual, que poderão ter tido também uma função votiva. Estes depósitos encontravam-se igualmente em fossas, embora de menor dimensão, e foram enquadrados numa segunda fase de sacralização deste espaço.

Finalmente, numa terceira fase de ocupação deste local, terá sido edificada uma habitação de carácter rural, de cronologia moderna, e que poderá inclusive ter aproveitado os materiais de construção de uma possível estrutura associada à segunda fase.

### **Abstract**

#### **Report on the archaeological site of Monte das Covas 3 (Beja)**

The archeological site of Monte das Covas 3 was intervened by Era-Archeology, SA, and revealed three distinct phases of occupation of this area. The first, chronologically situated in pre-history, corresponds to a several negative structures of various shapes and sizes, two of which evidence human burials. The second stage is expressed in a number of Roman-Republican votive depositions. The third stage is a small rustic farm of modern chronology.

In two of the excavated negative structures funerary contexts were identified. One of these presented a small number of bones that corresponded to a minimum number of two individuals (one sub-adult and one adult). All bones were dispersed in the deposit and presented no anatomical relationship. The other negative structure presented a minimum number of 16 individuals (sub-adults and adults). The last to be deposited presented no disturbance and was in foetal position. Below this individual multiple bones that presented no anatomical relation were present, as well as anatomical parts, more or less complete, that were still in anatomical relationship. This has been interpreted as the consequence of the successive deposition of individuals and of the subsequent processes of reduction of the previous individuals.



Figura 3 – Plano geral da câmara do hipogeu intervencionado na sondagem 3 do Monte das Covas 3.



Figura 4 – Indivíduo depositado em posição fetal na fossa [704] do Monte das Covas 3.



Figura 5 – Plano geral da fossa da sondagem 7, com ossos dispersos e com conexões anatómicas, do Monte das Covas 3.



Figura 6 – Depósito votivo (segunda fase de ocupação do sítio) e pormenor de vaso votivo (contextos da 2ª fase).

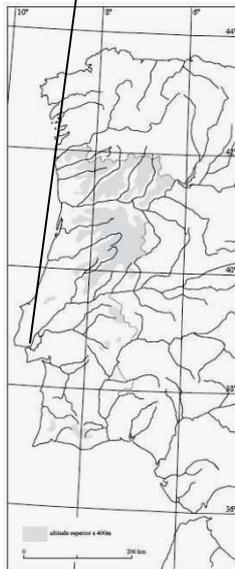


Figura 1 – Localização da Casa do Governador da Torre de Belém.

## O OCIDENTE DA PENÍNSULA IBÉRICA NO SÉCULO VI: SOBRE O *PENTANUMMIUM* DE JUSTINIANO I ENCONTRADO NA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE PREPARADOS DE PEIXE DA CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM, LISBOA.

Carlos Fabião<sup>1</sup>

No decurso de uma intervenção arqueológica de contrato realizada na Casa do Governador da Torre de Belém, em Lisboa (Fig. 1), pela empresa Era Arqueologia S.A., foi identificada uma grande unidade de produção de preparados de peixe de época romana que pôde ser escavada em cerca de três quartos da sua área total (Filipe, 2006a; 2006b; Filipe; Fabião, no prelo). O feixe de questões suscitado por uma estrutura com estas características e com ampla diacronia de utilização justificou a criação de um projecto de investigação, *A indústria de recursos haliêuticos no período romano: a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém, o estuário do Tejo e a fachada atlântica*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/HAH/74057/2006), em curso de execução, cujo título um tanto rebarbativo pretende sumariar os seus principais objectivos (Fabião; Filipe; Dias; Gabriel; Coelho, 2008).

Não é este o local para tratar das questões relativas às distintas fases da laboração da grande unidade, nem das principais transformações verificadas, já expostas nas suas linhas gerais, embora ainda com carácter preliminar (Filipe 2006a; 2006b; Filipe; Fabião, no prelo), importa apenas salientar que se documentou uma fase final de utilização, aparentemente circunscrita a uma parte (ou a distintas partes) do grande complexo original, em situação que implicou uma clara diminuição da capacidade produtiva anterior, mas conservando ainda uma apreciável relevância, atendendo aos casos conhecidos do extremo ocidente da Península Ibérica (Filipe; Fabião, no prelo). Justamente em uma dessas áreas de ocupação / laboração mais tardias, na extremidade nordeste do complexo, no interior de uma cetária (a nº 8 da seriação atribuída), foi encontrado um elemento surpreendente: um *pentanummius* do reinado de Justiniano I, cunhado, na oficina nº 1 de Constantinopla.

<sup>1</sup> Deptº História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
Investigador da UNIARQ  
Coordenador do Projecto  
*A indústria de recursos haliêuticos no período romano: a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém, o estuário do Tejo e a fachada atlântica* - PTDC/HAH/74057/2006

[cfabiao@fl.ul.pt](mailto:cfabiao@fl.ul.pt)

Designação	Descrição	Módulo	Peso*	Ref <sup>o</sup>
<i>pentanummius</i>	A - Busto com diadema e couraça, voltado à direita DN IVST [INIANV] S DD <u>AV</u>	18 /19 mm	3.71 g	<b>Sear 170</b>
	R - Grande E, voltado à direita A, no campo.	↓		

\* antes da limpeza

Embora a legenda não seja absolutamente clara, parece possível ler a sequência DN IVST, que tanto seria válida para Justino como para Justiniano I, enquanto que a terminação S DD AV, também claramente visível, não se revela mais esclarecedora. Julgo todavia inquestionável a atribuição a Justiniano I por razões metalúrgicas, uma vez que se trata do *pentanummium* de grande módulo, típico do reinado daquele imperador (Sear, 1974: 58, nº 170), supostamente correspondente às mais antigas séries das emissões justinianas, relacionadas com a mudança de peso do *foliis*, datáveis do período entre 538-542, como defendem Bellinger (Bellinger, 1966: 102) e Grierson (Grierson, 1982: 4, 60). Ainda a fazer fé nestes autores, a partir desta última data os *pentanummia* vieram a retomar o módulo tradicional de menor dimensão e peso. Refira-se, porém, que esta hipótese parece carecer ainda de incontroversa comprovação (Bates, 1971) o que, potencialmente, permitiria atribuir uma datação ainda mais dilatada ao numisma em apreço, coincidente com toda a diacronia do reinado de Justiniano I, como data de cunhagem, sendo naturalmente mais tardia a cronologia da perda do presente moeda.

O exemplar resulta de uma situação típica de perda individual, uma vez que não se inseria em nenhum conjunto passível de ser interpretado como prática de entesouramento ou mesmo de ocultação intencional. O contexto em que foi recolhido coloca infelizmente algumas dúvidas e problemas.

Em primeiro lugar, trata-se da área da unidade de produção que mais afectada se encontrava pelas modernas alterações da Casa do Governador da Torre de Belém (Filipe 2006a; 2006b). Contudo, e embora nos encontremos ainda numa fase preliminar de estudo, o facto de haver nessa área um conjunto de cetárias onde se documentou uma sequência estratigráfica marcada por camadas de derrube de coberturas cerâmicas depositadas sobre sedimentos com restos de ictiofauna, levou a considerar que esta seria uma das áreas onde a laboração perdurou até momentos mais adiantados, quando outra(s) parte(s) da unidade se encontraria(m) já desafectada(s) (Filipe; Fabião, no prelo). Finalmente, porque aqui, tal como em toda a restante unidade de produção, são escassas as cerâmicas finas ou outras cerâmicas importadas com potencial datante, os numismas acabam por assumir uma especial relevância, este em concreto, pela sua raridade no registo arqueológico publicado do ocidente peninsular. Refira-se, contudo, a existência de vários exemplares de ânforas orientais que, de algum modo, dão sentido e contexto ao achado numismático.

As questões que envolvem o contexto de recolha do *pentanummium* suscitam a óbvia interrogação de saber se a partir deste dado poderemos inferir que a unidade de produção de preparados de peixe se encontrava ainda em laboração no momento da perda da moeda. Como é óbvio, a resposta dificilmente poderá ser categórica. De concreto, pode dizer-se que no interior da cetária nº 8 a sequência estratigráfica documentada incluía um estrato composto por um sedimento com escassos vestígios de fauna ictiológica depositado no fundo de uma cetária, que ainda se encontrava coberta, logo, em potencial / normal situação de uso. Sobre esse sedimento viria mais tarde a cair o telhado que protegia esta área. Finalmente, um depósito sedimentar depositado sobre este derrube da cobertura foi aquele que entregou o numisma em causa (Filipe, 2006b 55-56). No âmbito das tradicionais interpretações das sequências estratigráficas, a unidade em que se encontrava corresponde pois a um momento posterior à fase final de laboração do que restava da unidade de produção de preparados de peixe. Como em outro local se escreveu, embora ainda com carácter preliminar, tudo indica que o abandono da unidade de produção tenha ocorrido em momento impreciso do séc. V (Filipe; Fabião, no prelo).

Assinale-se que no local se encontraram outros elementos que, de algum modo, conferem um contexto a esta moeda, designadamente fragmentos de



Figura 2 – *Pentanummium* de Justiniano I (Sear 170).

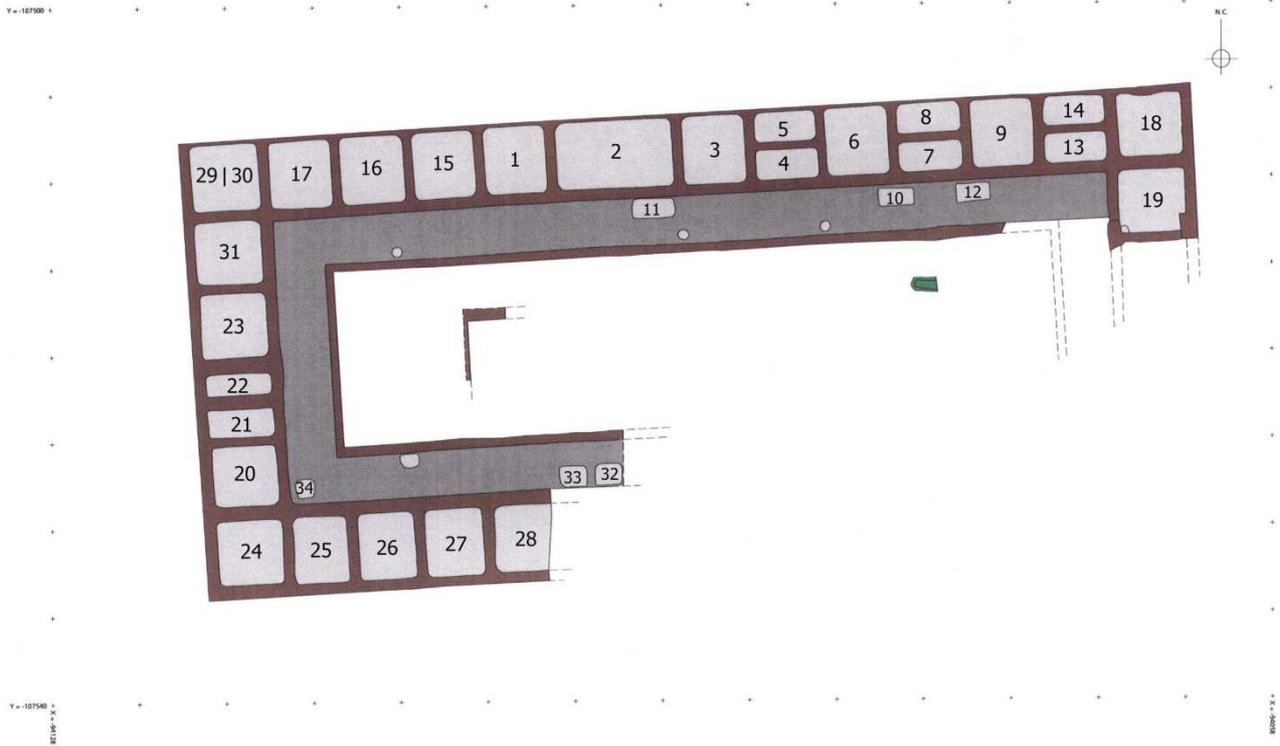


Figura 3 – Unidade de produção de preparados de peixe da CGTB, com indicação da cetária (8) onde se encontrava o *pentanumium*.

ânforas orientais do tipo LR 1 (Filipe; Fabião, no prelo), mas também um A2 de Teodósio, da série *Gloria Romanorum*, todos eles encontrados também em estratos que se depositaram sobre as camadas de derrube das coberturas das últimas cetárias em uso na unidade de produção da Casa do Governador da Torre de Belém. Assim, pode afirmar-se com clareza que o local seria frequentado no século VI, mas já depois de abandonada a unidade de produção de preparados de peixe escavada. Como não foi possível determinar o enquadramento desta estrutura, de extraordinárias dimensões (Filipe; Fabião, no prelo), fica por apurar o que poderia justificar esta presença em época tardia nos areais da chamada praia do Restelo, lugar relevante do estuário do rio Tejo.

A moeda em si constitui também um elemento particularmente relevante. Desde logo, pela escassez de numária bizantina na Península Ibérica, em geral, e no seu extremo ocidental, em particular (Marot, 1997; Marques, 1998), ainda que o número de numismas desta época recolhido no decurso de escavações esteja a crescer substancialmente nos últimos anos, em Espanha (Marot; Mar Llorens; Sala, 2000; Marot, 2000-2001; Bernal, 2003 e 2008). Creio que se trata mesmo da primeira moeda bizantina resultante de perda ocasional e recolhida em contexto de escavação arqueológica no espaço hoje português, uma vez que os elementos bizantinos anteriormente conhecidos são quase todos ponderais - de Braga, Bragança, Fiães (Feira) (Cortez, 1950: 32-5), Mileu (Guarda), Conimbriga e Alfeizerão (Alcobaca), exemplares listados por T. Marot, a partir dos trabalhos de Palol (Palol, 1949 e 1952), com comentários sobre os respectivos contextos, neste caso, melhor será dizer, sobre a generalizada ausência de informação sobre os ditos (Marot, 1997: Fig.1, Catálogo e p. 183-185). A estes dados poder-se-ia ainda acrescentar uma moeda de ouro de Justino I encontrada na zona de Nisa (Almeida, 1974-7: 383 e Fig.1) – não listada por T. Marot -, as referências algo vagas a um suposto naufrágio das imediações do Cabo Espichel, com *solidi* bizantinos do séc. VII (Faria, 1988: 81-4, referindo informações dadas por F. Alves), as notícias de moedas bizantinas existentes

no Real Gabinete Numismático, supostamente encontradas em território português, mas na realidade nunca publicadas (Mateu y Lopis, 1947: 319) ou ainda essa enigmática notícia do achado de Soito do Castudio, perto de Gonçalo (Guarda) de “*duas moedas romanas uma das quais com a efigie de Justiniano*” (Notícias, 1960-1961: 314). Por outro lado, a moeda agora recolhida na Casa do Governador da Torre de Belém confere uma outra credibilidade aos supostos achados de moeda bizantina de bronze na zona de Lugo, de cuja autenticidade se tem duvidado por nada se saber das circunstâncias de recolha (Marot, 1997: 185).

Convém salientar a insólita geografia de distribuição dos ponderais conhecidos, da moeda de Justino I e a do suposto numisma de Justiniano de Soito do Castudio. À excepção dos exemplares de Alfeizerão, certamente uma zona portuária com algum relevo, como tem frequentemente sublinhado Vasco Mantas (Mantas, 1986; 1999; 2004), todos os restantes se encontraram em áreas interiores e setentrionais. Para lá da anómala distribuição, que reflecte sem dúvida os acasos da investigação e não a efectiva distribuição de elementos bizantinos no ocidente da Península Ibérica, deve reter-se esta penetração para o interior de materiais seguramente chegados por via marítima. Voltarei a este tema.

À relevância da moeda em termos absolutos, pela sua raridade, acrescentaria ainda dois elementos mais: por um lado, trata-se de uma moeda de cobre, de uma peça destinada a circular no âmbito da economia real e não de um desses exemplares áureos (como o de Nisa ou os do suposto naufrágio do Cabo Espichel), que sempre suscitam outro tipo de considerações / interpretações (oferendas diplomáticas, exemplos de economia dominial, etc.); por outro, trata-se de uma cunhagem de Justiniano I, ou seja, de uma emissão coeva do processo da chamada reconquista bizantina da Península Ibérica. Esta circunstância não deixa de insinuar a dúvida de se tratar de um documento comprovativo de uma real continuidade da circulação monetária ou de um fenómeno de retoma serôdia desta circulação, induzida pela presença das tropas imperiais. Por aquilo que se tem observado nos últimos anos, designadamente pelos já citados casos documentados em contextos arqueológicos estudados em Espanha, parece-me mais credível a hipótese de documentar uma efectiva continuidade.

Trata-se pois de uma moeda bizantina de cobre, ou seja, de uma moeda destinada a uma utilização corrente, encontrada nas imediações de uma cidade, *Olysipona*, que, desde sempre se encontrou aberta ao exterior e na confluência de rotas de intercâmbio, pelas suas privilegiadas condições portuárias. Pelo que se tem sabido durante os últimos anos, diria que não é estranha esta ocorrência, o que mais reforça a ideia de uma real continuidade da circulação monetária.

### **O panorama arqueológico da cidade de *Olysipona* e seu território, na Antiguidade tardia**

Desde os anos 80 do século XX foi tomando corpo a ideia de que a antiga cidade romana de *Olisipo* teve na exploração dos recursos marinhos, produção de preparados de peixe e sua exportação, uma das mais relevantes actividades económicas. É hoje bem conhecida uma extensa frente de unidades de produção, que se estendem, pelo menos, desde a Casa dos Bicos até ao meio da actual Rua Augusta (Amaro, 1994: 69; Bugalhão, 2001: 52-54), justamente esta situação torna mais surpreendente a localização e dimensão da unidade de produção da Casa do Governador da Torre de Belém, como em outro local já foi comentado (Filipe; Fábão, no prelo).

Na cidade de *Olysipona* (assim chamada na Antiguidade Tardia), a cronologia das últimas fases de produção de preparados de peixe foi sendo

sugerida, ao que parece, mais ao sabor dos preconceitos / modas da investigação do que propriamente da rigorosa análise do registo arqueológico dos contextos de abandono das distintas unidades escavadas. Sobre a fábrica da Casa dos Bicos, a primeira identificada na área urbana, diz-se que teria sido desactivada no séc. III, para permitir a construção da muralha tardia da cidade romana (Amaro, 1994), o que se afigura aceitável, embora fosse interessante conhecer os elementos arqueológicos que sustentam esta interpretação e, sobretudo, a datação. Aquando da escavação da cetária da Rua dos Fanqueiros, Dias Diogo defendeu, supostamente com base na evidência material ali observada, ter cessado a produção de preparados de peixe e, conseqüentemente, de ânforas, na área da *Lusitania*, nos inícios do séc. V, em directa relação com as invasões bárbaras (Diogo, 1994), uma generalização manifestamente incorrecta. Mais tarde, o mesmo autor defendeu a sobrevivência da produção de preparados de peixe até à segunda metade do séc. V, a partir de outra escavação da área urbana olisiponense (Diogo; Trindade, 2000). Com o estudo de novas unidades de produção, designadamente, as da Rua dos Correeiros, foi-se consolidando a ideia de que toda a actividade relevante de exploração de recursos marinhos e de exportação dos respectivos produtos teria cessado durante esta centúria (Bugalhão, 2001: 174-175). No caso da Rua dos Correeiros, uma detalhada apresentação dos dados arqueológicos permitia sustentar esta ideia. O mesmo se poderá dizer das unidades sondadas na Rua dos Douradores / Rua de S. Nicolau onde, uma vez mais, o século V é apresentado como a cronologia das fases terminais de laboração e abandono dos complexos de produção de preparados de peixe (Sepúlveda; Gomes; Silva, 2003).

Provavelmente, não fará sentido supor que todas as unidades de produção de preparados de peixe da cidade de *Olysiþona* tenham sido abandonadas numa mesma conjuntura e em análogo quadro cronológico (muito menos sentido fará estender essa generalização a todo o território ocidental). Refira-se que a datação do *terminus* da produção destes preparados e do fabrico de ânforas usadas no seu transporte na *Lusitania*, em geral, conheceu recentes sínteses onde se estabeleceu nos meados do séc. V o limite da actividade em grande escala (Étienne; Makaroun; Mayet, 1994; Étienne; Mayet, 2002), ao arripio de outros trabalhos, relativos à actividade de exploração de recursos marinhos na frente atlântica do antigo Império Romano, que tendem a defender uma maior longevidade desta actividade económica, prolongando-a, pelo menos, pelo século VI (Ponsich, 1988; Lagóstena, 2001; Bernal, 2003 e 2008). Pelo peso dos seus autores e pela relevância dos estudos feitos, que se estendeu a alguns centros oleiros do baixo Sado (Mayet; Silva, 1998; Mayet; Silva, 2002), a ideia de um colapso definitivo da produção e exportação de preparados de peixe na primeira metade do séc. V arrisca-se a fazer escola, apesar da existência de evidências em contrário – para além dos diferentes casos listados de há longa data (Fabião, 1996), dispomos agora dos dados de Lagos, a unidade de produção da Rua Silva Lopes (Ramos; Almeida; Laço, 2006; Ramos; Laço; Almeida; Viegas, 2007), devidamente contextualizados em âmbito mais lato por recentes escavações desenvolvidas numa intervenção de contrato da Empresa Era Arqueologia S.A. (materiais ainda em estudo).

Em suma, dispomos de um significativo conjunto de dados que sugere uma maior longevidade para a produção de preparados de peixe na antiga província romana da *Lusitania* e sua exportação, recorrendo a ânforas, o que poderia justificar as relações com o Império do Oriente. Sublinhe-se, porém, que não seria na unidade escavada na Casa do Governador da Torre de Belém que tais preparados se processariam, no século VI.

Com a perfeita consciência de que apenas dispomos de uma pálida imagem do panorama existente, por permanecerem inéditas a maioria das intervenções arqueológicas realizadas nos últimos anos na área urbana de Lisboa, regista-se uma significativa presença de fragmentos de *sigillata*

focense na cidade. Somente a título de exemplo, sublinharia os conjuntos da Sé de Lisboa (Amaro, 1995; Sousa, 2001), da área do antigo teatro romano (Diogo; Trindade, 1999) ou dos Armazéns Sommer, um local na área ribeirinha da cidade, junto à Alfândega Velha (Pimenta; Fabião, no prelo). Se alargarmos a visão à área de influência directa da cidade, verificamos uma apreciável dispersão destas mesmas cerâmicas em espaços rurais, como recentemente Elvino Sousa sublinhou (Sousa, 2001). À lista de nove sítios apresentada, poderemos acrescentar as *uillae* romanas de Alto de Caparide (Cabral; Cardoso; Encarnação; Nieuwendam, 2002) e de Miroiços, ambas em Cascais (Ana Margarida Arruda e Ana Catarina Sousa escavaram nesta última um contexto da Antiguidade Tardia, uma informação que ambas autoras tiveram a amabilidade de partilhar comigo), uma vez mais sem qualquer preocupação de exaustividade e com a plena consciência de se tratar ainda de meras referências a um panorama seguramente muito mais vasto.

Até há pouco tempo, estas cerâmicas orientais constituíam elementos isolados, ainda que expressivos das relações da cidade do estuário do Tejo com a metade oriental do Império Romano. Há, contudo, mais do que isto, como seria de esperar. De facto, também de há longa data tínhamos identificado ânforas orientais tardias entre os materiais exumados no claustro da Sé (Amaro, 1995; Fabião, 1996: 337), a que se somaram outros das escavações do teatro romano (Diogo, 2000: 164 e ns. 26 e 27) e um mais vasto conjunto, em cujo estudo tive o ensejo de participar, recolhido em sondagens realizadas no interior dos Armazéns Sommer (Pimenta; Fabião, no prelo). Também na unidade da Casa do Governador da Torre de Belém se recolheram fragmentos de ânforas orientais tardias (Filipe; Fabião, no prelo), bem como na mencionada *uilla* de Miroiços, Cascais. Não tenho qualquer dúvida de que muito mais haverá não só na cidade, mas também na sua região.

Assim, começa a ganhar corpo uma outra noção do conjunto de artigos orientais chegados ao estuário do Tejo. Também se vai tornando claro que, aqui, a cidade continuaria a funcionar não só como grande pólo importador / receptor, mas também como centro de redistribuição, abastecendo o seu território e talvez mesmo paragens mais longínquas no interior. Por certo, não seriam somente os artigos vindos do Oriente (ânforas, *sigillata* focense e cipriota) a chegar ao estuário do rio Tejo, mas também outros oriundos do Norte de África (ânforas, *sigillata* clara e lucernas) e da Gália (DSP). No entanto, neste caso, os elementos conhecidos são muito mais escassos, não por serem inexistentes (bem pelo contrário), mas por permanecerem na sua maior parte inéditos. Uma vez mais, o registo arqueológico dos Armazéns Sommer, com as suas ânforas africanas e a *sigillata* africana com formas enquadráveis nas séries tardias de Hayes, fornece uma ideia de qual deverá ser o padrão das importações da cidade, pelo menos, no período compreendido entre a segunda metade do séc. V e os finais do VI.

Com este panorama, de si bastante diferente daquele que vem sendo considerado, importa questionar qual será o seu significado: se mero documento da chegada de alguns artigos exóticos a uma finisterra atlântica, se potencial indicador de efectiva inserção do extremo ocidente da Península Ibérica na complexa rede de intercâmbios da Antiguidade Tardia. Neste particular, de novo o registo arqueológico dos Armazéns Sommer se apresenta revelador. Nos contextos arqueológicos tardios, foi recolhido um apreciável número de fragmentos de ânforas lusitanas em quantidades tais que excluem qualquer possibilidade de se tratar de material residual. Trata-se de formas bem conhecidas do repertório tardio das produções lusitanas, com especial incidência das formas Almagro 51 a-b e 51c (Pimenta; Fabião, no prelo) Esta situação sublinha a necessidade de uma reapreciação do âmbito cronológico da produção destes contentores, talvez também de uma mais detalhada análise tipológica, que permita distinguir as variações formais ao

longo das distintas etapas do seu fabrico. Contudo, de momento não resulta fácil averiguar onde se poderiam ter fabricado estas ânforas de mais tardia cronologia.

Do conjunto de centros oleiros até à data identificados no baixo Tejo, não parece haver produção tardia na Garrocheira, Benavente, (Amaro, 1990), a Quinta do Rouxinol, Seixal, não parece ter laborado para lá dos finais do séc. IV (Raposo; Sabrosa; Duarte, 1995), a menos que a área escavada constitua somente uma parte de um mais vasto centro oleiro, do Olho da Telha, Palmela, pouco se sabe, para além de ter funcionado em fase tardia (Fernandes; Santos, 2008: 18-19) e somente no Porto dos Cacos, Alcochete, se vislumbra uma forte possibilidade de mais lata diacronia. De facto, neste local existe algum material tardio entre o qual avulta uma moeda de Égica, de cunhagem emeritense (Raposo, 1990: 123), recolhida em contexto superficial, o que não autoriza a afirmação de estar o centro oleiro ainda a laborar nessa data. Trata-se de qualquer modo de um dado nada despiciendo, como já tive o ensejo de sublinhar (Fabião, 1996). Poderá acrescentar-se ainda o facto de se tratar de um sítio arqueológico de grande extensão, do qual somente se investigou uma pequena parcela (Raposo, 1990; Raposo; Sabrosa; Duarte, 1995). Deve admitir-se, porém, que estamos longe de conhecer todo o universo dos centros de produção de ânforas no baixo Tejo. Somente a título de exemplo, registre-se que nos Armazéns Sommer a forma de fabrico lusitano mais representada é a Almagro 51 a-b, de produção até hoje escassamente documentada nas olarias taganas.

Quanto ao panorama numismático, o desconhecimento é ainda maior. Na realidade, nada se tem publicado e têm sido inúmeras as escavações realizadas quer na área urbana de Lisboa, quer naquele que seria o seu território. Por isso, não se afigura possível qualquer ensaio de contextualização do escasso espólio numismático da Casa do Governador da Torre de Belém, embora não custe imaginar que não deverá ser muito distinto do recolhido em algumas destas escavações. Talvez a divulgação deste *pentanummius* possa suscitar o interesse de outros investigadores e estimular uma maior atenção à numismática tardia olisiponense e à sua divulgação. Só assim poderemos saber se é realmente extraordinária a sua presença no estuário do Tejo.

Independentemente da numismática, começa a esboçar-se uma nova imagem da cidade de *Olysiptona*, provavelmente não muito distinta da cidade romana nas suas fases tardias. Constituiu sede de bispado, desde o século IV, com os seus representantes a marcarem presença nos múltiplos concílios realizados na Península Ibérica, até aos finais do séc. VII, mantendo deste modo uma importante função de pólo regional, não havendo qualquer dúvida sobre a sua relevância como sede religiosa, na área de que *Emerita* constituía diocese metropolitana (Jorge, 2002). Tem sido também de há muito referida a existência de claras influências orientais, ditas bizantinas, nas decorações arquitectónicas identificadas na cidade (Almeida, 1962) e o conhecimento das importações de *sigillatas* focenses e cipriotas e, mais recentemente, de ânforas, sublinham a continuidade das comunicações com o Império Romano do Oriente, para além da conhecida ligação ao Norte de África. Contudo, na abordagem destes diversos temas, a cidade foi sempre encarada como uma entidade receptora, de artigos ou de estímulos culturais. Será talvez mais interessante perguntar se não será mais do que isso, se não será antes pertencer e participar de facto na ampla rede de comunicações e intercâmbios da Antiguidade Tardia. É afinal uma nova proposta de continuidade, que não se limita a verificar a sobrevivência de modos de vida “à romana”, em épocas em que o velho império ocidental já só era uma memória, mas antes de uma efectiva continuidade dinâmica, progressivamente desenhando um novo panorama económico no ocidente europeu, onde esta suposta remota periferia atlântica plenamente se integra.

## **Continuidade ou Ruptura durante o século V e o VI?**

O tema da ruptura ou continuidade dos modos de vida romanos no Ocidente, após a dissolução política da metade ocidental do Império Romano tem sido desde sempre objecto de discussão, com as teses defensoras de uma ruptura e rápido colapso da estrutura imperial romana, na sequência das perturbações causadas pela irrupção de povos germânicos, a receberem relevante contribuição recente (Ward-Perkins, 2005). O debate deste tema no espaço hoje português tem sido praticamente nulo, pelo que não se costuma equacionar o papel do ocidente da Península Ibérica no novo mundo mediterrâneo / atlântico, nascido da desagregação política e administrativa da metade ocidental do Império. Trata-se no fundo de saber se esse colapso político teve expressão imediata ou rapidamente se reflectiu no quotidiano das populações ocidentais. O meu ponto de vista está de há muito publicado (Fabião, 1993; 1996) e, desde então, não encontro qualquer motivo para o rever. Tenho procurado, no entanto, coligir e actualizar a evidência empírica que o sustenta, pelo que vale a pena regressar ao tema, sobretudo pelo que parece significar a nova informação gerada pela escavação da Casa do Governador da Torre de Belém.

### **Os textos**

Naturalmente, o debate desta questão maior da historiografia europeia tem convocado sobretudo os textos, mais do que o registo arqueológico. A massa documental disponível não é muito abundante e suscita interpretações díspares. Por um lado, valorizam-se as mensagens apocalípticas de alguns textos da época para sublinhar a rápida e total dissolução dos modos de vida existentes sob a velha estrutura imperial ou, para usar uma fórmula recente, o rápido declínio do bem-estar (Ward-Perkins, 2005). Por outro, recorre-se a outros textos (ou até aos mesmos), para respigar bons exemplos da continuidade das ligações entre o Oriente e o Ocidente nesses tempos conturbados, procurando mostrar que afinal pouco teria mudado no quotidiano das pessoas.

Para alguns autores, como Garcia Moreno, por exemplo, parece evidente a continuidade, convocando para o efeito elementos vários, como os registos epigráficos e documentais da presença de mercadores orientais; como a célebre referência da *Vitae sanctorum patrum emeritensium*, que reporta a existência de um bispo Paulo, de origem oriental, nos meados do séc. VI, e de seu sobrinho, Fidel, que lhe sucedeu, tendo chegado à cidade nas naves dos mercadores orientais, quando seu tio ocupava a sede episcopal (Garcia Moreno, 1972: 139-40 e 1979: 273 e ss.). O tema, naturalmente, reveste-se do maior interesse, desde logo por ser absolutamente impossível chegar de barco do Oriente a Mérida. Tal passo pressupõe a ligação da diocese metropolitana a um qualquer porto (ou portos) ocidental, havendo bons motivos para supor que o mesmo poderia situar-se no baixo Guadiana (Mértola, Pomarão?) ou com maior verosimilhança no baixo Tejo, sendo a cidade de *Olysipona* uma boa possibilidade.

A estes dados poderia acrescentar-se o exemplo de Iohannes Biclarensis, também chamado de Santarém, com um interessante percurso de vida. Nascido na cidade tagana, em 540, estudou durante sete anos em Constantinopla, após os quais regressou à Península Ibérica. Foi autor de obra histórica, uma *Crónica*, que narra acontecimentos compreendidos entre 567 e 589 (Garcia Moreno, 1979; Bodelón, 1989). A vida e obra do biclarensis parece demonstrar a fluidez das ligações com o Oriente, não só lhe permitiram ir e voltar, mas também manter-se informado, aqui no Ocidente, dos principais eventos do império oriental, ainda que com o natural desfasamento resultante da distância (Hartmann; Collins, 2002). Ou ainda desse representante dos *viris illustribus*, de Isidoro de Sevilha, o bispo Apríngio de Beja, que activamente de enquadra na reflexão teológica do seu

tempo, em pleno século VI (Bodelón, 1989: 13). Naturalmente, sem esquecer o mais conhecido exemplo de um oriental estabelecido no ocidente, Martinho dumense, S. Martinho de Dume, o “apóstolo dos suevos”, originário da Panónia e que acabou por se fixar em Braga, tendo fundado um mosteiro nas suas imediações, justamente em Dume (Garcia Moreno, 1979; Bodelón, 1989: 13), cujo presumível templo tem sido objecto de recentes escavações (Fontes, 1995).

Provavelmente, muito mais do que tentar encontrar nos textos referências explícitas a relações económicas ou comerciais, sempre escassas na literatura de todas as épocas da Antiguidade, fará mais sentido valorizar estes exemplos, significativos da existência de fluxos de comunicação entre as duas metades da bacia do Mediterrâneo, com evidente extensão às costas atlânticas, como bem sublinhou M. McCormick (McCormick, 2002: 16-17), embora estranhamente este autor não valorize minimamente a evidência arqueológica do extremo ocidente peninsular, certamente por desconhecimento. Nos seus mapas de distribuição de artigos orientais no Ocidente, nada regista para a Península Ibérica nos fins do séc. V (McCormick, 2002: Mapa 2.2) e assinala escassas ocorrências na primeira metade do VI (McCormick, 2002: Mapa 2.3), que logo desaparecem nas fases subsequentes. De uma forma muito realista, reconhece que, no estado actual dos conhecimentos, continua a ser possível valorizar de um modo divergente a evidência disponível: considerar meramente pontual o que se conhece e, como tal, manifesta prova da escassez das comunicações entre as duas metades do Mediterrâneo ou, pelo contrário, considerar estas notícias como a pequena parcela que até nós chegou de amplos e regulares fluxos de comunicação (McCormick, 2002). Objectivamente, é nesse plano que nos encontramos, na apreciação do significado do *pentanummius* da Casa do Governador da Torre de Belém. Interessa, pois, olhar para outro tipo de informação, a resultante do registo arqueológico.

### **O registo arqueológico**

Creio que dispomos hoje de uma massa de dados suficiente para presumir a existência de uma efectiva continuidade das relações entre os reinos bárbaros ocidentais e o Império Romano do Oriente e que o ocidente da Península Ibérica se integrava plenamente nessa vasta rede de comunicações e intercâmbios. Se o fazia em plano não muito distinto do verificado na proto-história – a regressão civilizacional defendida por Ward-Perkins (Ward-Perkins, 2005) -, se assim sucedia porque o auto-governo das comunidades e regiões permitiu conservar boa parte das velhas estruturas políticas e administrativas do velho império romano ou se assim sucedia porque a Igreja, enquanto vasta organização, com ligações e solidariedades activas, se substituiu ao antigo poder imperial é algo que só o aprofundar das investigações permitirá esclarecer.

Começemos pelo tema da integração do ocidente peninsular na extensa rede de intercâmbios que se mantém viva seguramente durante os séculos V e VI, para não entrar no mais complexo tema do que se terá passado no século VII, para o qual nos faltam mais sólidas evidências. No que diz respeito à circulação de bens, poderemos valorizar alguns artigos, sempre sem perder de vista tratar-se apenas da parcela visível de realidades mais vastas e complexas onde entrariam outros artigos, como as especiarias, unguentos, têxteis, papiro, que, pelo seu carácter perecível, dificilmente deixam rasto no registo arqueológico.

### **Cerâmicas finas: o caso da *sigillata* focense (Fig. 4)**

De entre as diferentes cerâmicas finas utilizadas e difundidas na segunda metade do século V e no VI (*sigillatas* cipriota, focense, africana, hispânica tardia e DSP de origem gaulesa), escolho as focenses, por se tratar do grupo

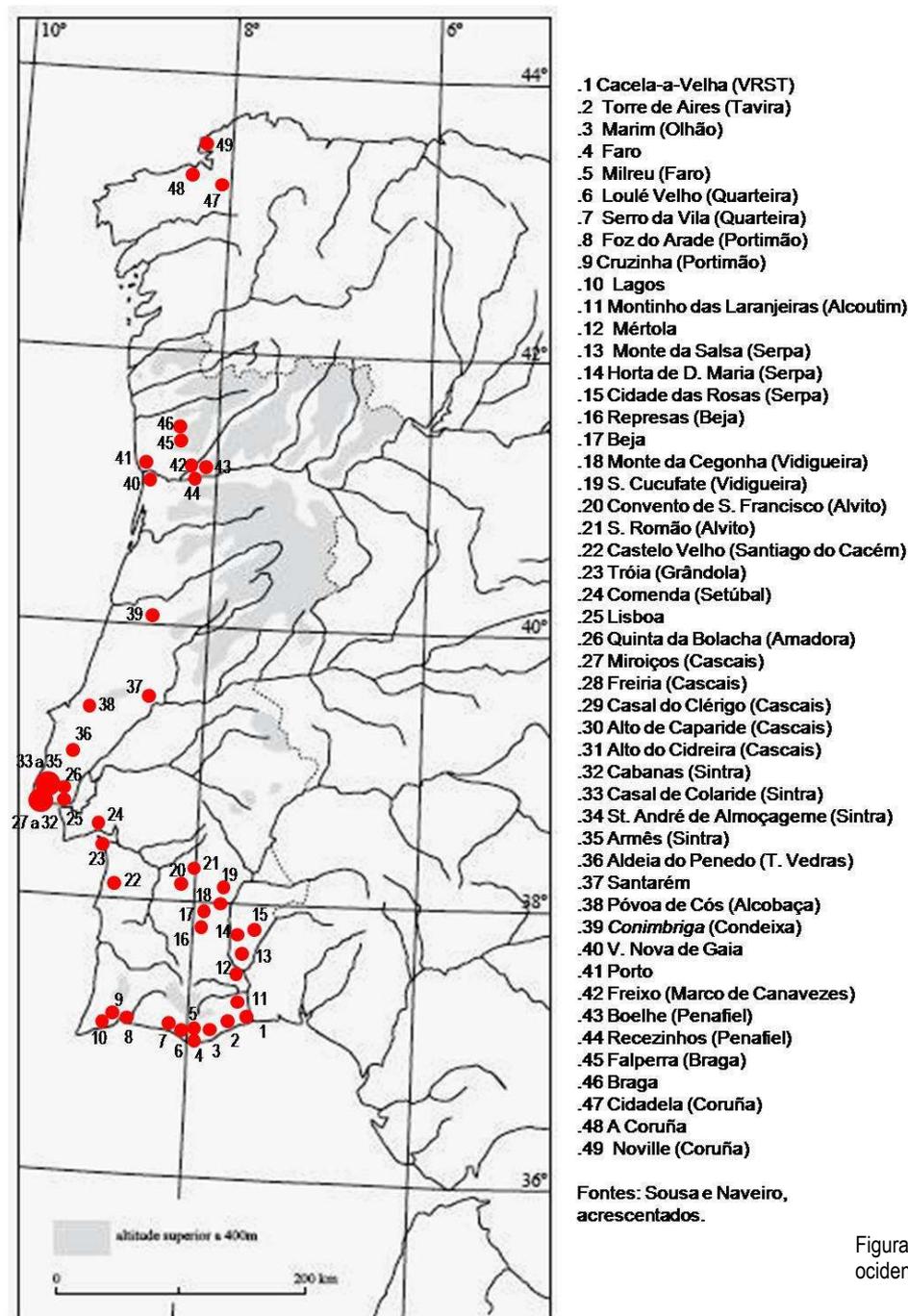


Figura 4 – Distribuição da *sigillata* focense no ocidente da Península Ibérica.

mais amplamente estudado, por ser o mais emblemático da interacção entre as duas metades do Mediterrâneo, uma vez que se trata de um artigo produzido na esfera de acção do Império do Oriente, mas também por razões cronológicas, por se tratar de uma cerâmica difundida para estas paragens numa época posterior à quebra dos laços entre o extremo ocidente da Península Ibérica e o que restava do Império Romano do Ocidente. Naturalmente, no futuro, uma avaliação convergente das distintas categorias cerâmicas contribuirá para enriquecer o panorama aqui apresentado, transmitindo uma mais sólida imagem da dimensão e complexidade das redes de trocas.

As *sigillatas* focenses vêm sendo estudadas no extremo ocidente da Península Ibérica desde os trabalhos pioneiros de M. Maia e M. Delgado (Maia, 1974; Delgado, 1975: 285-291), verificando-se a constante identificação de novos lugares de recolha, o que torna o inventário cada vez mais rico e extenso (Delgado, 1988; Diogo; Trindade, 2000a; Sousa, 2001) - acrescentei mais alguns pontos, sem qualquer preocupação de exaustividade. A distribuição actualmente conhecida é já bastante expressiva e, sublinhe-se, as quantidades conhecidas começam a ser igualmente consideráveis, ainda que o mapa apresentado deliberadamente as não reflecta – de alguns lugares conhecemos uma ou duas ocorrências, de outros, centenas de exemplares, como será o caso de *Olysipona*. Esclareça-se porque razão não diferenciei os pontos de recepção. Conhece-se muito mais *sigillata* focense em *Conimbriga* (Delgado, 1975) do que em *Ossonoba*, Faro (Viegas, 2008) ou mais exemplares em Milreu, Faro (Teichner, 2008), um sítio rural do território ossonobense, do que nesta cidade. Facilmente se entenderá, que a tal panorama não se pode atribuir outro significado para lá do que decorre da episódica expressão do estado actual da investigação, uma vez que não é credível um maior consumo destas cerâmicas em *Conimbriga* do que em *Ossonoba*, nem aceitável que um lugar rural da área de influência de uma cidade pudesse recebê-las em maior abundância do que o provável centro importador e redistribuidor.

Habitualmente, costuma sublinhar-se a presença da *sigillata* focense em sítios do litoral, desde o Algarve até às costas da Galiza, com significativas extensões para os fundos de estuário ou para outras áreas interiores passíveis de alcançar por rios navegáveis desde o mar, como Santarém (Viegas, 2003) ou Mértola (Delgado, 1992; Torres; Macias, 1993; Lopes, 2003; Macias, 2005), por exemplo, por constituírem núcleos fundamentais de articulação entre as orlas costeiras e o interior. Análoga situação foi identificada no vale do Guadalquivir (Sierra Fernández, 1994). A meu ver, a distribuição litoral, por de mais evidente, não constitui o aspecto mais relevante. Creio ser muito mais interessante a expressiva difusão interior ou a sua presença em lugares com características muito diversificadas, sendo a península de Lisboa um bom exemplo, como já comentei.

Regista-se *sigillata* focense em vários lugares da margem esquerda do Guadiana, no actual concelho de Serpa e em diversos sítios rurais do território pacense, bem entendido, para além da própria cidade de Beja (Maia, 1978; Delgado, 1988; Sousa, 2001). O ponto de chegada destes materiais, difundidos por via marítima, terá sido Mértola, como ponto extremo de navegação do Guadiana a partir do mar (Delgado, 1992 Torres; Macias, 1993; Lopes, 2003; Macias, 2005), podendo admitir-se que o Pomarão, um pouco a montante, (porto que serviria a área mineira de S. Domingos, não sabemos se ainda activa por este tempos), poderia ter sido o local de onde se difundiram aqueles artigos pela margem esquerda do Guadiana. Este percurso rio acima terá deixado alguns artigos em trânsito, como será o caso do Montinho das Laranjeiras, em Alcoutim (Coutinho, 1997: 22). De Mértola, as cerâmicas teriam seguido para Beja, pelas mesmas vias anteriormente utilizadas para transportar mercadorias em época romana. A que chega a Repesas (Beja), Monte da Cegonha e S. Cucufate, ambas na Vidigueira (Delgado, 1988; Sousa, 2001), terá sido redistribuída a partir de Beja. Isto é, as funções associadas à polarização de um território vasto, onde cabiam também as práticas de distribuição de artigos exóticos, continuariam a ser desempenhadas pela cidade, tal como sucedia nos séculos anteriores. Ou seja, documenta-se a circulação das mercadorias entre cidades, usando inevitavelmente rotas terrestres, mas verifica-se também uma ulterior redistribuição para os sítios rurais das suas áreas de influência, designadamente, no caso de Beja. Uma vez mais, situação análoga à já documentada no vale do Guadalquivir, onde se regista a presença destas cerâmicas, tanto nos centros urbanos como nos núcleos rurais (Sierra Fernández, 1994). Não é de excluir a possibilidade de esta ter sido uma das

vias de abastecimento de Mérida, a antiga capital da província romana da Lusitânia, que conservava toda a sua relevância regional, agora sob a forma de diocese metropolitana (Jorge, 2002).

A *sigillata* focense documentada no concelho de Alvito (<http://www.ipa.min-cultura.pt/>, CNS 18169; 21361; Sousa, 2001) resultará também de acções de redistribuição, provavelmente, através da bacia do Sado. Neste caso, afigura-se insólita a ausência de exemplares de *sigillata* focense em Alcácer do Sal. Provavelmente, uma ausência que mais não faz do que sublinhar a extensão do desconhecimento ainda existente sobre o real panorama da distribuição destes artigos no Ocidente.

Mas, voltemos ao sul, às costas algarvias. Aqui documentamos as cerâmicas finas orientais nos centros urbanos do litoral, a sotavento, como *Balsa* (Viegas, 2006) e *Ossonoba* (Viegas, 2008), igualmente com boa expressão no barlavento, onde é menos claro o panorama dos centros urbanos. As ocorrências da foz do Arade (Silva; Coelho-Soares; Soares, 1987: 208, Fig.4, n.10; Sousa, 2001), do sítio da Cruzinha, Portimão (Freitas; Soares, 2008: 74, fig.8) e de Lagos são, neste caso, particularmente expressivas. Estas cerâmicas estão presentes também em locais de mais complexa interpretação, como Cacela a Velha, Vila Real de Santo António (Neves; Almeida; Basílio; Dias, 2006), Quinta de Marim, Olhão, (Maia, 1978), recentemente identificada como a *Statio Sacra* do Itin. de Ravenna, tendo justamente sido sublinhada a sua eventual ligação ao mundo bizantino (Graen, 2007), embora sem argumentos muito consistentes. Outros locais costeiros de indefinido estatuto são Loulé Velho (Maia, 1978) e Serro da Vila (Maia, 1978; Teichner, 2008), ambos em Quarteira, qualquer deles com potencial portuário. No caso do Milreu, Faro (Teichner, 2008), no interior, resulta evidente que só poderia ter recebido estas cerâmicas a partir de um centro importador do litoral, com toda a verosimilhança a própria cidade de *Ossonoba* (Faro) a cujo território pertencia. Apesar de estarmos menos bem informados sobre o sítio da Cruzinha, Portimão, localizado na ria de Alvor (Freitas; Soares, 2008) e, por isso mesmo, com acesso directo ao mar, afigura-se provável que recebesse as cerâmicas orientais a partir de um ponto de redistribuição. Finalmente, a ocorrência na foz do rio Arade (Silva; Coelho-Soares; Soares, 1987) constitui o único, mas expressivo, exemplo de mercadoria em trânsito, justamente perdida na foz de um rio que possibilitava o acesso a regiões interiores.

Ao longo da costa, podemos ir seguindo o rasto destas cerâmicas e observando as suas redes de difusão: a suposta cidade de *Mirobriga* (Quaresma, 1999) deveria tê-las recebido de Sines; no baixo Sado, significativamente documentada em ambas margens do rio, quer em Tróia, Grândola (Maia, 1974), quer na Comenda, Setúbal (Trindade; Diogo, 1996), uma vez mais, não se encontrar documentada na própria cidade de Setúbal resultará de mero acaso da investigação; no baixo Tejo, com as ligações fluviais e terrestres entre Lisboa e Santarém (Viegas, 2003) claramente activas, sendo provável que esta região pudesse ser a que directamente abastecia Mérida. A dúvida que tem sido suscitada pela ligação ao mar da bacia do médio Guadiana, se para Sul, na direcção de Mértola / Pomarão, se em direcção a Oeste, para o baixo Tejo é justamente a mesma que tem sido reiteradamente colocada para outras épocas mais antigas. Qualquer destes eixos é praticável e não temos de momento quaisquer elementos que apontem categoricamente para uma ou outra solução.

Mais para norte, pela extensão das investigações ali havidas, *Conimbriga*, com cerca de uma centena de exemplares documentados (Delgado, 1975), representará por certo uma imagem mais próxima da realidade do que a oferecida por aqueles outros lugares onde se documenta somente uma ou outra ocorrência de *sigillata* focense (Delgado, 1988). A foz do Douro representa outra concentração relevante, como o registo de Gaia

expressivamente demonstra (Guimarães, 1995: Quadro VI), a par da própria cidade do Porto (Delgado, 1988; Sousa, 2001), o que não exclui a actividade de outros núcleos litorais de menor entidade, como Guifões, junto ao Leça (Matosinhos), que, embora sem registo de *sigillata* focense, entregou um relevante acervo de cerâmicas africanas tardias (Almeida, 1975). Naturalmente, Braga documenta importações, em conformidade com a importância que a cidade conheceu na Antiguidade Tardia (Delgado, 1988). As ocorrências de Falperra, Braga, devem também ser entendidas como clara demonstração de redistribuição para o seu território imediato. Não menos expressivo é o conjunto de materiais de Freixo, de Recezinhos, ambos em Marco de Canavezes (Delgado, 1988) e de Boelhe, Penafiel (Carvalho, 1988). Do primeiro, conhecemos a função urbana, que os outros não teriam, mas todos eles, cidade e núcleos menores, se localizam em áreas francamente interiores, o que pressupõe a continuidade de funcionamento dos sistemas de transporte e distribuição de épocas anteriores, utilizando a velha rede viária romana.

Assim, quer a sul, na zona algarvia, quer na península de Lisboa, quer a norte do rio Douro, o panorama apresenta-se similar. Cidades importadoras que redistribuem para os seus territórios imediatos e circuitos interiores de difusão, que só poderiam ter utilizado rotas viárias terrestres. Em todos casos, parece clara a continuidade da interacção das cidades com os seus territórios, não parecendo observar-se a desarticulação tantas vezes invocada. As redes viárias continuavam também praticáveis e, mais do que isso, francamente utilizadas. Tal é a semelhança que não parece arriscado afirmar que o progresso das investigações enriquecerá ainda mais este panorama, sem o alterar no essencial.

A dispersão costeira da *sigillata* focense está ainda documentada nas costas da Galiza, ao que parece em poucos lugares, mas seguramente porque utilizo um inventário já antigo (Naveiro, 1991), que não deverá corresponder minimamente ao universo actualmente conhecido. Tentar actualizá-lo constituiria tarefa excessiva no âmbito deste trabalho.

Como sempre sucedia na Antiguidade, o transporte de cerâmicas finas constituía uma actividade subsidiária do mais relevante transporte de bens alimentares transportados em ânforas. Será pois interessante ver o que conhecemos sobre a distribuição de ânforas orientais no ocidente da Península Ibérica.

### As Ânforas Orientais (Fig.5)

A distribuição das ânforas orientais no ocidente da Península Ibérica, ainda mal conhecida, fundamentalmente por muitos investigadores não saberem classificar estes materiais, começa a revelar-se bem mais rica do que a listada há alguns atrás (Fabião, 1996), quer pela divulgação dos materiais de Lisboa (Diogo, 2000; Pimenta; Fabião, no prelo; Filipe; Fabião, no prelo), quer pela valorização de exemplares recolhidos em sítios arqueológicos do Algarve (Teichner, 2008).

Estamos, contudo, claramente longe de ter sequer uma tímida imagem do que poderá ser a sua real distribuição no ocidente da Península Ibérica. Na generalidade, dominam as zonas algarvia e lisiponense, sem dúvida por razões de mero acaso da investigação ou, dito de outra forma, por ter havido quem ali valorizasse estes materiais. Mesmo com este incompletíssimo panorama, sublinharia alguns aspectos que me parecem relevantes.

Por um lado, a verificação de uma distribuição que se estende, uma vez mais, até às costas da Galiza, em locais onde, normalmente, também estão documentadas as *sigillatas* orientais, como seria de esperar (Naveiro, 1991). As presenças em Conimbriga e Braga (Fabião, 1996; Morais, 1998)

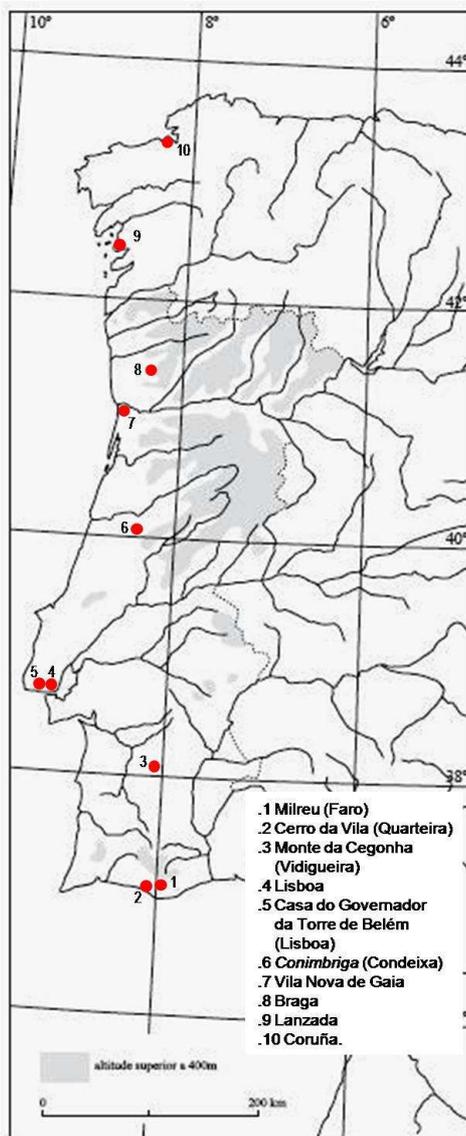


Figura 5 – Ânforas Orientais tardias no Ocidente da Península Ibérica.

assinalam o fenómeno já anteriormente comentado da continuidade dos sistemas de distribuição do litoral para o interior. As ocorrências algarvias (Teichner, 2008), olisiponenses (Pimenta; Fabião, no prelo; Filipe; Fabião, no prelo) e da foz do Douro (Guimarães, 1995: 183) constituem a esperada comprovação deste tráfego marítimo, sendo os materiais de Milreu (Faro) ou de Miroiços (Cascais) indicadores de uma redistribuição para os sítios rurais, do território ossonobense, no primeiro caso, e do olisiponense, no segundo. Notável é o exemplar do Monte da Cegonha, na Vidigueira (Pinto; Lopes, 2006: 208, Fig. 9, n. 55), por demonstrar que os fenómenos de redistribuição têm de facto um largo alcance, que não se circunscreve às áreas de influências das cidades das franjas litorais. Isto é, mesmo as cidades do interior continuavam a desempenhar as já comentadas funções de capitalidade, no quadro de complexas redes de difusão que até elas traziam os artigos exóticos, desde áreas portuárias, não só as leves e facilmente transportáveis cerâmicas finas, mas artigos mais pesados, como seriam as ânforas. Objectivamente, um indicador mais da praticabilidade das vias terrestres. De resto, no mesmo local (Monte da Cegonha), foi também recolhida *sigillata* focense sublinhando, assim, a estreita ligação da distribuição destas duas categorias de artefactos. A ocorrência dos artigos importados, provenientes de longínquas paragens, em contextos rurais demonstra expressivamente que estes não constituíam propriamente núcleos isolados, fechados sobre si próprios e vivendo a mísera existência que frequentemente se lhes atribui.

Uma vez mais, sublinho que será possível enriquecer este panorama de importações, distribuição e redistribuição, quando dispusermos de levantamentos análogos para as cerâmicas finas hispânicas, africanas e gaulesas ou para as ânforas de outras regiões hispânicas e as norte-africanas. É bem provável que, na esmagadora maioria dos casos, os lugares onde se recolheram os materiais de origem oriental forneçam também todas as restantes categorias, como sucede em vários dos sítios cartografados nas figuras. Convém também não esquecer que falamos somente dos artigos exóticos que deixam rasto no registo arqueológico e, por certo, corresponderiam somente a uma parcela da totalidade das importações.

#### Ponderais e moeda (Fig.6)

Uma última palavra merece a peculiar distribuição actualmente registada dos ponderais bizantinos, pela relevância que estas peças assumem para o conhecimento dos sistemas de intercâmbio da época (Palol, 1949; 1952; Marot, 1997). De facto, a existência de ponderais pressupõe aquilo a que poderemos chamar um “mercado”, com sistemas de pesos reconhecidos, aferidos e aceites, ainda que certamente destinado apenas a alguns artigos de particular valor. Os exemplares de Conímbriga ou de Braga não constituem surpresa, dado tratar-se de duas antigas cidades extensamente investigadas, sendo a segunda um importantíssimo centro na Antiguidade Tardia. Mesmo os de Alfeizerão (Alcobaça) ou de Fiães (Feira) não causam especial estranheza, dado a proximidade da costa e a abundância de materiais tardios encontrados nestes locais (Cortez, 1950; Almeida, 1979). Já as peças de Bragança e da Póvoa de Mileu (Guarda) podem considerar-se de mais insólita localização. De facto, por se encontrarem tão distantes da costa, constituem expressivos exemplos da extensão e complexidade que as redes de intercâmbio do ocidente peninsular poderiam ainda assumir, quando a unidade imperial romana já só era uma remota memória.

No âmbito deste mercado, a moeda continuou a desempenhar um papel ainda difícil de avaliar. Desde a clássica tese de Pirenne sobre a longa continuidade das relações comerciais no Mediterrâneo e no ocidente europeu, o tema numismático tem sido o mais delicado e complexo de abordar, por manifesta falta de dados (Hodges; Whitehouse, 1983). Parece evidente a enorme longevidade das emissões romanas tardias e suas

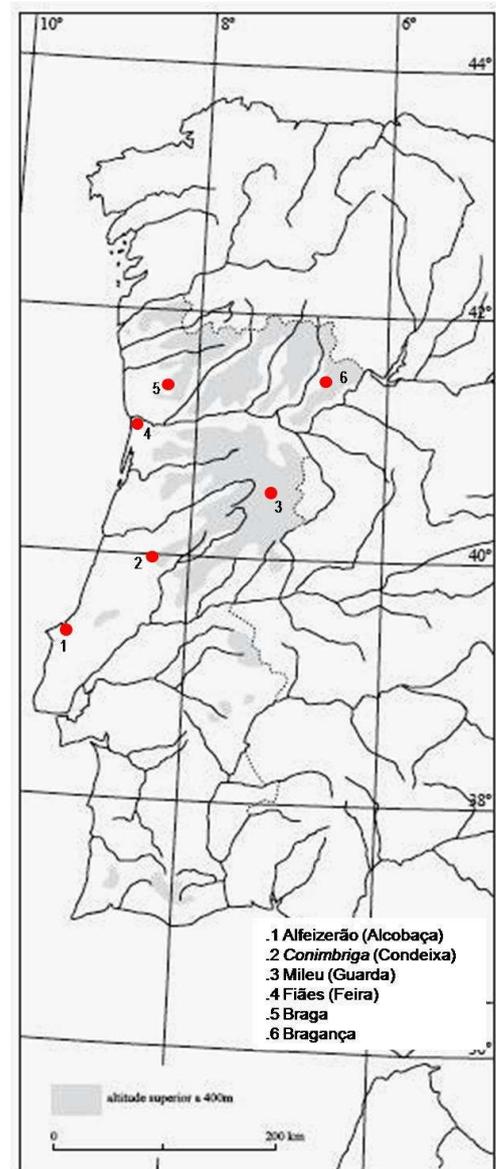


Figura 6 –Ponderais Bizantinos em Portugal.

imitações, de uso cada vez mais comprovado em contextos arqueológicos constituídos em datas bem distintas das respectivas cunhagens (Marrot; Llorens; Sala, 2000 e Marot, 2000-2001;). Por outro lado, o panorama numismático do mundo bárbaro, até há poucos anos praticamente restringido às conhecidas emissões áureas, começa a revelar uma inesperada riqueza e diversidade, com a identificação das emissões de prata e, sobretudo, de divisores em ligas de cobre (Marques, 1998; Metcalf, 1999), para não falar da já mencionada multiplicação dos achados de numária bizantina em solo peninsular (Marot, 1997; Bernal, 2003 e 2008), onde o *pentanummius* da Casa do Governador da Torre de Belém se insere.

É justamente este novo panorama numismático que leva a pensar que o exemplar aqui apresentado não constituirá propriamente uma excepção no Ocidente, reforçando a ideia da necessidade de melhor conhecer os acervos numismáticos obtidos nas escavações realizadas nos últimos anos, por demais importantes por fornecerem coordenadas estratigráficas, desconhecidas para os exemplares de mais antiga identificação.

### **Cerâmicas finas, ânforas e ponderais que apreciação?**

A convergente apreciação das cartas de distribuição destes diferentes artigos demonstra claramente, em primeiro lugar, a efectiva continuidade das ligações entre o mundo do Mediterrâneo oriental e o ocidente peninsular, esclarece também sobre a dinâmica comercial das cidades costeiras, mas também sobre a efectiva permanência das redes de comunicação entre cidades e da sua capacidade de redistribuição para os núcleos rurais situados nos seus territórios. Em suma, dir-se-ia que nada de muito significativo distingue esta realidade da verificada no século IV, quando estas paragens pertenciam ainda ao Império Romano do Ocidente. Uma vez mais, somente a título de exemplo, assinala-se que no Castro de Viladonga, em Lugo, se recolheu um ponderal, bem como fragmentos de ânforas orientais e *sigillata* focense (Arias Vilas, 1997), em clara demonstração da estreita ligação entre estes distintos artigos.

O panorama atrás esboçado poderá parecer algo insólito, sobretudo pela difusão dos artigos exóticos até regiões tão francamente interiores. Contudo, se considerarmos outra ordem de evidências, creio que melhor se percebe e contextualiza esta continuidade.

Sem pretender alongar demasiado o quadro de comparações, atente-se no panorama conhecido dos edifícios religiosos em âmbito rural, construídos ou utilizados durante o período compreendido entre o séc. V e o VI – para não alongar excessivamente o leque das referências, veja-se uma síntese recente (Jorge, 2002). No território actualmente espanhol, com especial incidência na área emeritense, registam-se as bem conhecidas ocorrências de Alconétar, Casa Herrera, El Gatillo de Arriba, S. Lucía del Trampal, Ibahernando ou Valdecebadar de Olivença (Cerrillo, 1995; Jorge, 2002: 41-64), para além das ocorrências da própria cidade de Mérida (Caballero Zoreda; Mateos Cruz, 1995; Jorge, 2002). Para o território português, registam-se também diversos casos de arquitectura religiosa em âmbito rural, como Torre de Palma, Monforte (Maloney, 1995; Maloney; Ringbom, 2000), Monte da Cegonha, Vidigueira (Alfenim; Lopes, 1995), Montinho das Laranjeiras, Alcoutim, Milreu, Faro (Jorge, 2002: 41-64), havendo por certo muito mais casos. Por não ser habitualmente considerado, permito-me salientar o caso de Silveirona, Estremoz (Cunha, 2008), também provavelmente pertencente ao território emeritense, embora em área hoje portuguesa. No local foi documentada, infelizmente em escavações nunca publicadas, a presença de um edifício religioso, com funções sepulcrais (Fabião; Dias; Cunha, 2008), reveladas por epígrafes latinas do século VI (Cunha, 2008). Em suma, uma pequena concentração de tudo aquilo que na tese de Ward-Perkins não existiria já nesta época em meios rurais

(arquitetura religiosa e literacia latina, para não citar outras mais). Creio não exagerar ao afirmar que a continuação das investigações não deixará de fazer crescer o número de casos análogos. Naturalmente, para além dos lugares costeiros, como Mértola, Sines (Almeida, 1968-1970), Tróia (Jorge, 2002) ou de outras cidades do interior, como Idanha, *Conimbriga* ou Viseu (Jorge, 2002). Justamente por serem conhecidos relevantes edifícios religiosos em muitos destes lugares se torna plausível a hipótese de um profundo envolvimento da Igreja nesta ampla rede de intercâmbios (Bernal, 2008).

Em suma, considerando os exemplos conhecidos de sítios com funções religiosas e evidentes vestígios dos sécs. V e VI, podemos dizer que não resultará assim tão estranha esta geografia de distribuição de cerâmicas finas, ânforas e ponderais. Uma vez mais, somente a título de exemplo, registre-se o caso do Monte da Cegonha, na Vidigueira, onde às *sigillatas* focenses e ânfora oriental se junta também o edifício religioso, construído numa *uilla* romana, com ampla diacronia de ocupação contínua (Alfenim; Lopes, 1995; Pinto; Lopes, 2006).

Existe, pois, um contexto de recepção e consumo para as importações orientais. Interesse agora colocar uma questão essencial suscitada pelo *pentanumium* da Casa do Governador da Torre de Belém, que é a de avaliar quais poderiam ser as contrapartidas ocidentais para este fluxo de intercâmbios, já que não considero a distribuição destes artigos o mero resultado da chegada à longínqua finisterra ocidental europeia de artigos exóticos vindos do Oriente do Mediterrâneo.

#### **Que contrapartidas do ocidente peninsular?**

A actividade económica acima comentada, com relevante circulação de artigos, não deveria funcionar somente em uma única direcção, até porque não faria qualquer sentido viajar em barcos carregados até ao Ocidente, para regressar com as naves vazias. Haveria por certo contrapartidas ocidentais, admitindo o ocidente peninsular não como lugar de chegada, mas como área regional desse mais vasto complexo. Trata-se, pois, de observar a articulação desta região com as grandes rotas de intercâmbio, que traziam artigos exóticos desde o Mediterrâneo oriental até ao ocidente, sendo o espaço hoje português somente uma etapa desta vasta rede.

Em primeiro lugar, parece cada vez mais claro que, no domínio das contrapartidas ocidentais, desempenharia uma função de relevância difícil de determinar a exportação de preparados de peixe, continuando uma já longa tradição anterior. Aos dados de há muito conhecidos proporcionados pelo centro oleiro do Martinhal, Sagres, em outro lugar comentados (Fabião, 1996), junta-se agora Lagos, com a sua unidade de produção de preparados de peixe da Rua Silva Lopes, seguramente em laboração ainda no século VI (Ramos; Almeida; Laço, 2006; Ramos; Laço; Almeida; Viegas, 2007) e com evidentes testemunhos de uma produção local de ânforas em época já claramente pós-romana (em outro lugar se apresentarão estes elementos, resultantes de uma intervenção de contrato realizada pela empresa Era Arqueologia S.A.). Naturalmente, não será de excluir a hipótese de outros lugares do litoral algarvio documentarem também estas permanências, designadamente as unidades tardias da Praia da Luz, Lagos (Parreira, 1997). Contudo, por ausência de publicação detalhada da informação, resulta arriscado opinar sobre os mesmos.

Embora ainda sem testemunhos conclusivos, há fortes probabilidades de haver em Sines produção de preparados de peixe até épocas tardias ou, no mínimo, uma longa continuidade das suas funções portuárias. As unidades de produção até à data escavadas terão sido alegadamente abandonadas durante o séc. V (Silva; Coelho-Soares, 2006), havendo ainda conhecimento

de uma produção local de ânforas, com morfologias tardias, mal datada, por deficiente registo arqueológico (Diogo; Reiner, 1987). Contudo, conhecemos um impressionante conjunto de elementos arquitectónicos denunciadores da existência de pelo menos um edifício religioso tardio, bem como diversos achados monetários visigodos provenientes da área urbana de Sines (Almeida, 1968-1970). Pode ainda acrescentar-se o conhecimento concreto de importações tardias documentadas na região, como a *sigillata* focense do sítio arqueológico do Castelo Velho de Santiago do Cacém, a suposta cidade de *Mirobriga* (Quaresma, 1999) e, sobretudo, as importações de *sigillata clara* africana do sítio rural de Courela dos Chãos, que se estendem até ao séc. VII (Coelho-Soares, 1987). Não se afigura aceitável supor a importação directa destes artigos exóticos num sítio rural, pelo que os deveria ter recebido a partir de um pólo importador litoral, provavelmente, localizado em Sines.

Mais para norte, resulta evidente a existência da continuidade da produção de preparados de peixe no estuário do Sado, quer na margem direita, na unidade de produção da Travessa Frei Gaspar, em Setúbal, pelo menos, parcialmente activa no séc. VI (Silva; Coelho-Soares, Soares, 1986), quer na margem esquerda, em Tróia, Grândola, apesar da manifesta desvalorização que se tem feito dos elementos que a comprovam (Étienne; Mackaroun; Mayet, 1994). Terei ensejo de proximamente apresentar com mais detalhe os argumentos que sustentam a continuidade da ocupação deste local até pelo menos ao século VI. Atendendo a que não existem quaisquer motivos para a permanência de uma comunidade naquela península arenosa para lá das relacionadas com a exploração dos recursos marinhos, creio que temos bons argumentos para supor que essa continuidade da ocupação estaria relacionada com a persistência da actividade económica que constituiu a base da sua prosperidade.

Para o estuário do Tejo, infelizmente, as evidências são mais escassas. A associação entre o *pentanummius* e as ânforas orientais e o complexo da Casa do Governador da Torre de Belém poderiam induzir a ideia de uma real continuidade de laboração do complexo. Contudo, como atrás se disse, os contextos estratigráficos em que foram recolhidos de modo algum autoriza essa dedução. Restam porém as ânforas lusitanas encontradas nos Armazéns Sommer, sugerindo que seriam ainda fabricados os contentores tradicionalmente usados para transportar os preparados de peixe.

O estuário do Tejo, tal como o do Sado, pelas suas excelentes condições portuárias, deve ter desempenhado um relevante papel, tanto na articulação entre as grandes rotas do Mediterrâneo e do Atlântico, como nos processos de redistribuição de artigos importados por via marítima até às regiões do interior. Esta dupla função de parte integrante nas grandes rotas de transporte a distância e de pólo difusor para áreas interiores constituiu por certo uma relevante mais-valia para a cidade. Atendendo ao passado de exploração de recursos marinhos, parece razoável supor que alguma actividade deste tipo ainda por ali pudesse existir, beneficiando da integração num fluxo regular de circulação de artigos. No tocante à distribuição local, conhecemos diversos sítios que receberam artigos exóticos (cerâmicas finas e ânforas) na zona da Península de Lisboa. Mas parece igualmente admissível supor que a redistribuição se estendesse a mais vastos territórios do interior, talvez mesmo até à sede metropolitana de Mérida, numa articulação entre a navegação fluvial e a utilização das velhas estradas romanas, por certo, ainda perfeitamente transitáveis. Como atrás ficou dito, a cartografia de distribuição das *sigillatas* focenses sugere que não haveria propriamente uma desarticulação entre litoral e interior, como tem sido sugerido para outras paragens.

Olhando mais para norte, verifica-se também a presença de artigos importados que, muitas vezes poderiam ter sido acompanhados justamente

por ânforas lusitanas, quer no espaço hoje português (Fabião, 1996), quer na actual Galiza (Naveiro, 1991). Embora a informação disponível seja escassa e os contextos de recolha genericamente mal conhecidos, convém recordar a recolha de ânforas lusitanas em contextos dos fins do séc. V, em Conimbriga (Alarcão, 1976a: 75-7; Alarcão, 1976b: 88) e em Martim, Barcelos (Almeida, 1972: 322 e Est.V), tal como não deixa de ser assinalável o facto da cartografia de distribuição das importações de *sigillata* focense na Galiza ser coincidente com a da dispersão das ânforas lusitanas tardias (Naveiro, 1991: 46-9 e Mapa 9), o que poderá significar que são os mesmos circuitos ou ainda os mesmos agentes a promover o transporte e distribuição de umas e outras.

Se houve de facto uma continuidade da produção e exportação de preparados de peixe do ocidente da Península Ibérica, importa perguntar porque razão não a detectamos no registo arqueológico de outras paragens?

A resposta a esta questão afigura-se complexa e constitui sem dúvida um dos grandes desafios da investigação futura. Em primeiro lugar, importa salientar que esta exportação não teria já a exuberância de outros tempos, pelo que não será de esperar grande representação dos artigos lusitanos nos centros consumidores extra-peninsulares. De facto, como tem sido referido, desde a Península Itálica ao Norte de África, passando pela Gália, o panorama das importações de ânforas surge claramente dominado pelos artigos africanos e orientais, com alguma expressão de artigos hispânicos e fraca presença dos itálicos. Ainda assim, conhecemos ânforas de origem hispânica, onde poderão figurar exemplares lusitanos, em contextos itálicos do séc. V, e VI, em Roma, nas sondagens de *Magna Mater* (Carigani; Pacetti, 1989) ou em Ostia (Martin, 2005). Em Marselha, as ânforas hispânicas já não se documentam nos contextos dos fins do séc. VI e VII, embora tenham presença, ainda que pouco expressiva, em fases anteriores (Bonifay; Piéri, 1995). Neste caso, o paradoxo reside no facto de se conhecerem os apontamentos da *Historia Francorum*, de Gregório de Tours, que explicitamente referem o comércio hispânico com Marselha, nos fins do séc. VI (Bonifay, 1986: 301). Aparentemente, na segunda metade deste século ainda haverá ânforas de provável origem lusitana documentadas em Tarragona (Boch Puche; Macias i Solé; Menchon i Bes; Muñoz Melgar; Teixell Navarro, 2005). Esta cidade constitui mesmo um interessante exemplo do muito que haverá para desbravar em futura investigação. De facto, no grande estudo consagrado às ânforas tardias de Tarragona, Josep Remolà assinala a presença de ânforas lusitanas em contextos do séc. V, limite cronológico que admite para as exportações lusitanas, com base nas opiniões publicadas por investigadores nacionais (Remolà Vallverdú, 2000: 184-196). Por presumir ser esse o limite cronológico, desconsidera os dados documentados em contextos mais tardios, considerando-os naturalmente informação residual, sem particular significado (Remolà Vallverdú, 2000). Admitido que este argumento é passível de ser integralmente revertido, isto é, será defensável a afirmação de se tratar de elementos residuais todos os vestígios atrás enunciados. Creio que só um cuidado e criterioso estudo quantitativo permitirá esclarecer a questão.

Estes breves apontamentos que não pretendem ser mais do que isso, suscitam duas reflexões importantes. Em primeiro lugar, a necessidade de procurar nos contextos arqueológicos da segunda metade do século V e do VI a presença de ânforas lusitanas, sem presumir que representam apenas ocorrências residuais. Mas também sublinham bem, desde logo, que estas exportações lusitanas não eram quantitativamente muito numerosas. Creio, pois, que os artigos do extremo ocidente da Península Ibérica continuam a ser exportados, ainda que sem a expressão alcançada pelos artigos alimentares oriundos de outras paragens. Provavelmente, estes artigos dirigiam-se mais para os mercados regionais, designadamente do interior,

uma vez que parece evidente a continuidade da interacção regional. Aqui está outro domínio de investigação que importa aprofundar.

Infelizmente, não estamos melhor informados sobre a eventual presença de ânforas lusitanas em paragens mais setentrionais. Este é outro tipo de investigação que se impõe, uma vez que as rotas de difusão de artigos orientais não se detinham nas praias luso-galaicas.

### O ocidente peninsular no contexto dos intercâmbios pós-romanos: a vitalidade da rota atlântica

Com honrosas excepções, entre as quais cabe destacar o labor de Vasco Mantas (Mantas, 1990; 1996; 1999; 2004), o tema do Atlântico constitui um verdadeiro *paradigma perdido* da investigação portuguesa do período romano, como em outro local já comentei (Fabião, no prelo). Demasiado fixada na centralidade mediterrânea do Império Romano, a investigação portuguesa tendeu sempre a olhar a *Lusitania* como remota periferia, sem cuidar que Roma adquiriu uma importante frente atlântica, desde a fixação do *limes* na *Germania Inferior* e, sobretudo, da conquista da *Britannia*, onde se incluíam territórios fortemente dependentes de abastecimentos institucionais. Se muitos destes abastecimentos se fizeram recorrendo aos grandes rios, istmo gaulês, pelo Garona até Bordéus, Ródano, Doubs, Sena, Loire, Mosela, Reno, não deixou de ser usada também a via atlântica, como eloquente comprova o célebre farol da Coruña (Carreras Monfort, 2000; Fabião, no prelo). Na Antiguidade Tardia, é bem possível que esta via que tirava partido do grande mar Oceano, tenha visto a sua relevância acrescida, pelas dificuldades suscitadas pelos percursos fluviais e terrestres.

Quando publicou o seu *Late Roman Pottery*, nos inícios dos anos 70 do século XX, John Hayes apresentou um bizarro mapa de distribuição das *sigillatas* focenses, onde se não documentavam ocorrências na Península Ibérica, mas registava vários exemplares dispersos pelo sudoeste da Grã-Bretanha, com alguma presença também na Irlanda - ainda a investigação portuguesa não começara a divulgar os seus materiais. Quando o mesmo autor deu à estampa o *supplement*, em 1980, escreveu: "(...) recent finds of the ware [sigillata focense] in Portugal serve to provide the vital connecting link between the Mediterranean distribution of the ware and its occasional presence, previously unexplained in terms of any normal pattern of distribution, on sites in southwest Britain" (Hayes, 1980: lix). Sublinhe-se que a esta incompreensão não era estranha a análoga ausência destas cerâmicas nas rotas fluviais do mundo franco-germano anteriormente enumeradas. Acrescente-se que o panorama aqui apresentado reforça ainda mais esse ponto de vista, sublinhando a longa continuidade de comunicações a distância, que sempre existiu sob a égide de Roma (Carreras Monfort, 2000), independentemente de também terem funcionado os outros eixos de difusão.

Mais recentemente, Barry Cunliffe, num livro fundamental sobre o Atlântico, reafirma a evidência de que durante os sécs. V e VI os artigos exóticos de origem mediterrânea chegariam à Grã-Bretanha e Irlanda pela via atlântica, como exuberantemente demonstra a sua distribuição espacial (Cunliffe, 2001), devidamente sublinhada por outros autores, como Paul Tyers (Tyers). Na apreciação que destas rotas faz, Cunliffe coloca especial ênfase nos portos da actual costa portuguesa, alvitando mesmo que a última fase da viagem desde o Oriente, enfrentando as conhecidas dificuldades da navegação oceânica, se realizasse com recurso a barcos locais (Cunliffe, 2001: 479), colocando deste modo o extremo ocidente da Península Ibérica não nos confins das rotas mediterrâneas, mas no seu natural lugar de articulação entre o Mediterrâneo e o Atlântico (Fig.7).

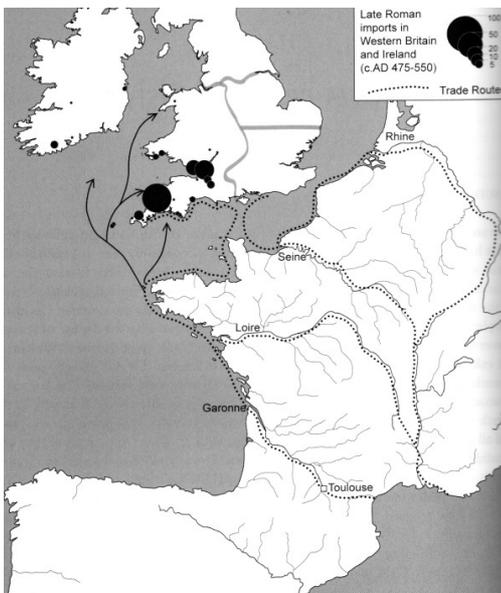


Figura 7 – Distribuição das importações orientais na *Britannia Prima* segundo White 2007.

Não deixa de causar estranheza que, apesar destas observações, devidas a relevantes investigadores e publicadas em grandes obras de referência, o tema continue a não ser devidamente considerado e entendido. Veja-se como Richard Hodges avalia toda a rede de relações entre o Mediterrâneo, o Norte da Europa e a Grã-Bretanha somente com base nos rios Ródano / Sena / Reno, sem incluir sequer no seu esboço cartográfico a Península Ibérica (Hodges; Whitehouse, 1983: 89, Fig. 33); como D. McCormick, em síntese ainda mais recente e, diga-se, a vários títulos notável, segue pelo mesmo caminho (McCormick, 2002) ou ainda Roger White que no estudo consagrado à *Britannia Prima* a última região britânica que conserva características profundamente “romanas” muito para lá do desaparecimento da presença de Roma na Ilha, apresenta a cartografia da distribuição das importações mediterrâneas, sigillata focense e africana e ânforas de análogos procedências, enfatizando uma vez mais os rios franceses e a Armórica como rotas de circulação e áreas de redistribuição, sem incluir sequer a Península Ibérica no seu mapa (White, 2007: 149 e ss. e Fig.54).

A estar correcta a ideia de uma rota atlântica fornecendo estas regiões, seria de esperar encontrar na Grã-Bretanha e Irlanda vestígios de ânforas fabricadas no extremo ocidente da Península Ibérica, se a hipótese atrás enunciada estiver correcta. No entanto, tal não parece verificar-se. Já no estudo dedicado às importações de contentores de transporte de alimentos, César Carreras verifica uma estranha diminuta representação de ânforas lusitanas de época romana, nos sítios arqueológicos britânicos, quer no Principado, quer em fases mais tardias (Carreras Monfort, 2000: 145 e ss.). O dado é significativo, porque o autor conhece os produtos lusitanos, pelo que não lhe passariam facilmente despercebidos. Contudo, creio que há ainda que investigar este domínio, para apurar até que ponto essa escassa presença é mesmo real. Seja como for, ainda que escassa, a simples ocorrência de ânforas lusitanas nessas paragens setentrionais teria já algum significado, se fosse possível documentá-la em contextos dos sécs. V e VI.

### **Concluindo...**

À laia de conclusão, gostaria de sumariar alguns pontos que me parecem mais relevantes. Em primeiro lugar, creio que se deverá pensar no ocidente da Península Ibérica como um território que mantinha, pelo menos durante o séc. V e VI, um apreciável dinamismo interno, com as cidades a manterem a sua relevância regional, articulando-se em redes de distribuição de artigos exóticos, quer entre si, quer para os seus espaços rurais. A rede de centros urbanos do litoral conserva também, as suas funções portuárias, desempenhando um papel relevante nas comunicações terrestres, sem deixar de se inserir em mais vastas redes de circulação de mercadorias. Naturalmente, não estamos já no século IV. As cidades teriam provavelmente uma aparência bem distinta da anteriormente ostentada, conservavam-se ligadas a regiões distantes, mas o volume de artigos em circulação seria também menor. Neste contexto, afigura-se plausível supor a existência de alguma forma de continuidade da exploração de recursos marinhos e sua difusão, quer em âmbitos locais e regionais, quer mesmo para paragens mais longínquas, ainda que não tenhamos um vasto volume de informação.

O ocidente peninsular mantinha-se ligado às velhas redes de circulação de mercadorias activas no espaço mediterrâneo, com as suas tradicionais extensões atlânticas. Os materiais exóticos, procedentes do Oriente, encontrados em espaço hoje português não constituem acidente, devendo ser naturalmente encaradas como ocorrências normais no contexto de um mundo de relações que se mantém, para lá da dissolução política e administrativa do Império Romano do Ocidente. Tal como a própria distribuição desses artigos pelo espaço das antigas províncias romanas ocidentais sugere que muito mais do que o mero quadro das relações a distância se mantinha.

Estas relações deveriam continuar a utilizar a moeda, apesar da escassez de numerário novo em circulação, pelo que se afigura essencial procurar documentar os reais contextos de recolha da moeda emitida no século IV e, sobretudo, procurar inventariar e rastrear as novas emissões locais, bem como a moeda de outras regiões, nomeadamente a bizantina.

Os indícios aí estão, ainda ténues, é certo, mas provavelmente mais pela ausência de investigação do que pela sua real inexistência. Trata-se, pois, de desenhar uma nova agenda de investigação que permita reequacionar estes tempos, segunda metade do século V e os séculos VI e VII, tentando resgatá-los a este triste destino de persistentemente permanecerem considerados como “dark ages”.

#### **Referências:**

- ALARCÃO, A.; MAYET, F., eds. (1990) – *Ânforas Lusitanas: Tipologia, produção, Comércio*. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga e Diffusion E. De Boccard.
- ALARCÃO, J. (1976a) – Céramiques communes d'importation. In : Alarcão, J. et alii, *Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*. Paris : Diffusion E. De Boccard, p. 71-78.
- ALARCÃO, J. (1976b) – Les Amphores. In : Alarcão, J. et alii, *Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*. Paris : Diffusion E. De Boccard, p. 79-91.
- ALFENIM, R. A. E. ; LOPES, M. C. (1995) – A Basílica Paleocristã / Visigótica do Monte da Cegonha (Vidigueira). In: *IV Reunión de Arqueologia Cristiana Hispánica (Lisboa, 1992)*. Barcelona: IEC / UB / UNL, p. 389-399.
- ALMEIDA, C. A. F. (1972) – Achados arqueológicos em Marim (Barcelos). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Séria História*, 3, p. 219-326.
- ALMEIDA, C. A. F. (1979) – A propósito de “Galicia Sueva” de Casimiro Torres. *Gallaecia*, 5, p. 305-316.
- ALMEIDA, D. F. (1962) – Arte Visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*, nova série, 4, p. 5-278.
- ALMEIDA, D. F. (1968-1970) Sines Visigótica. *Arquivo de Beja*, XXV-XXVII, p. 17-30.
- ALMEIDA, D. F. (1974-1977) – Nota sobre moedas visigóticas II. *O Arqueólogo Português*. Série III, VII-IX, p. 383-388.
- AMARO, C. (1990) – Olaria romana da Garrocheira, Benavente. In: Alarcão, A.; Mayet, F. (eds.) *Ânforas Lusitanas: Tipologia, produção, Comércio*. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga e Diffusion E. De Boccard, p. 87-95.
- AMARO, C. (1994) - A indústria de salga de peixe na baixa de Lisboa. In: Moita, I. (dir) *O livro de Lisboa*. Lisboa: Expo 98; Lisboa 94; Livros Horizonte, p. 69-74.
- AMARO, C. (1995) – Urbanismo tardo-romano no claustro da Sé de Lisboa. In: *IV Reunión de Arqueologia Cristiana Hispánica (Lisboa, 1992)*. Barcelona: IEC / UB / UNL, p. 337-342.
- ARIAS VILAS, F. (1997) – Materiales del Mediterráneo oriental en el Castro de Viladonga (Lugo). *Congreso Internacional La Hispania de Teodosio (Segovia-Coca, 1995)*. Vol. II. Segovia: Junta de Castilla y León / Univ. Sek, p. 339-351.
- BATES, G. E. (1971) - *Archaeological Exploration of Sardis. Byzantine coins*. Cambridge Mass.: Harvard University Press.
- BELLINGER, A. R. (1966) *Catalogue of the Byzantine coins in the Dumbarton Oaks Collection and in the Whittemore Collection: Anastasius I to Maurice, 491-602*. I. Washington: Dumbarton Oaks Research Library and Collection
- BERNAL CASASOLA, D. (2003) – La presencia bizantina en el litoral andaluz y en el Estrecho de Gibraltar (ss. VI-VII D.C.): análisis de la documentación arqueológica y novedades de los últimos años. In: *Actas del III Congreso de Historia de Andalucía (Córdoba, 2001)*. Córdoba: Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur, p. 41-68.
- BERNAL CASASOLA, D. (2008) - El final de la industria pesquero-conservera en Hispania (ss. V-VII d.C.) entre Obispos, Bizancio y la evidencia arqueológica. In: Napoli, J. (ed.) *Ressources et activités maritimes des peuples de l'Antiquité. Les Cahiers du Littoral*, 2 (6), p. 31-58.
- BOCH PUCHE, F.; MACIAS I SOLÉ, J. M.; MENCHON I BES, J.J.; MUÑOZ MELGAR, A.; TEIXELL NAVARRO, I. (2005) - La Transformació Urbanística de l'Acrópolis de Tarragona: avanç de les excavacions del pla director de la Catedral de Tarragona (2000-2002). In: *VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispánica. Les Ciutats Tardoantigues d'Hispania: Cristianizació i Topografia (Barcelona 2003)*. Barcelona: IEC; AV; UV; UB; UAB, p. 167-174
- BODELÓN, S. (1989) – *Literatura latina de la Edad Media en España*. Madrid: Ed. Akal.

- BONIFAY, M. (1986) - Observations sur les amphores tardives à Marseille d'après les fouilles de la Bourse (1980-1984), *Revue Archéologique de Narbonnaise*, 19, p. 269-305.
- BONIFAY, M.; PIERI, D. - (1995) Amphores du Ve au VIIe s. à Marseille: nouvelles données sur la typologie et le contenu, *Journal of Roman Archaeology*, 8, pp. 94-120.
- BUGALHÃO, JACINTA (2001) - *A indústria romana e transformação e conserva de peixe em Olisipo*. Lisboa, Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- CABALLERO ZOREDA, L.; MATEOS CRUZ, P. (1995) – Excavaciones arqueológicas en la Basílica de Santa Eulália de Mérida. In: *IV Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica (Lisboa, 1992)*. Barcelona: IEC / UB / UNL, p. 297-307.
- CABRAL, J.; CARDOSO, G.; ENCARNAÇÃO, J.; NIEUWENDAM, L. (2002) - Sondagens em Caparide. *Al-Madan*, II série, 11, p. 6.
- CARVALHO, T. P. (1998) – *A terra sigillata* de Boelhe. *Cadernos do Museu*, 4. Penafiel: Museu Municipal, p. 63-78.
- CARRERAS MONFORT, C. (2000) – *Economía de la Britannia Romana: la importación de alimentos*. Barcelona: Univ. Barcelona.
- CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, E. (1995) – Cristianización y arqueología cristiana primitiva de la Lusitania: las áreas rurales. In: *IV Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica (Lisboa, 1992)*. Barcelona: IEC / UB / UNL, p. 359-375.
- COELHO-SOARES, A. (1987) – Materiais arqueológicos da Courela dos Chãos (Sines). *Setúbal Arqueológica*, VIII, p. 193-202.
- CORTEZ, F. R. (1950) – *Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal*. Coimbra (separata de *O Instituto*, 114 (com numeração própria).
- COUTINHO, H. (1997) – *Terra Sigillata Clara do Montinho das Laranjeiras – 1990 e 1991*. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim.
- CUNHA, M. (2008) *As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz) Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia*. Lisboa: MNA (O Arqueólogo Português, Suplemento, 4).
- CUNLIFFE, B. (2001) *Facing the Ocean. The Atlantic and its Peoples 8000 BC – AD 1500*. Oxford: Oxford University Press.
- DELGADO, M. (1975) – Les Sigillées Claires. In : Alarcão, J. ; Étienne, R. (dir) *Fouilles de Conimbriga IV. Les Sigillées*. Paris : Diffusion E. De Boccard, p. 249-313.
- DELGADO, M. (1988) Contribuição para o estudo das cerâmicas romanas tardias do Médio Oriente encontradas em Portugal. *Cadernos de Arqueologia*, série II, 5, p. 35-49.
- DELGADO, M. (1992) Cerâmicas romanas tardias de Mértola originárias do médio oriente. *Arqueologia Medieval*, 1, p. 125-133.
- DIOGO, A. M. D. (1994) Cetária da Rua dos Fanqueiros. In: Santana, F.; Sucena, E. (dir.) *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas e Associados, p. 267-8.
- DIOGO, A. M. D. (2000) As ânforas das escavações de 1989 / 93 do Teatro Romano de Lisboa. *Revista portuguesa de Arqueologia*, 3 (1), p. 163-179.
- DIOGO, A. M. D.; REINER, F. (1987) – Duas notícias sobre fornos romanos de fabrico de ânforas. *Conimbriga*, XXVI, p. 113-124.
- DIOGO, A. M. D., TRINDADE, L. (2000a) – Ânforas e sigillatas tardias (claras, focenses e cipriotas) provenientes das escavações de 1966 / 67 do teatro romano de Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2 (2), p.83-95.
- DIOGO, A. M. D., TRINDADE, L. (2000b) - Vestígios de uma unidade de transformação do pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3 (1), p.181-205.
- ETIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. (1994) – *Un Grand Complexe Industriel a Tróia (Portugal)*, Paris: E. de Boccard.
- ETIENNE, R.; MAYET, F. (2002) – *Salaisons et Sauces de Poisson Hispaniques*, Paris: E. de Boccard.
- FABIÃO, C. (1993) – A Antiguidade tardia e a desagregação do Império. In: Medina, J. (dir.) *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Vol. III. Amadora: Ediclube: 11-32.
- FABIÃO, C. (1996) – O Comércio dos Produtos da Lusitânia Transportados em Ânforas do Baixo-império. In: Filipe, G.; Raposo, J. M. C. (dir) *Ocupação romana nos estuários do Tejo e do Sado (Actas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e Sado, Seixal, 1991)*. Lisboa: C.M. do Seixal / Publicações Dom Quixote, p. 329-342.
- FABIÃO, C. (no prelo) - A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou chameira no Império Romano? In: *VI Mesa Redonda sobre a Lusitânia Romana (Cascais, 2004)*.
- FABIÃO, C.; DIAS, M. S.; CUNHA, M. (2008) – *Sit Tibi Terra Levis. Rituais funerários romanos e paleocristãos em Portugal* (Guia de Exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

- FABIÃO, C.; FILIPE, I.; DIAS, M.I.; GABRIEL, S.; COELHO, M. (2008) - Projecto "A Indústria de recursos haliêuticos no período romano: a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém, o estuário do Tejo e a fachada atlântica. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 1, p. 35-40.
- FARIA, A. M. (1988) - On finds of Suevic and Visigothic coins in the Iberian Peninsula and their interpretation. In: Marques, M. G.; Metcalf, D. M. (eds.) *Problems of Medieval Coinage in the Iberian area*. Santarém: Sociedade Numismática Scalabítana / Instituto de Sintra, p. 71-88.
- FERNANDES, I. C.; SANTOS, M. T. (2008) – Carta Arqueológica do Concelho de Palmela. In: *Roteiro de exposição Palmela Arqueológica. Espaços, Vivências, Poderes*. Palmela: C. M. Palmela, p. 13-19.
- FERREIRO, A. (1999) - *The Visigoths. Studies in Culture and Society*. Leiden/Boston/Köln: Brill (*The Medieval Mediterranean. Peoples, economies and cultures, 400-1453*, 20).
- FILIPE, G.; RAPOSO, J. M. C. (dir) (1996) - *Ocupação romana nos estuários do Tejo e do Sado (Actas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e Sado, Seixal, 1991)*. Lisboa: C.M. do Seixal / Publicações Dom Quixote.
- FILIPE, I. (2006a) – *Sondagens Arqueológicas. Casa do Governador da Torre de Belém. Relatório dos trabalhos arqueológicos*, Era, Arqueologia S.A., policopiado.
- FILIPE, I. (2006b) - *Relatório da escavação de emergência realizada na fábrica romana de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Era, Arqueologia S.A.*, policopiado, <http://www.nia-era.org/component/>
- FILIPE, I.; FABIÃO, C. (no prelo) - Uma unidade de produção de preparados de peixe de época romana na Casa do Governador da Torre de Belém (Lisboa): uma primeira apresentação.
- FONTES, L. F. O. (1995) – A Igreja sueva de Dume (Braga). In: *IV Reunión de Arqueologia Cristiana Hispánica (Lisboa, 1992)*. Barcelona: IEC / UB / UNL, p. 415-427.
- FREITAS, V. T.; SOARES, I. (2008) – O sítio da Cruzinha no contexto ocupacional de época romana da Ria de Alvor. *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 2007) vol II Posters*. Xelb, 8, p. 67-78.
- GUIMARÃES, J. A. G. (1995) – *Gaia e Vila Nova na Idade Média. Arqueologia de uma área ribeirinha*. Porto: Universidade Portucalense.
- GARCÍA MORENO, L. (1972) Colónias de Comerciantes Orientales en la Península Ibérica. S. V-VII. *Habis*, 3, p. 127-154.
- GARCÍA MORENO, L. (1989) - *Historia de España Visigoda*. Madrid: Cátedra.
- GRAEN, D. (2007) – O sítio da Quinta de Marim (Olhão) na época tardo-romana e o problema da localização da *Statio Sacra*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10, 1, p. 275-288.
- GRIERSON, P. (1982) – *Byzantine Coins*. Berkley: University of California Press
- HARTMANN, C. C.; COLLINS, R. (2002) – *João de Santarém (Biclarense). Crónica*. Edição crítica de C. C. Hartmann e comentário histórico de R. Collins. Lisboa: Colibri (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa. Literatura Medieval).
- HODGES, R.; WHITEHOUSE, D. (1983) – *Mohammed, Charlemagne and the origins of Europe*. London: Duckworth.
- JORGE, A. M. C. M. (2002) - *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (III – VII ème siècles)*. Lisboa : Instituto Português de Arqueologia.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana (II a.C. – VI d.C.)*, Barcelona, Publicaciones Universitat de Barcelona.
- LOPES, V. (2003) – *Mértola na Antiguidade Tardia*. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do cristianismo. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIAS, S. (2005) *Mértola o último porto do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MAIA, M. G. P. (1974) – Cerâmica fina oriental de Tróia de Setúbal: "Late Roman C Ware". *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973)*. I Vol., Porto: Ministério da Educação Nacional – Junta Nacional da Educação, p. 333-341.
- MAIA, M. G. P. (1978) – Contributos para as cartas de distribuição em Portugal da "sigillata luzente" e da "Late Roman C Ware". *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1977)*. Vol. I, Lisboa: AAP, p. 295-307.
- MALONEY, S. J. (1995) – The early Christian basilican complex of Torre de Palma (Monforte, Alto Alentejo, Portugal). In: *IV Reunión de Arqueologia Cristiana Hispánica (Lisboa, 1992)*. Barcelona: IEC / UB / UNL, p. 445-458.
- MALONEY, S. J.; RINGBOM, A. (2000) – 14C Dating of mortars at Torre de Palma, Portugal. In: *V Reunión de Arqueologia Cristiana Hispánica (Cartagena, 1998)*. Barcelona: IEC / UM/ UB / UAB / MAC, p. 151-155.

- MANTAS, V. G. (1986) Um miliário de Adriano em Alfeizerão. *Conimbriga*, XXV, p. 213-225.
- MANTAS, V. G. S. (1990) As Cidades Marítimas da Lusitânia. In: *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires (Table Ronde Internationale du CNRS, Talence, 1988)*, Paris, CNRS (Collection de la Maison des Pays Ibériques, 42), p. 149-205.
- MANTAS, V. G. (1996) Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado. In: Filipe, G.; Raposo, J.M.C. (eds.) *Ocupação romana nos estuários do Tejo e do Sado (Actas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e Sado, Seixal, 1991)*. Lisboa: C.M. do Seixal / Publicações Dom Quixote, p. 343-369.
- MANTAS, V. G. (1999) As *villae* marítimas e o problema do povoamento do litoral português na época romana. In: Gorges, J.-G.; Rodríguez Martín, G., eds., *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velásquez (Collection de la Casa de Velásquez, 65), pp. 135-156.
- MANTAS, V. G. S. (2004) Vias e portos na Lusitânia romana. In: Gorges, J.-G.; Cerrillo, E.; Nogales, T. (eds.) *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones (Cáceres, 2002)*, Madrid: Ministerio de Cultura, p. 427-453.
- MAROT, T. (1997) Aproximación a la circulación monetaria y las islas baleares durante los siglos V y VI: la incidencia de las emisiones vándalas y bizantinas. *Revue Numismatique*, vol. 6, 152, p. 157-190.
- MAROT, T. (2000-2001) La Península Ibérica en los siglos V-VI: consideraciones sobre provisión, circulación y usos monetarios. *Pyrenae*, 31-32, p. 133-160.
- MAROT, T.; MAR LLORENS, M.; SALA, F. (2000) – Contextos monetários del siglo VI: las monedas procedentes de los vertederos del Barrio de Benabía (Alicante). In: *V Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica (Cartagena, 1998)*. Barcelona: IEC / UM/ UB / UAB / MAC, p. 507-517.
- MARQUES, M. G. (1998) - *A Moeda Peninsular na Idade das Trevas*. Sintra: Instituto de Sintra.
- MARTIN, A. (2005) - Pottery at Ostia (4th to 8th centuries): the evidence from the AAR-DAI excavations, *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 39. Abingdon, pp. 127-132.
- MATEU Y LOPIS, F. (1947) La Moneda Bizantina en España. *Cronica del III Congreso Arqueológico del Sudoeste Español*, Murcia, p. 310-320.
- MAYET, F.; SILVA C.T. (1998) - *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris, Diff. E. De Boccard.
- MAYET, F.; SILVA C.T. (2002) - *L'atelier d'amphores de Abul (Portugal)*. Paris, Diff. E. De Boccard.
- MCCORNICK, M. (2002) *Origins of European Economy. Communications and Commerce AD 300-900*. New York: Cambridge University Press.
- METCALF, D. M. (1999) *Visigothic monetary history: the facts, what facts?* In: Ferreiro, A. ed, *The Visigoths. Studies in Culture and Society*. Leiden/Boston/Köln: Brill (*The Medieval Mediterranean. Peoples, economies and cultures, 400-1453*, 20), pp. 201-217.
- MOITA, I. (dir) (1994) - *O livro de Lisboa*. Lisboa: Expo 98; Lisboa 94; Livros Horizonte.
- MORAIS, R. (1998) – *As Ânforas da zona das Carvalheiras. Contribuição para o estudo das ânforas romanas de Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho (*Cadernos de Arqueologia / Monografias*, 8).
- NEVES, M. J.; ALMEIDA, M.; BASÍLIO, L.; DIAS, G. (2006) – Habitação 20: o contributo possível de uma escavação de Arqueologia preventiva para o conhecimento da ocupação romana de Cacela-a-Velha. *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 2005) Vol. II - Posters*. *Xelb*, 6, p. 59-68.
- NOTÍCIAS (1960-1961) – *Noticias nova et vetera, Conimbriga*, II-III, p. 297-331.
- PALOL, P. (1949) – Ponderales y exagia romano bizantinos en España. *Ampurias*, 11, p. 127-150.
- PALOL, P. (1952) *De Exagia*. *Ampurias*, 14, p. 217-218
- PARREIRA, R. (1997) "O Salvamento Arqueológico das Ruínas Romanas da Praia da Luz (Lagos): as Oficinas de Salga a Oriente do Balneário (Escavações de 1987 – 1988)", *Setúbal Arqueológica*, 11-12, p. 241-248.
- PIMENTA, J.; FABIÃO, C. (*no prelo*) - Ânforas orientais em *Olysipona* (Lisboa): a vitalidade da rota atlântica em época pós-romana.
- PINTO, I. V.; LOPES, C. (2006) – Ânforas das *villae* romanas alentejanas de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora). In: Silva, C. T.; Soares, J. (dir.), *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a*

- Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 197-224.
- PONSICH, M. (1988) – *Aceite de Oliva y Salazones de Pescado. Factores Geo-Economicos de Bética y Tingitania*. Madrid: Universidad Complutense.
- QUARESMA, J. C. (1999) – *Terra sigillata* africana, hispânica, focense tardia e cerâmica africana de cozinha de *Mirobriga* (Santiago do Cacém). *Conimbriga*, XXXVIII, p. 137-200.
- RAMOS, A. C.; ALMEIDA, R.; LAÇO, T. (2006) - O Complexo Industrial da Rua Silva Lopes (Lagos). Uma primeira leitura do sítio e análise das suas problemáticas no quadro da indústria conserveira da Lusitânia meridional. In: Silva, C. T.; Soares, J. (dir.) *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 83-100.
- RAMOS, A. C.; LAÇO, T.; ALMEIDA, R.; VIEGAS, C. (2007) - Les Céramiques communes du Vle s. du complexe industriel de salaisons de poisson de Lagos (Portugal). In: Bonifay, M.; Trégliat, J-C (dir.) *LRCW 2. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry*. Oxford: BAR International Series 1662 (1), p. 85-97.
- RAPOSO, J. M. C. (1990) – Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo. In: Alarcão, A.; Mayet, F. (eds.) *Ânforas Lusitanas: Tipologia, produção, Comércio*. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga e Diffusion E. De Boccard, p. 117-151.
- RAPOSO, J. M. C.; SABROSA, A. J. G.; DUARTE, A. L. C. (1995) – Ânforas do vale do Tejo. As olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete). *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993)*. Vol. VII. Porto: SPAE, p. 331-352.
- REMOLÀ VALLVERDÚ, J. (2000) - *Las ânforas tardo-antiguas en Tarraco (Hispania Tarraconense)*. Barcelona: Publicaciones de la Universidad de Barcelona.
- SEAR, D. R. (1974) *Byzantine Coins and their values*. London: Seaby.
- SEPÚLVEDA, E.; GOMES, N.; SILVA, R. B. (2003) – Intervenção arqueológica urbana na Rua dos Douradores / Rua de S. Nicolau (Lisboa), 1: a *terra sigillata*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6 (2), p. 401-414.
- SIERRA FERNÁNDEZ, J. A. (1994) – Cerâmicas focesas de barniz rojo (Late Roman C) en el valle del Guadalquivir y Estrecho de Gibraltar. In: *III Reunión d'Arqueologia Cristiana Hispânica (Maó, 1988)*. Barcelona: IEC / UB / CIM, p. 391-395.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (dir.) (2006) - *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. (2006) – Produção de preparados piscícolas na Sines romana. In: Silva, C. T.; Soares, J. (dir.), *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 101-122.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A.; SOARES, J. (1986) – Fábrica de Salga da Época Romana da Travessa de Frei Gaspar (Setúbal). In: *I Encontro de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*, Lisboa, MEC, SEC, IPPC, p. 155-160.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A.; SOARES, J. (1987) – Nota sobre o material anfórico da foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*, VIII, p. 203-219.
- SOUSA, E. M. (2001) - Contributos para o estudo da cerâmica focense tardia ("*Late Roman C Ware*") no municipium olisiponense. *Conimbriga*, XL, p. 201-226.
- TEICHNER, F. (2008) – *Entre tierra y mar. Zwischen Land und Meer*. 2 vols. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (*Stvdia Lusitana*, 3).
- TORRES, C.; MACIAS, S. (1993) – *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (1996) – Materiais provenientes do sítio romano da Comenda (Setúbal). *Al-madan*, II série, 5, p. 7-12.
- TYERS, P. *Roman Pottery in Britain*: <http://www.potsherd.uklinux.net/index.php>
- VIEGAS, C. (2003) – *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, economia e comércio. Trabalhos de Arqueologia*, 26. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- VIEGAS, C. (2006) – *A Cidade Romana de Balsa (Torre de Ares – Tavira): (1) A terra sigillata*. Tavira: Município de Tavira.
- VIEGAS, C. (2008) – *A cidade de Ossonoba: importações cerâmicas*. In: *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular Hispânica Romana (Faro, 2004)*. Faro: Universidade do Algarve, p. 215-231.
- WARD-PERKINS, B. (2005) – *The fall of Rome and the end of Civilization*. Oxford, Oxford University Press.

WHITE, R. (2007) – *Britannia Prima. Britain's last Roman province*. Gloucestershire: Tempus

#### **Abstract**

#### **Western Iberia in the VI<sup>th</sup> century: on a *Justinianus I pentanummium* found at the Governors' House of Torre de Belém fish production unit (Lisbon, Portugal)**

A Justinianus I *pentanummium* minted at Constantinople (538-542) was found in abandonment context of a salted fish production centre at Torre de Belém Governor's House, Lisbon. Trying to understand the meaning of such a found in the westernmost part of the Iberian Peninsula was done an inventory of some other late oriental artefacts in this region (*Phocean red slip ware*, the so called *Hayes Late Roman C ware*, late oriental amphorae and Byzantine *exagüia*).

The distribution of those artefacts shows, in one hand, the contact continuity between the Eastern Mediterranean and the Iberian Peninsula's west, and in the other hand a consistent pattern of interaction between the towns and also between them and their rural territories, as it happens in Late Roman period. Despite the still scarce information, it seems probable the continuity of marine resources exploitation, but surely not in the fabric excavated at Torre de Belém Governor's House. The presence of a Byzantine coin in the westernmost part of Iberian Peninsula should be seen as a part of this economic dynamics.

## FUNCHAIS 6: RESULTADOS PRELIMINARES DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Sandra Brazuna<sup>1</sup>  
Manuela Dias Coelho<sup>1</sup>



Figura 1 – Localização de Funchais 6 na fotografia aérea (foto retirada de Google Earth).

### 1. Introdução

Os trabalhos realizados no sítio de Funchais 6 enquadraram-se numa perspectiva de minimização de impactes, sobre o património arqueológico, decorrentes das obras de implementação do Bloco de Rega do Pisão (EDIA, S.A.), em Beringel, concelho de Beja. A intervenção manual de diagnóstico efectuada foi preconizada após a identificação de um contexto arqueológico preservado, no âmbito do acompanhamento arqueológico.

A realização destes trabalhos teve como objectivo genérico a caracterização e a avaliação do valor científico e patrimonial dos vestígios arqueológicos que constituem o sítio, bem como a definição dos seus limites espaciais.

Neste sentido, realizaram-se 5 sondagens dispostas em zonas onde se podiam observar estruturas negativas em corte, levando posteriormente ao alargamento de algumas áreas, totalizando uma intervenção manual de 29 m<sup>2</sup>.

### 2. Localização e enquadramento geográfico

O sítio Funchais 6 situa-se numa pequena elevação a Noroeste de Beringel, distrito de Beja.

O espaço onde se localiza o sítio arqueológico apresenta um controlo total da paisagem envolvente e encontra-se relativamente destacado na paisagem, em área de peneplanície. Actualmente esta é uma zona marcadamente agrícola onde se desenvolve uma agricultura de sequeiro.

Ao nível da geologia, o sítio de Palhais encontra-se na zona de Ossa Morena, no Complexo Ígneo de Beja ou Complexo de Odivelas de Andrade *et al.* (1976) ou à parte plutónica do Subgrupo de Odivelas de Andrade (1983) – Gabros (Superiores) de Beja, uma unidade litológica do Devónico superior.

### 3. Trabalhos realizados

#### 3.1. Sondagens 1 a 4

Nas Sondagens 1, 2, 3 e 4, sob o depósito de superfície remexido, foram identificadas estruturas negativas tipo silos escavadas no substrato geológico, designadas Silos 1, 2, 3 e 4. Estas estruturas negativas apresentavam forma circular no topo (a parte preservada, visto que parte dos topos originais foram truncados pela vala de obra), desenvolvendo-se em parede côncava com inflexão gradual para a base, plana e circular.

Estes silos, na última utilização, terão funcionado como zonas de acumulação de entulho/lixreira, colocando-se a hipótese de a sua construção estar relacionada com um primeiro uso enquanto estruturas de armazenamento (de cereal?), comum neste tipo de contextos. No entanto,

<sup>1</sup> ERA Arqueologia, S.A.

para o Silo 3 poderá questionar-se esta funcionalidade, pois este apresentava uma profundidade muito reduzida (máximo de 0,50m), distinta dos outros silos identificados.

No preenchimento dos silos foram identificados distintos momentos de acumulação de sedimentos, traduzidos em depósitos de enchimento de matriz arenosa e solta. No caso dos Silos 1 e 2, salienta-se, em cada um dos seus enchimentos, um nível de concentração pétreo de calhaus e blocos em bruto de diorito configurando uma “carapaça” pétreo. Por outro lado, no Silo 3, imediatamente sobre a base da estrutura, localizou-se um depósito em área circunscrita, ao centro, caracterizado por cinzas e carvões, indiciando um episódio de combustão *in loco* ou no exterior, com posterior transporte de cinzas para o interior da estrutura negativa.

O Silo 4, de consideráveis dimensões (3 metros de diâmetro e 2,5 metros de profundidade), apresentava algumas particularidades que importa referir. A abertura desta estrutura teria originado a destruição de uma outra pré-existente e anexa a esta, ou seja, no sector Oeste da parede do silo foi identificada uma falha na parede, uma interface de destruição que permitiu verificar a existência de uma outra estrutura negativa mais para Oeste, também ela preenchida com sedimento. Nesta interface foram colocados blocos de dioritos afeiçãoados e dispostos de forma organizada, sugerindo a colmatação deste espaço vazio com a “construção” de uma parede “tosca”, permitindo a utilização do Silo 4.

Ainda relativamente ao Silo 4, no seu preenchimento foi identificada uma concentração pétreo de blocos e calhaus de dioritos em bruto, de formas irregulares, encostada à parede do silo. A sua acumulação deverá ter acontecido de forma abrupta, levando a que parte da parede do silo cedesse com a sua acumulação, tendo sido identificados blocos de substrato desagregado resultantes de abatimento da parede. Outra situação verificada no interior desta estrutura reporta para a forma de deposição de uma unidade estratigráfica, com acumulação de sedimentos em forma de “cone”, havendo uma vertente acentuada do topo da unidade, a partir da zona central da estrutura para as zonas próximas da parede, de inferior altimetria.

Relativamente ao espólio identificado nos enchimentos destes silos, foram recolhidos abundantes registos de faunas mamalógica e malacológica e fragmentos de cerâmica comum e de construção. Destaca-se a presença pontual de fragmentos de cerâmica melada e vidrada, metais, cerâmica pintada, um fragmento de vidro, um fragmento de *terra sigillata* e um fragmento de osso polido.

### 3.2. Sondagem 5

Na Sondagem 5 foi identificada uma estrutura negativa de grandes dimensões, de limites apenas parcialmente visíveis, não sendo possível uma caracterização deste espaço, podendo, no campo das hipóteses, tratar-se de um troço de fosso ou de uma fossa de grandes dimensões devido à tendência para a circularidade no troço visível, ou, noutra possível interpretação enquanto fosso, apresentar topo serpenteante de largura variável, devido ao facto de as paredes Sudoeste e Nordeste estreitarem no sentido NE e SW, respectivamente.

Esta estrutura, de cerca de 5,80 metros de diâmetro/largura e 1,60 metros de profundidade apresentava-se escavada no substrato geológico. A zona mais profunda, de base aplanada, era continuada, a Nordeste, por uma outra área menos profunda, em degrau com a primeira, como um acesso rampeado. O lado Sudoeste desenvolvia-se com parede abrupta e côncava, com tendência para a verticalidade.



Figura 2 – Sondagem 5 – trabalhos.

Num dos alargamentos realizados nesta sondagem verificou-se uma possível continuação desta estrutura, já indiciando um fecho e corroborando a hipótese desta realidade corresponder a uma grande fossa escavada no substrato geológico. Genericamente, estas estruturas constituíam uma grande estrutura negativa de orientação (visível) SW-NE.

Na zona mais profunda da base foram identificadas duas concavidades de forma sub-circular escavadas no substrato geológico, podendo tratar-se de dois buracos de poste, o que levaria à interpretação de uma ocupação de cariz habitacional, uma hipótese confirmada por outro tipo de realidades observadas também no seu interior. De facto, salienta-se, na base da estratigrafia, a existência de dois depósitos de argilas que poderiam ter funcionado como um nível de regularização e impermeabilização da base. Sobre um destes depósitos, foi identificada uma lareira caracterizada por uma concentração de blocos e calhaus de dioritos dispostos de forma organizada, limitando uma área de tendência sub-circular. Aqui foram ainda identificados fragmentos de telha e tijolo e abundantes fragmentos de fauna mamalógica, destacando-se um ou dois crânios de ovino. Neste contexto foram recolhidos abundantes materiais arqueológicos. Esta estrutura encontrava-se sob um nível de cinzas e carvões localizados em área circunscrita. A cobrir as realidades acima descritas, observou-se um novo nível de argilas compactas e homogêneas, avermelhadas, em toda a área do interior da grande estrutura negativa tipo fosso/a.



Figura 3 – Silo 6 - enchimento de forma rampeada devido ao abatimento parcial da parede da estrutura.

Ainda relativo a uma primeira fase de ocupação/construção pode observar-se a existência de um Silo (Silo 6) escavado no substrato geológico e apenas parcialmente preservado, visto que os quadrantes SW e SE encontravam-se já destruídos devido ao abatimento parcial da parede. O troço de “boca” de silo preservado apontava um topo com tendência para a circularidade, ainda que irregular, desenvolvendo-se em parede côncava até uma base aplanada e regular.

A Nordeste deste silo observou-se a existência de uma pequena plataforma escavada no substrato geológico e apenas parcialmente visível, originando um degrau em plano altimétrico intermédio entre o topo do substrato geológico e o nível de utilização das estruturas negativas acima descritas. Nesta plataforma intermédia, que deveria ter funcionado como forma de acesso, foi identificado um pavimento tipo lajeado, apenas parcialmente visível e construído com lajes de diorito afeiçoadas e dispostas na horizontal, por sua vez, sobre um nível de argilas de regularização/preparação.



Figura 4 – Plano final de Alargamento de Silo 6.

Ainda associada ao silo 6, foi identificada uma possível estrutura negativa idêntica a este e apenas parcialmente visível, desenvolvendo-se para Este. Esta estrutura não foi intervencionada pois não se encontrava sujeita a afectação, tendo sido preservada. Ainda que apenas como hipótese, devido à forma do topo e às características dos depósitos identificados no seu interior, pode colocar-se a hipótese desta estrutura, em conjunto com o Silo 6, corresponder a uma situação de silos geminados.

Na segunda fase de ocupação verificou-se a abertura do Silo 5, uma estrutura negativa “tipo saco”, de forma circular, parede côncava e base aplanada. A sua abertura cortou, no limite SW, a parede da estrutura negativa de grandes dimensões tipo fosso/a e os dois níveis de argila de base para impermeabilização/regularização acima referidos.

A esta mesma Fase corresponde uma possível estrutura construída em taipa, feita aquando da abertura deste silo, visto que a primeira corresponde ao prolongamento da parede deste, apenas aberto parcialmente no substrato geológico. Esta estrutura em taipa encontrava-se apenas parcialmente visível mas, aparentemente, tratava-se de uma construção com argilas compactas e vermelhas, homogêneas, com inclusão de blocos e calhaus de dioritos e

nódulos de calíço, constituindo uma construção com cerca de 80cm de largura e de orientação W-E.

Na terceira fase de ocupação, verificou-se o enchimento da grande estrutura tipo fosso/a construída na primeira fase. Estes depósitos de enchimento caracterizavam-se por níveis alternados de sedimento argiloso e compacto de cor vermelha e um nível de sedimento negro com abundância de cinzas e carvões, podendo indiciar um momento de incêndio localizado na parte mais profunda e central da estrutura.

Ainda no interior da grande estrutura negativa foi identificada uma outra estrutura, também correspondente a uma interface negativa (tipo vala?), apenas parcialmente visível e escavada nos depósitos da terceira fase. Esta vala apresentava uma orientação E-W e uma profundidade máxima de cerca de 30cm. Encontrava-se preenchida com blocos e calhaus de dioritos e gabros, em bruto ou afeiçãoados e abundante cerâmica de construção, sugerindo uma realidade tipo derrube

Os elementos que compunham este derrube indicavam ter pertencido a estruturas desmanteladas devido ao afeiçãoamento/aparelhamento dos blocos e calhaus de dioritos e a forte componente de cerâmica de construção (tijolo, *tegulae* e *imbrex*), incluindo blocos/nódulos de *opus*. Aqui foram identificados abundantes materiais arqueológicos em que se destacam os fragmentos de cerâmica comum pintada.

No topo do enchimento desta vala encontrava-se um depósito caracterizado por sedimento negro com abundância de cinzas e carvões (um novo nível de incêndio?) e abundância de materiais arqueológicos (cerâmica comum, cerâmica comum pintada, cerâmica vidrada e melada e pontuais registos em metal).

Às fases subsequentes verificou-se o início do enchimento do Silo 6 (e da possível estrutura idêntica e anexa a este) enquanto estrutura de acumulação de entulhos/lixeria, com momentos de abatimento da parede para o interior deste. De igual forma, a grande estrutura negativa tipo fosso/fossa foi sendo preenchida. À medida que tal situação se verificava o espaço ia sendo reformulado/reestruturado, por exemplo, com a construção de um *murete* na zona de acesso à entrada.

Nas últimas fases de utilização, a colmatação das estruturas negativas identificadas na Sondagem 5 é caracterizada por depósitos arenosos com forte componente artefactual e abundância de cinzas e carvões (níveis de incêndio?) ou depósitos arenosos e soltos com abundância de calíços, provavelmente resultado da mobilização de substrato geológico desagregado, ao contrário dos depósitos localizados nos níveis inferiores que apresentavam uma matriz muito argilosa e compacta de cor avermelhada. Também numa das últimas fases de utilização verificou-se o enchimento do Silo 5.

Por último, sob o depósito de superfície remexido, verificaram-se contextos, ainda que preservados e sem indícios de intrusões posteriores (conjunto artefactual coerente e similar ao identificado nas Fase anteriores), que deverão relacionar-se com um intervalo de tempo inserido numa fase de abandono do sítio arqueológico, traduzindo realidades sedimentares acumuladas em momentos pós-ocupacionais.

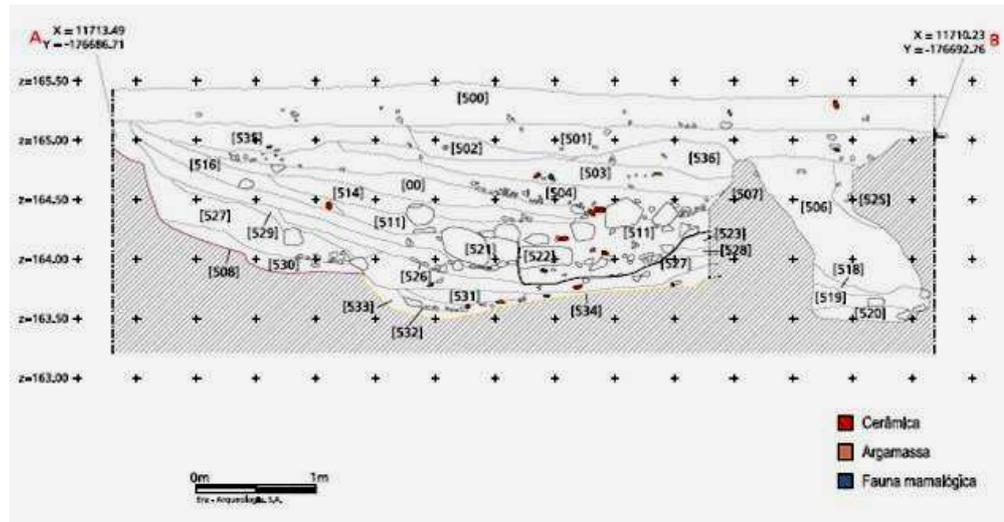


Figura 5 – Corte estratigráfico da Sondagem 5.

#### 4. Componente artefactual

Pela análise preliminar dos materiais recolhidos em Funchais 6 é possível enquadrar esta ocupação no período islâmico. Nesta abordagem de carácter sumário optou-se por adoptar a tipologia apresentada por Helena Catarino (CATARINO, 1997/98).

##### 4.1. Recipientes de cozinha

Deste conjunto foram identificadas Panelas e Sertãs ou Frigideiras. As Sertãs identificadas indicam a variante 3A, de período Emiral e Califal (sécs. X-XI). No entanto, neste conjunto foram também identificados fragmentos da variante 3B, ou seja com difusão a partir dos reinos de Taifas e com presença habitual em contextos almorávidas e almóadas (sécs. XII/XIII).



Figura 6 – Panela com caneluras.

##### 4.2. Recipientes de cozinha e de mesa

No conjunto registou-se a presença de Púcaros e Pucarinhos e as Pucarinhas ou Jarrinhas. Não foi possível apontar qual a variante das Pucarinhas ou Jarrinhas e relativamente aos Púcaros ou Pucarinhos, foram identificadas peças da variante 9B (sécs X-XI) com pintura a branco sobre caneluras.

##### 4.3. Recipientes de armazenamento e de mesa

Nesta categoria foram identificados fragmentos de Cântaros, muitas vezes com decoração pintada ou impressa. Os fragmentos identificados correspondem às variantes 14C (séc. XII-XIII) e 14A (séc. X-XI), alguns destes com pintura da superfície externa.



Figura 7 – Fragmento de Sertã com brunimento.

Foram também recolhidos fragmentos de Alguidares da variante 16A, do período Emiral (sécs. VIII-X), um dos fragmentos com decoração incisa de traços ondulados, característica desta variante. No entanto, pela análise preliminar dos fragmentos identificados poderão existir peças da variante 16C, já relativos aos Reinos de Taifas, do séc. XI.

Relativamente às Candeias ou Candis foram apenas identificados dois fragmentos de bico de candil em Funchais 6. Pelos fragmentos identificados parece encontrar-se presente a variante 19A.1, de período Emiral, ou seja, entre os sécs. VIII e X.

#### 4.4. Decorações

Em Funchais 6 foi identificada a pintura branca em traços grossos (geralmente conjunto de três traços), em composições radiais ou faixas sucessivas, de cronologia tardia e geralmente apontada para o século XII.

Registou-se igualmente a presença de fragmentos com pintura vermelha a óxido de ferro e a pintura negra a óxido de manganés sobre superfícies claras. Para as peças de pasta clara, creme esbranquiçada, com traços de pintura a castanho avermelhado de óxido de ferro aponta-se uma cronologia enquadrável em meados ou finais do século IX, prolongando-se para o período Califal, tal como o caso das decorações com caneluras, também presentes.

Relativamente aos vidrados, os fragmentos recolhidos em Funchais 6 correspondem ao período Califal, com vidrados de cor melada clara, alguns deles com decorações a óxido de manganés. Estão de igual forma presentes os vidrados dos séculos X/XI, ou seja, os casos em que junto do bordo se marca uma sanefa de pontos pretos (CATARINO, 1997/98:824) e os vidrados verdes escuros, que podem enquadrar-se no período almorávida e almóada (sécs. XII-XIII), assim como os vidrados verdes intensos, de tonalidade azeitona. (CATARINO, 1997/98: 826-827).

Com a técnica de corda seca, que surge a partir do século XI, altura dos reinos de Taifas, foi apenas identificado um fragmento em Funchais 6.

#### 4.5 Outros

Ainda relativamente às cerâmicas, recolheram-se várias peças de jogo (com reaproveitamento de fragmentos de telha) e um fragmento de *terra sigillata*, devendo este último ser testemunho da permanência das tradições de época tardo-romana.

No que respeita aos metais, foram identificados vários registos em Funchais 6, alguns deles de difícil caracterização, salientando-se um possível espevitador de candil e um possível bico de candil em metal.

Quanto aos artefactos em pedra, para além dos abundantes registos de elementos arquitectónicos reaproveitados e identificados nos distintos depósitos de enchimento das estruturas negativas de Funchais 6, importa referir a identificação de registos de projecteis de funda em diorito.

Em vidro, foram apenas identificados fragmentos no Silo 4, fragmentos que deveriam corresponder a apenas um fragmento de reduzidas dimensões, impossibilitando a sua caracterização.

De referir, igualmente, a identificação de alguns artefactos em osso, como seja um recipiente de reduzidas dimensões e dois cossoiros decorados.

Saindo do âmbito artefactual, importa referir a abundância dos registos de fauna mamalógica recolhidos e, para as faunas malacológicas, ainda que muitos abundantes, na sua maioria estas correspondem a espécies continentais terrestres de provável presença intrusiva e podendo ser ou não contemporâneas da ocupação. De provável época da ocupação foram apenas identificados pontuais registos de conchas de bivalves marinhos.

Pela análise preliminar do espólio recolhido em Funchais 6, dadas as amplas cronologias apontadas para algumas categorias artefactuais esta ocupação do período islâmico apresenta materiais arqueológicos enquadráveis entre os séculos VIII e XIII. No entanto, ao cruzar os dados das diferentes categorias formais, o período de permanências e inovações identificadas deverá corresponder a um intervalo de tempo entre os séculos X e XII.



Figura 8 – Bicos de candis.



Figura 9 – Fragmentos cerâmicos com pintura a branco.



Figura 10 – Fragmento decorado com a técnica de corda seca.



Figura 11 – Peças de jogo em cerâmica.

## 5. Considerações finais



Figura 12 – Espevitador de candil (?).



Figura 13 – Cossoiro em osso decorado.

A intervenção arqueológica realizada em Funchais 6 resultou na escavação manual dos contextos arqueológicos, traduzidos em estruturas negativas tipo silo, possivelmente de armazenamento, com posterior utilização como área de lixeira/entulhos e uma grande estrutura negativa tipo fosso ou fossa de grandes dimensões. Ainda que conhecida a estratigrafia inerente a essa grande estrutura, visto não ter ficado definida na totalidade a sua forma, não é possível concluir acerca da sua tipologia e funcionalidade, ainda que se tenham observado no seu interior, testemunhos de uma ocupação de cariz habitacional e outro tipo de utilização como seja a de possível lixeira/área de entulhos.

Pelos materiais arqueológicos em estudo, este sítio poderá enquadrar-se, genericamente, no período Islâmico, mais precisamente entre os séculos X e XII.

### Bibliografia

#### Geral

BARKER, P. (1989), *Techniques of Archaeological excavation*. Londres, Batsford.  
CATARINO, H. (1994), "A ocupação islâmica", *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos ossos dias* (dir. de João Medina), vol.3, Ediclube, Amadora, pp. 47-92.  
CATARINO, H. (1997/98), "O Algarve Oriental durante a ocupação Islâmica", *Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, 3 volumes. Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé.

GOMES, R. V.; GOMES, M. V. Coord. (2001), *Palácio Almóada da Alcáçova de Silves*. Museu Nacional de Arqueologia

HARRIS, E. C (1991), *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona, Editorial Critica.

MACIAS, S.; TORRES, C. Coord (2001), *Museu de Mértola – Arte Islâmica*. Campo Arqueológico de Mértola, Câmara Municipal de Mértola.

#### Cartografia

Carta Geológica, folha 8, escala 1:200 000 (Serviços Geológicos de Portugal).  
Google Earth

#### Sites

[www.edia.pt](http://www.edia.pt)  
[www.ipa.min-cultura.pt](http://www.ipa.min-cultura.pt)

### Abstract

#### Funchais 6: preliminary report of the archaeological survey

The archaeological intervention at Funchais 6 resulted in the manual excavation of the archaeological contexts preserved, which means negative structures that could be originally used like storage silos, with posterior use as garbage/rubbish area, and a negative structure, probably a ditch or a pit with large dimensions. Although known the stratigraphy of this big structure, its form wasn't totally defined, so, it is not possible to conclude about its typology and functionality, however habitation and garbage/rubbish evidences in this reality.

From a preliminary analysis, the material assemblages indicate at Funchais 6 an occupation, generically, in Islamic period, between X and XII d.C.



## INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA EM ALGODRES: RESULTADOS PRELIMINARES

Marina Paiva Pinto<sup>1</sup>  
Inês Mendes da Silva<sup>1</sup>

A intervenção arqueológica realizada em Algodres, no concelho de Fornos de Algodres, distrito da Guarda, enquadrou-se numa perspectiva de minimização de impactes face à empreitada de melhoramentos a realizar no centro histórico da aldeia e visou a conclusão da escavação nas áreas anteriormente iniciadas (Alexandra Soares: 2001), bem como, a intervenção de novas áreas a afectar pela referida obra.

A história desta freguesia, localizada junto ao ribeiro de Cortiçô, umas das linhas de água mais importantes da região, remonta ao período do Neolítico, no entanto, no centro histórico da aldeia (área alvo da intervenção aqui em análise), os vestígios mais antigos datam do período romano. É possível, ao caminhar pela aldeia, observar elementos arquitectónicos desta época reaproveitados em alguns muros e, por outro lado, foram inúmeros os achados efectuados no decorrer de escavações efectuadas na praça nos anos 30 e nos finais do séc. XX, inícios do séc. XXI.

A praça de Algodres foi objecto de uma série de intervenções arqueológicas (VALERA, 1999; SOARES, 2000 e PINTO, 2006) que permitiram confirmar as origens romanas desta aldeia e a sua ocupação de longa diacronia durante toda a época medieval-moderna e até aos primórdios da contemporânea, conforme atestam as várias fases de enterramentos identificadas na necrópole.

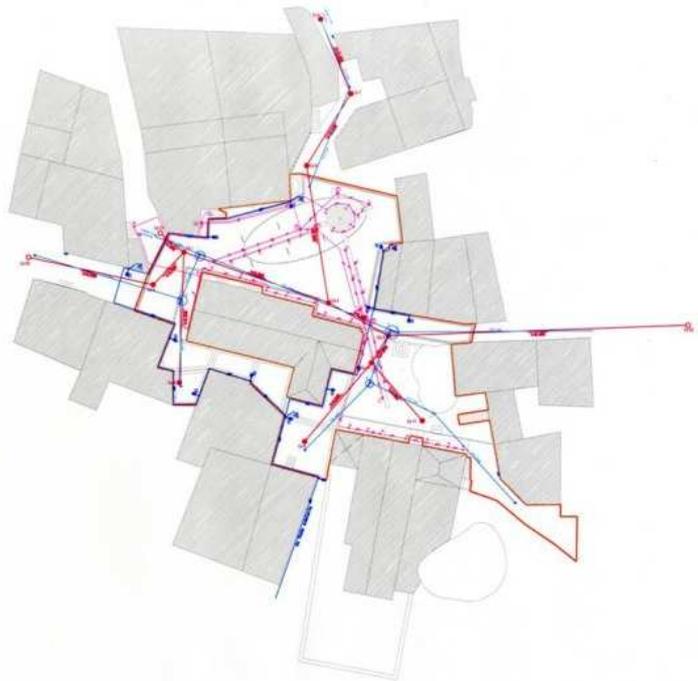


Figura 1 - Planta geral das áreas a afectar no âmbito da empreitada de melhoramentos no centro histórico de Algodres.

<sup>1</sup> ERA Arqueologia, S.A.

Ainda que as intervenções arqueológicas iniciem, após a ocupação romana, uma ocupação deste espaço desde a Antiguidade Tardia, é somente a partir do séc. XII que surgem as primeiras notícias sobre esta terra colocando-a numa posição de elevado protagonismo como vila e cabeça de concelho até ao séc. XIX. Tendo sobrevivido a diversos períodos conturbados da história (guerras com Leão, invasões francesas e várias crises internas) só em 1837 é que foi determinado por decreto a passagem da sede de concelho para Fornos de Algodres.

Os resultados da actual intervenção, ainda que condicionados pela leitura parcial da realidade (refira-se que a área e cota intervencionadas estão relacionadas com a afectação do projecto de execução da obra), possibilitaram a identificação de contextos funerários associados à necrópole de Algodres e de contextos habitacionais que se enquadram, *grosso modo*, no período tardo-romano.

Conforme referido anteriormente, na Praça de Algodres foram registados vestígios que atestam a ocupação daquele espaço em época romana, destacando-se os muros e canalizações identificados junto à fachada lateral Norte da Igreja Matriz e os compartimentos de habitações postos a descoberto nas proximidades do pelourinho de Algodres (Compartimentos 2 e 3) e na Rua de Baixo (Compartimento 1).

O Compartimento 2 caracteriza-se pela presença de um lajeado de grandes dimensões e parece corresponder a um ambiente interior apresentando ambas as paredes revestidas com argilas de tonalidade avermelhada. Apesar de não ter sido possível aferir as suas reais dimensões, aparenta ser um espaço algo exíguo (tem cerca de 188 cm de largura, tendo sido impossível determinar o seu comprimento uma vez que este excede os limites da área intervencionada) relacionado, eventualmente, com uma área onde se confeccionariam alimentos, considerando a presença maioritária de loiça de cozinha e alguns grandes recipientes (*dolia*), recolhidos nos depósitos associados aos níveis de abandono deste espaço.

O Compartimento 3, apresenta características semelhantes ao Compartimento 2: um lajeado de grandes dimensões e uma única parede conservada revestida com argilas de tonalidade avermelhada. Efectivamente, não foi registado o limite Sudeste deste ambiente que terá sido destruído no decurso do século XX pela construção de infraestruturas relacionadas com a rede de abastecimento público de águas. Não obstante, atendendo aos vários fragmentos de *dolia* presentes nos depósitos intervencionados neste espaço, poder-se-á colocar a hipótese de este ter funcionado como área de armazenagem, o que faria sentido considerando a própria localização anexa à eventual cozinha.

Na Rua de Baixo foi igualmente intervencionado um compartimento interior (Compartimento 1) com cerca de 250 cm de comprimento sendo impossível determinar a sua largura uma vez que este ultrapassa os limites da área de intervenção, facto que também contribuiu para a impossibilidade de esclarecer a sua funcionalidade, à qual acresceu a escassez de materiais arqueológicos associados a este espaço.

Relativamente à fase de abandono dos compartimentos e estruturas mencionadas esta terá ocorrido entre os séculos IV-V d.c como indiciam os materiais arqueológicos provenientes dos níveis de derrube (fragmentos de *tegula*; telhas decoradas com linhas verticais e/ou onduladas digitadas; *terra sigillata* hispânica tardia ; dois numismas cunhados entre 392-395, durante o reinado do imperador Teodósio.) relacionados com estas evidências arqueológicas.



Figura 2 - Vista geral do Compartimento 2.



Figura 3 - Vista geral do Compartimento 3.

A intervenção dos contextos funerários associados à necrópole de Algodres (cerca de 161 enterramentos e 35 ossários), revelou uma estratigrafia complexa resultado da intensa ocupação daquele espaço e reflexo da abertura sucessiva de sepulturas que vão destruindo outras mais antigas e da reutilização de alguns espaços sepulcrais, de que são exemplo os ossários registados, ao longo de vários séculos. Este facto sugere a existência de um núcleo populacional (ou vários, considerando que não seriam só aí sepultados habitantes locais) com alguma densidade na zona, provavelmente, desde a Antiguidade Tardia. Com efeito, os enterramentos mais antigos identificados na área da necrópole parecem enquadrar-se neste período, tendo sido também durante os séculos VI/VII e o século XII que o cemitério terá tido os maiores índices de ocupação.

O Largo do Cruzeiro, fronteiro à Igreja da Misericórdia e à fachada lateral Este da Igreja Matriz revelou a maior concentração de enterramentos na área intervencionada permitindo, deste modo, estabelecer várias fases de ocupação da necrópole, desde a Antiguidade Tardia até ao período Moderno, corroboradas com os resultados das restantes áreas escavadas.

Aqui foi possível registar onze fases de ocupação da necrópole anteriores ao século XII, data de construção da Igreja Matriz que funciona, neste caso, como baliza cronológica. Esta análise é fundamentada na relação estratigráfica entre a vala de fundação desta igreja e alguns enterramentos registados que são destruídos pela abertura daquela vala.

Na fase mais antiga registada nesta área verificam-se exclusivamente sepulturas escavadas no afloramento granítico, ao contrário das restantes fases em que coexistem dois ou três tipos de sepultura, nomeadamente: sepulturas em fossa, sepulturas estruturadas com blocos de pedra de granito e as já referidas sepulturas escavadas na rocha. Refira-se que o faseamento proposto resulta de uma interpretação da matriz, sendo que existem sepulturas que poderiam ser consideradas noutras fases. No entanto, a coexistência de diferentes tipos de sepulturas neste período é evidente.

A coexistência de diferentes tipos de sepultura na mesma fase poderá estar relacionada com o estatuto social do indivíduo sepultado sendo que o investimento económico e de tempo empregue na construção de uma sepultura estruturada com blocos de pedra de granito ou mesmo escavada na rocha é maior do que o dispendido na abertura de uma simples fossa em depósitos pré-existentes. Não obstante, é curioso verificar que na Fase 5 coexistem apenas os dois tipos de sepultura que à partida teriam um maior investimento, o que poderia levantar algumas dúvidas relativamente a esta hipótese, no entanto, trata-se apenas de um fragmento da realidade, uma vez que se está a analisar apenas esta área e esta fase poderá ter correspondência com outra fase nas restantes áreas intervencionadas. Saliente-se que esta correspondência nem sempre foi possível de estabelecer por factores inerentes ao próprio âmbito do trabalho.

No que diz respeito às sepulturas escavadas na rocha estas foram registadas apenas nas fases de ocupação da necrópole anteriores ao século XII. Refira-se que apesar de terem sido identificadas na Rua de Baixo, fachada lateral Norte e fachada principal da Igreja Matriz, estas sepulturas foram enquadradas nesta cronologia por comparação com os resultados obtidos na intervenção efectuada no Largo do Cruzeiro.

Relativamente às problemáticas que este tipo de sepulcro coloca, nomeadamente, ao nível da evolução crono-tipológica das sepulturas e da relação sexo/tipologia dos sepulcros, os resultados da escavação não são muito elucidativos. De facto, devido à intensa ocupação da necrópole demonstrada pela sucessiva abertura de sepulturas que implica quase sempre a destruição de sepulcros de fases anteriores, não foi exequível



Figura 4 - Sepultura escavada na rocha.

determinar a tipologia da maioria das sepulturas abertas no afloramento granítico. Com efeito, foi possível estabelecer a forma de 5 sepulturas antropomórficas no Largo do Cruzeiro e 4 sepulturas não antropomórficas (uma no Largo do Cruzeiro, duas na fachada lateral Norte da Igreja Matriz e uma na fachada principal da mesma igreja) sendo as restantes indeterminadas, ou porque foram destruídas em fases posteriores ou porque não foram completamente definidas (neste caso porque, encontrando-se à cota de afectação, ultrapassavam a área afectada ao projecto de execução da obra). Relativamente à sepultura não antropomórfica registada no Largo do Cruzeiro convém referir que a mesma não se encontra completamente definida, no entanto, considerando que todas as sepulturas identificadas na necrópole apresentam uma orientação *grosso modo* Oeste – Este (com a cabeceira para Oeste de forma a que o indivíduo sepultado pudesse olhar para Oriente) conforme a recomendação canónica e os padrões vigentes no cristianismo, pode-se supor que a parte visível desta estrutura negativa corresponde à cabeceira de uma sepultura ovalada.

A amostra é muito reduzida para tecer considerações sobre estas questões sem entrar no âmbito da especulação, no entanto, a evolução tipológica no sentido do antropomorfismo defendida por Castillo (Tente e Lourenço, 1998:207) e contrariada por diversos autores, parece algo simplista. Na necrópole de Algodres, no Largo do Cruzeiro, a sepultura não antropomórfica, coexiste na Fase 9 com várias sepulturas antropomórficas não sendo possível determinar, pela análise da estratigrafia, relações de anterioridade e/ou posterioridade entre estas. É provável que esta evolução não tenha sido tão linear como afirma Castillo e que tenham "(...) existido evoluções crono-tipológicas regionais ou mesmo locais" (Tente e Lourenço, 1998:207).

No que diz respeito à hipótese colocada por Castillo relativamente à atribuição das sepulturas antropomórficas a indivíduos do sexo masculino e as não antropomórficas a indivíduos do sexo feminino a mesma não se apresenta verosímil face aos resultados da escavação uma vez que o único enterramento associado a uma sepultura antropomórfica, passível de atribuição sexual, corresponde a um indivíduo do sexo feminino.

A análise da estratigrafia coloca ainda questões pertinentes relativas à ocupação e evolução do espaço sugerindo a existência de um templo anterior à actual Igreja Matriz de Algodres. Esta hipótese tem como fundamento as relações estratigráficas de posterioridade (já mencionadas) entre a vala de fundação da Igreja Matriz, com alguns enterramentos registados no Largo do Cruzeiro. A presença de enterramentos anteriores à construção desta Igreja e as características da própria necrópole (a grande intensidade de ocupação do espaço sugere a existência de um núcleo populacional com alguma relevância na zona) pressupõem, à partida, a existência de um espaço sacralizado, sendo de considerar, eventualmente, a existência de um templo. A este respeito refira-se ainda que as estruturas identificadas em frente à fachada principal desta igreja, apesar de não terem relação estratigráfica directa entre si, parecem estar associadas e corresponder aos alicerces de um antigo edifício que poderá estar, eventualmente, associado a um templo anterior à construção desta igreja, não obstante, a informação disponível não é suficiente para afirmar tal sem reservas.

Sobre os inícios da ocupação da necrópole de Algodres subsistem algumas dúvidas. Sabe-se que esta terá sido ocupada desde a Antiguidade Tardia, sendo difícil precisar o século em que terá começado a ser utilizada. Refira-se que junto à fachada lateral Norte da Igreja Matriz registaram-se sepulturas em fossa abertas sobre níveis de abandono dos finais do século IV/V d.c. sem que se tenha registado nenhuma fase de ocupação entre estes momentos, o que sugere um período diacrónico relativamente curto entre os



Figura 5 - Sepultura em fossa.

níveis de abandono do século IV/V d.c. e o início de ocupação da necrópole. A comprovar esta hipótese está a datação proposta para as Fases 1 a 8 no Largo do Cruzeiro que remete o início de ocupação da necrópole para a Antiguidade Tardia<sup>1</sup>. Refira-se ainda a este respeito que na Rua de Baixo a Fase 6 que corresponde à fase mais antiga da necrópole identificada nesta área, inscreve-se na Antiguidade Tardia, considerando não só o facto de o depósito de enchimento de uma das sepulturas apresentar um fragmento de cerâmica comum deste período (o que é manifestamente insuficiente para datar um depósito e conseqüentemente uma fase) mas porque os materiais provenientes das Fases 5 e 7 apresentam as mesmas cronologias.



Figura 6 - Sepultura estruturada com blocos de pedra.

No que diz respeito ao período de abandono da necrópole e, tendo em consideração os resultados da intervenção, sabe-se que esta foi ocupada nos períodos posteriores ao século XII, devendo a sua ocupação ter-se prolongado até ao período Moderno, embora não seja possível atribuir o século exacto, uma vez que não existem muitos materiais datantes associados a estes contextos. Não obstante, a construção da Igreja da Misericórdia nos séculos XVII-XVIII (Fase 17), no Largo do Cruzeiro, que funciona aqui como baliza cronológica, remete as Fases 13, 14, 15 e 16 registadas nesta área para o período Medieval/Moderno. Do mesmo modo, os fragmentos de faiança recolhidos no depósito de enchimento de uma das sepulturas identificadas na Rua de Baixo, parecem comprovar esta interpretação.

Ainda que os resultados desta intervenção permitam considerar a ocupação da necrópole entre a antiguidade tardia e o período Moderno é possível, atendendo aos resultados da intervenção realizada pela Dr<sup>a</sup> Alexandra Soares (2000: 168), que o período de ocupação desta tenha sido mais amplo i.e. entre o século IV e o século XIX.

Neste sentido e considerando os resultados da presente intervenção parece verosímil que Algodres tenha tido uma ocupação desde o século IV d.c. até à actualidade, senão contínua pelo menos reveladora de uma certa permanência da população naquele espaço.

---

<sup>1</sup> Esta datação é baseada na cronologia dos materiais provenientes do depósito [1065] considerado na Fase 8. Apesar de a datação proposta para estas fases poder apresentar algumas reservas atendendo a que se baseiam apenas nos materiais de um depósito (nos restantes depósitos desta fase ou não foram recolhidos materiais ou os mesmos não possibilitaram o estabelecimento de cronologias), o que pode ser insuficiente para datar uma fase, os mesmos apresentam cronologias muito coerentes. E, não obstante, o posicionamento deste depósito na matriz poder ser alterado, tal não invalida a datação proposta para os inícios de ocupação da necrópole.

#### **Bibliografia**

- BARKER, P. (1977), *Techniques of Archaeological Excavation*, Batsford, Londres.  
HARRIS, E. C (1991), *Principios de Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona, Editorial Critica.  
HERCULANO, Alexandre dir. (1917), *Portugaliae Monumenta Histórica – Inquisitiones*, V.1, pars 2, fasc.6, p.789-791, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.  
*III (de 1258)*, Portugaliae Monumenta Histórica - Inquisitiones, V. 1, pars 2, fasc. 6, pp 789-791, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa  
LOURENÇO, Sandra (2007), *O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva*, Trabalhos de Arqueologia 50, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.  
MARQUES, Monsenhor José Pinheiro (2001), *Terras de Algodres (Concelho de Fornos)*. Fornos de Algodres, Câmara Municipal de Fornos de Algodres.  
SOARES, Alexandra e CARDOSO, Hugo (2000), *Intervenção Arqueológica de*

*emergência em Algodres (Concelho de Fornos de Algodres). Resultados preliminares, Actas do IV Encontro de Arqueologia Urbana – Amadora, 10 a 12 de Novembro de 2000, pp 163-169.*

SOARES, Alexandra, CARDOSO, Hugo (2001), *Intervenção Arqueológica em Algodres (Concelho de Fornos de Algodres). Relatório Preliminar.*

TENTE, Catarina (2007), *A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela, Trabalhos de Arqueologia, 47, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.*

TENTE, Catarina e LOURENÇO, Sandra (1998) – *Sepulturas medievais escavadas na rocha dos Concelhos de Carregal do Sal e Gouveia: estudo comparativo, Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 1, número 2, pp 191-218.*

VALERA, António Carlos (1993), *Património Arqueológico do Concelho de Fornos de Algodres, 1ª Fase da Carta e Roteiro. Lisboa, Associação de Promoção Social, Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres.*

VALERA, António Carlos (1990), *Sepulturas escavadas na rocha do Concelho d Fornos de Algodres, G.A.F.A.L.*

## **Abstract**

### **Archaeological intervention in Algodres: preliminary report**

This article presents the results of the archaeological intervention conducted in the historical centre of Algodres (Fornos de Algodres, Guarda). The results of the current intervention, though limited by the partial reading of reality (it is noted that the intervention area is related to the allocation of the draft implementation of the work), allowed the identification of contexts associated with the necropolis of Algodres and also housing contexts that are, broadly, related to the late Roman period.

Although the results of this intervention consider the occupation of the necropolis during the late antiquity and the modern period, it is possible, given the results of the previous intervention, that the period of occupation was wider, probably between the fourth and the nineteenth century.

## CULTURE AND TAPHONOMY AT THE ISLAMIC NECROPOLIS OF XANCRA II, BEJA

Ricardo Miguel Godinho<sup>1</sup>  
Sandra Brazuna<sup>2</sup>



Figure 1 - Skeleton [726] of the Islamic necropolis of Xancra II, Beja.

### 1. Introduction

There are, and there have been, innumerable cultures (for a definition of culture, see, for example: Geertz, 1993; Hicks and Gwynne, 1994; Mai *et al.*, 2005; Giddens, 2008) in several societies. Cultures may present specific values and norms (for a definition of values and norms see: Giddens, 2008). Given the holistic and integrated “nature” of culture (Hicks and Gwynne, 1994), these values are reflected in the practices and customs of the respective societies. We may, thus, observe in several dimensions of a society and of its culture the reflections of its values and norms. One of the fields in which these may be observed is funerary behaviour. In fact, funerary behaviour reflects the culture that produced it (Cunha, 1994). Therefore, as we observe a cemetery/necropolis we may, as well, observe the specific cultural patterns that produced these contexts. Funerary rites are evidences of ritual gestures (Fogelin, 2007). These gestures, or behaviours, may be regarded as symbols with specific meanings. Symbols and their specific meanings are integrated in the cultural systems to which they belong (Geertz, 1993). Funerary rites, thus, reflect the cultural contexts to which they belong and are susceptible of being used as indicators of the culture that produced them and of the religious systems to which they are associated (Fogelin, 2007).

As cultures produce the funerary contexts they also act over their preservation. Culture is, therefore, an indisputable taphonomic agent (Nawrocki, 1995).

Despite the necropolis of Xancra II presented three distinct cultural contexts, which should represent three different necropolises, in the present paper we will focus only on the Islamic group (for a detailed description of the three funerary contexts and of the whole archaeological site see: Brazuna and Godinho (2008) or the forthcoming paper Brazuna and Godinho (2009)). We first briefly characterize the archaeological site and then enumerate the criteria used to determine the cultural horizon of the individuals. After the determination of the cultural context we use the presence/absence of the funerary reutilization of the Islamic necropolis of Xancra II as a means to regard culture as a taphonomic agent.

### 2. The archaeological site

The archaeological site of Xancra II is located South of Cuba and East of Faro do Alentejo, Cuba (Beja). It is implanted on the top of a small hill with good visibility over the surrounding area and near a water line. Next to it there is a roman *villa* (*Villa do Xancra*) and some medieval archaeological materials (oral information of Dr. Teresa Ricou).

The site was relocated in a prospection for an EIA (Environmental Impact Study) in the context of the construction of the irrigation net of Alvito-Pisão (Caninas, 2005; Caninas *et al.*, 2006; Caninas and Monteiro, 2006). The archaeological intervention sought to minimize the impacts on the cultural

<sup>1</sup> ERA Arqueologia / NIA; Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.

<sup>2</sup> Era Arqueologia / NIA

heritage caused by the construction of hydrous infrastructures by EDIA, S.A. There were three phases of intervention. During one of these phases pre-historic pits were identified. These were associated to a recent pre-historic settlement, of which two ditches may be observed through aerial photographs. In the last phase of the intervention 79 graves were identified. Of these, 12 were out of the affected area by EDIA. Hence, 67 of the 79 graves were excavated. The phasing of the archaeological contexts of the necropolis was determined through the following factors: stratigraphic relations among the several stratigraphic units; construction techniques and grave typology; funerary ritual. Three phases were identified.

Phase I is characterized by funerary use of the space. It seems to be the oldest necropolis, composed by three graves, and it presents features that clearly distinguish it from the other phases.

Phase II corresponds to a set of small interfaces with approximately 1m long by 0,30 m to 0,40 m wide and 0,15 m to 0,20 m of depth. They present an oval or sub-rectangular shape. The interfaces are nearly parallel to each other with a general orientation of SW/NE. No skeletons and/or funerary spoil was found in any of these negative structures. They were not considered as graves after the excavation process (although they were initially classified as graves). These structures pre-exist the Islamic graves.

Phase III corresponds to a funerary use of the space. The necropolis presents two types of funerary ritual. These should represent two different cultures: probably Christian and Islamic. The graves of the different cultures of this phase are grouped in two areas that do not seem to overlap.

For a more detailed description of each of the phases, of the different cultural horizons of the necropolises and of the whole archaeological site see Brazuna and Godinho (2008) or the forthcoming paper Brazuna and Godinho (2009).

### **3. Material and methods**

The determination of the cultural horizon to which the individuals belong was based upon ritual/funerary criteria. The following characteristics of the skeletons and/or graves of the Islamic necropolis were used:

- Orientation of the grave and of the skeleton;
- Position of the skeleton;
- Position of upper members;
- Position of the lower members;
- Presence/absence of funerary spoil.

To determine the presence/absence of the reutilization of the graves we used the following criteria:

- Stratigraphic principles (Harris, 1991);
- Presence/absence of mingled remains in the graves;
- Presence/absence of incomplete human remains due to antropic factors.

### **4. Results**

The individuals of the Islamic group were generally inhumed in lateral right *decubitus*, with the heads oriented to southwest and feet to northeast. The cranium was invariably over the right side (as expectable). The position of the

upper members varied between: stretched; with the hands/forearms next to the pelvis or abdomen. The legs were semi-flexed to the right or stretched (see: Figure 1). None of the individuals presented any funerary spoil (see: Table 1).

A minimum number of 33 individuals was exhumed from the Islamic group. The maximum number is of 34. Due to the taphonomic factors (antropic and non-antropic) two individuals cannot be regarded unequivocally as belonging to the Islamic group (skeletons [659] and [811]). The individuals were deposited in a total of 32 graves.

Of the 32 graves only one (grave 2) evidenced the presence of funerary reutilization of the space. This grave contained the remains of a minimum number of two individuals and a maximum number of three. The remaining graves contained one sole skeleton.

Hence, only 3% (1) of the total number (32) of the graves presented funerary reutilization of the space (see: Figure 2).

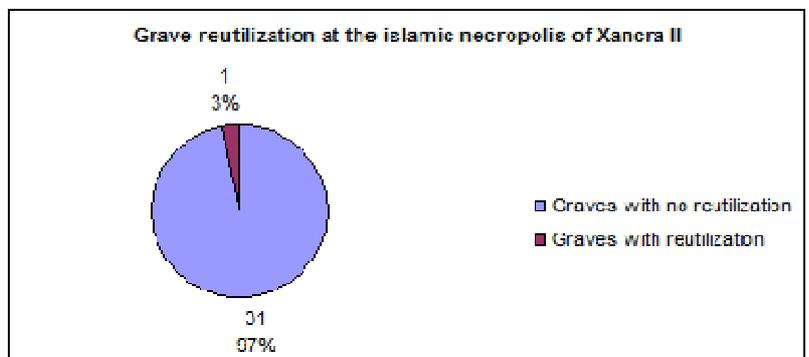


Figure 2 - Grave reutilization at the Islamic necropolis of Xanra II.

## 5. Discussion

The funerary/ritual characteristics of these individuals are compatible with known Islamic funerary rites:

- Islamic individuals seldom present funerary spoil (Torres and Macias, 1995; Macias, 2005);
- the body should be oriented with the head to south/southwest and the face facing east (Torres and Macias, 1995; Macias, 2005);
- grave reutilization was not usually admitted (Torres and Macias, 1995; Macias, 2005).

The almost total lack of reutilization of the graves is highlighted. As mentioned, this reflects the usual prohibition of their reutilization (Torres and Macias, 1995; Macias, 2005). Nonetheless, this does not imply that such cases may not exist in other Islamic funerary sites. Cultures are dynamic and evolve due to endogenous/internal and/or exogenous/external factors (Hicks and Gwynne, 1994). Therefore, diachronically we may observe different behaviours in one same society. Likewise, synchronically we may observe different behaviours in societies that present similar cultures, or even in the same one.

The almost total lack of reutilization of the graves has obvious impacts over the preservation of the skeletons. This results in the non-disturbance of the

remains, in higher degrees of preservation and better representation and integrity indexes, which has obvious impact on the characterization of the paleodemographic and paleoepidemiologic profiles of past populations. This would be the case in the present necropolis if other taphonomic factors wouldn't have resulted in the general degradation of the bones.

In the present case, the cultural profile of the population of the Islamic necropolis of Xanra II promoted the better preservation of the remains and the potential better knowledge of this population, especially if other taphonomic agents did not have negative impact over the remains.

### **Bibliography**

- BRAZUNA, S.; GODINHO, R. M. 2008. *Xanra II (Cuba), fase 3 - Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Lisboa, Era Arqueologia, S.A.
- BRAZUNA, S.; GODINHO, R. M. 2009. O sítio arqueológico do Xanra II (Cuba). *Apontamentos de Arqueologia e Património*, No prelo.
- CANINAS, J. C. 2005. *Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Execução do Troço de Ligação Alvito-Pisão*. PROCESL, EDIA.
- CANINAS, J. C.; MONTEIRO, M. 2006. *Blocos de Rega Alvito-Pisão: Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução*. PROCESL, EDIA.
- CANINAS, J. C.; SABROSA, A.; HENRIQUES, F.; MONTEIRO, M. 2006. *Estudo de Impacte Ambiental dos Blocos de Rega Alvito-Pisão*. PROCESL, EDIA.
- CUNHA, E. 1994. *Paleobiologia das Populações Medievais Portuguesas - Os casos de Fão e S. João de Almedina*. Tese de doutoramento, Antropologia, Universidade de Coimbra.
- FOGELIN, L. 2007. The archaeology of religious ritual. *Annual Review of Anthropology*, 36: 55-71.
- GEERTZ, C. 1993. Religion as a cultural system. In: Geertz, C. (eds.). *The Interpretation of Cultures*, Glasgow, Fontana Press: 87-125.
- Giddens, A. 2008. *Sociologia*, 7ª edição. Lisboa, Fundação Caloust Gulbenkian.
- HARRIS, E. C. 1991. *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*, Barcelona, Editorial Crítica.
- HICKS, D.; GWYNNE, M. 1994. *Cultural Anthropology*, New York, HarperCollins College Publishers.
- MACIAS, S. 2005. *Mértola - O último porto do Mediterrâneo*, 1. Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.
- MAI, L. L.; OWL, M. Y.; KERSTING, P. 2005. *The Cambridge Dictionary of Human Biology and Evolution*, New York, Cambridge University Press.
- NAWROCKI, S. P. 1995. Taphonomic processes in historic cemeteries. In: Grauer, A. L. (eds.). *Bodies of Evidence, reconstructing History through skeletal analysis*, New York, Wiley-Liss: 49-66.
- TORRES, C.; MACIAS, S. 1995. Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola. In: Mattoso, J. (eds.). *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa: 11-44.

### **Resumo**

#### **Cultura e tafonomia na necrópole islâmica de Xanra II, Beja.**

As culturas têm valores e normas específicos que se reflectem nas suas diversas dimensões. Uma destas é o comportamento funerário. Tal como as culturas produzem comportamentos funerários estas também actuam sobre a preservação dos indivíduos presentes nestes contextos.

A intervenção no sítio arqueológico Xanra II permitiu a escavação de diversos contextos. Entre estes encontram-se três necrópoles de horizontes culturais distintos. No presente artigo analisaremos as características funerárias dos indivíduos e abordaremos a cultura enquanto agente tafonómico na necrópole islâmica do Xanra II. Para este efeito usamos a presença/ausência de reutilização funerária das sepulturas como eixo de análise.

Grave number	Skeleton	Orientation of the grave and of skeleton	Position of skeleton	Position of cranium	Position of superior members			Position of inferior members			Presence of funerary spoil
					Left arm	Right arm	Right leg	Left leg	Right leg	Right leg	
1	662 SO - NE		Lateral right decubitus	Not observable	Fore arm over the abdomen	Stretched	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
2	656 SO - NE (grave); Not observable (skeleton)		Not observable	Not observable	Not observable	Not observable	Not observable	Not observable	Not observable	No	
2	660 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Not observable	Not observable	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
2	668 SO - NE		Not observable	Not observable	Stretched	Not observable	Not observable	Not observable	Not observable	No	
3	654 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Not observable	Not observable	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
4	659 SO - NE		Not observable	Not observable	Not observable	Not observable	Stretched	Stretched	Stretched	No	
5	684 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Not observable	Not observable	Not observable	Stretched	Stretched	No	
10	712 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Hand next to the pelvis	Stretched	Stretched	Stretched	No	
11	725 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Not observable	Not observable	Stretched	Stretched	Stretched	No	
12	702 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Stretched	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
14	713 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Fore arm over the abdomen	Stretched	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
18	753 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Stretched	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
20	718 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Hand next to the pelvis	Stretched	Stretched	Stretched	No	
22	767 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Hand next to the pelvis	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
24	695 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Stretched	Stretched	Stretched	Stretched	No	
25	727 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Hand next to the pelvis	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
26	726 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Stretched	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
33	588 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Stretched	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
34	591 SO - NE		Lateral right decubitus	Not observable	Hand next to the pelvis	Stretched	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
37	714 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Stretched	Stretched	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
38	667 SO - NE		Dorsal decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Not observable	Stretched	Stretched	Stretched	No	
42	768 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Not observable	Stretched	Stretched	Stretched	Stretched	No	
46	765 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Not observable	Stretched	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
49	777 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Hand next to the pelvis	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
52	751 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Stretched	Stretched	Stretched	Stretched	No	
53	750 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Not observable	Stretched	Stretched	Stretched	No	
58	682 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Stretched	Stretched	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
59	690 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Fore arm over the abdomen	Not observable	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
64	694 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Stretched	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
68	787 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Stretched	Not observable	Stretched	Stretched	Stretched	No	
70	811 SO - NE (grave); Not observable (skeleton)		Not observable	Not observable	Not observable	Not observable	Not observable	Not observable	Not observable	Not observable	
72	741 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Stretched	Stretched	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
73	774 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Hand next to the pelvis	Stretched	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	No	
74	805 SO - NE		Lateral right decubitus	Over the right	Not observable	Stretched	Semi flexed to the right	Semi flexed to the right	Stretched	No	

Table 1: Funerary/ritual characteristics of the individuals at the Islamic necropolis of Xanra II, Beja.



## A FERRARIA DA FOZ DO ALGE. ELEMENTO PATRIMONIAL SUBMERSO

Leonor Medeiros<sup>1</sup>



Figure 1 – Vista sobre a ferraria parcialmente submersa na foz do Alge em Março de 2007.

*Nas margens da Ribeira de Alge, em Figueiró dos Vinhos, encontram-se os vestígios de um dos mais importantes testemunhos para a história do desenvolvimento industrial do país. Representou na altura as esperanças e investimento postos na auto-suficiência e industrialização do país - expectativas a que não correspondeu - e hoje não é mais do que uma ruína submergida pelas águas da albufeira da barragem de Castelo de Bode.*

*Trata-se de um elemento patrimonial sob condições de acessibilidade, visibilidade e conservação fortemente condicionadas e reduzidas, mas que constitui uma referência para o percurso histórico e tecnológico do país que urge preservar na memória e história a nível local e nacional.*

A Ferraria da Foz do Alge apresenta-se como uma estrutura industrial que atravessou três séculos de história de Portugal, laborando de 1692 a 1759, e de 1802 a 1834, abrangendo os períodos moderno e contemporâneo. Foi instalada junto à foz da Ribeira de Alge, de que tomou o nome, na sua margem esquerda e perto do ponto em que esta desagua no Rio Zêzere, no local da Foz de Alge, freguesia e concelho de Figueiró dos Vinhos, distrito de Leiria.

A fixação desta ferraria respondeu a prioridades de implantação de carácter prático que nesta região eram ricamente providas: a sua centralidade no país e a possibilidade de recorrer à via fluvial<sup>3</sup> para o escoamento da produção; a presença de um núcleo de ferro muito localizado nesta região de Alvaíazere e Figueiró dos Vinhos, uma das “minas de ferro mais importantes em Portugal”<sup>4</sup>, reconhecido na época por qualidade e quantidade<sup>5</sup>; a abundância de pinhal e de mata (dado situar-se nas franjas do pinhal de Leiria), sendo o combustível de fácil acesso e minimizando as despesas com transporte; e os diversos fornos de cal nas redondezas, utilizada no processo de fundição.

Toponímia variada demonstra a amplitude dos trabalhos de extracção e transformação do minério de ferro na região, onde se fixaram também outros estabelecimentos de grande relevo e importância para o país. Nesta área delimitou em 1655 o rei D. João IV os distritos das ferrarias de Tomar e de Figueiró dos Vinhos<sup>6</sup> reconhecendo o particular potencial deste território, cuja riqueza levou a que se concentrassem nesta região diversas ferrarias, das quais ficaram como referência as de Tomar: Prado e S. Lourenço, e as de Figueiró dos Vinhos: Machuca e Foz do Alge.

<sup>1</sup> Ative – Património Vivo, Lda.

<sup>3</sup> MENEZES 2001, p.287: Haveria uma “concentração das empresas metalúrgicas na confluência dos rios Tejo e Zêzere, que favorece o escoamento da produção pela facilidade de comunicações”.

<sup>4</sup> *Metallurgia*, 1905, p.9: As “minas de ferro mais importantes em Portugal, são na Serra dos Monges, em Evora e Moncorvo, no districto do Porto e em Leiria”.

<sup>5</sup> CORDEIRO 1895, p.399: segundo João de Castro e Severim de Faria: “De ferro há bastantes nas villas de Penella e Thomar” e “O ferro de Thomar é o melhor do mundo, pois d'elle se costuma fabricar as espingardas mais estimadas de todos os príncipes”.

<sup>6</sup> Regimento de 20 de Agosto de 1655.

Fundada em 1692, fruto da política de fomento industrial de D. Pedro II, a Ferraria da Foz de Alge foi erigida sob a direcção técnica de operários franceses, já responsáveis por outras ferrarias da região. Utilizava o que era na altura a tecnologia mais avançada na Europa, os altos-fornos, e recorria à sua posição em leito de ribeira como força motriz para funcionamento de diversos mecanismos da ferraria. Situada numa zona interior, os funcionários, regidamente recompensados, resultariam de um aproveitamento da mão-de-obra excedentária do trabalho agrícola, logo não especializada, implicando a necessária contratação de técnicos (fundidores, mineiros, etc.) que, não havendo em Portugal, tiveram de vir do estrangeiro, essencialmente da França e da Alemanha.

Por volta de 1735 já as ferrarias da região de Tomar estariam desactivadas, mas as ferrarias de Figueiró dos Vinhos só terão deixado de funcionar cerca de 1759, “em razão do nenhum proveito que d’ellas se tirava”, ou pela sua “pouca utilidade, pela má conducção das lenhas, de que nellas se servião, concorrendo mais que tudo a insufficiente administração dos Officiaes, que nellas se occupavaõ”<sup>7</sup>. Embora o trabalho do ferro pudesse ser uma das “principais opções industrialistas da primeira metade de setecentos”<sup>8</sup>, já no período pombalino esta actividade careceu de medidas de fomento, associando-se este período a uma decadência deste núcleo de ferrarias. No entanto não serão de menosprezar questões relacionadas com a má administração e baixo rendimento das ferrarias, motivos que terão levado o Marquês de Pombal a decretar o encerramento das ferrarias de Tomar e de Figueiró dos Vinhos em 1750 e 1761 respectivamente.

O século XIX é no entanto de investimento no fabrico de ferro em Portugal, sendo este o material por excelência da maquinaria industrial e símbolo dessa mesma industrialização. Nesse sentido é criada a Intendência Geral de Minas e Metais do Reino no ano de 1802 - sendo seu intendente José Bonifácio de Andrade e Silva - com o objectivo de incentivar e desenvolver não só a extracção mineira como também o trabalhar desses minérios, não descurando outras áreas intrínsecas, como a existência de florestas para a extracção da lenha e da cepa com que se alimentam os fornos e forjas.

É nesse ano que sai o regimento que instiga a que “princiapiem desde já a trabalhar com toda a actividade (...) as Minas e Ferrarias de Figueiró dos Vinhos”, sendo que por essa altura apenas a ferraria da Foz do Alge estava em condições de, com reparações, poder continuar a laboração, apesar da ruína em que 41 anos de inactividade a terão deixado<sup>9</sup>.

Nesta segunda fase de laboração salienta-se a influência técnica alemã, tendo vindo da Alemanha em 1803 mineiros e fundidores, entre eles os mestres Stieffel, Luís Warnhagem (fundidor) e Guilherme Echwege (condutor de minas). Os ensaios de fundição foram mal sucedidos, sendo que em Janeiro de 1804, dando-se alterações na presidência do Erário Régio, suspende-se o financiamento dos trabalhos e estes cessam. Definindo-se a nova forma da administração de minas a 4 de Maio desse ano, esta Intendência Geral passa a estar sob a jurisdição da Real Fábrica de Sedas e Águas Livres, tendo a ferraria de novo ordem para laborar em Agosto. São no entanto constantes os maus resultados dos trabalhos da ferraria, mesmo com reparações ou a introdução de novas técnicas. Fundições são interrompidas por motivos vários, que passam pelo encravamento da fornaça, falta de combustível, e mesmo em períodos de seca.

---

<sup>7</sup> PESSOA, J. 1790, p.383.

<sup>8</sup> MENEZES, A. 2001, p.300.

<sup>9</sup> *Ferro* in SERRÃO, J. 1984, p.408: “só existia e em mau estado a fabrica da Foz do Alge”.



Figure 2 – Vista sobre a ferraria parcialmente submersa na foz do Alge em Junho de 2007.

Aquando das invasões francesas de 1807, com a desordem provocada nos serviços centrais em Lisboa, a ferraria terá ficado sem indicações da Intendência até 1811. De facto, com o estabelecimento da família real e da corte portuguesa no Brasil, dá-se um investimento neste país em detrimento de Portugal, sendo que os técnicos alemães da Foz d'Alge (nomeadamente Warnhagem e Echwege) são chamados para o Brasil, onde estarão por trás do movimento de desenvolvimento das ferrarias na colónia feita metrópole.

Em Dezembro de 1811 “foram do arsenal do exercito os meios precisos para a fundição de balas, dois moldadores e dois vasadores, chegando tambem á fabrica um fundidor allemão, Hildambrand”<sup>10</sup>; começando-se a fundição a dia 30, em Janeiro a sangria não augurava uma boa produção, sendo que a 21 de Março foi terminada “pela ruina da obragem, falta de vento, mau estado dos folles e porque a cepa estava molhada”<sup>11</sup>, resultando 2.732 arrobas de ferro, mais de metade em projecteis - que foram na maioria rejeitados por terem os hemisférios desencontrados - e a gusa, o metal fundido restante, não se pôde aproveitar para o refino. Os resultados do inquérito promovido pela Intendência concluíram que “o resultado da má fundição fôra ignorancia, desmaselo e má vontade”<sup>12</sup>. Nos anos seguintes manteve-se o infortúnio dos trabalhos na ferraria, quer na fundição quer no refino, ora por avarias nas estruturas, ora porque a cepa estava molhada, ora por falta de conhecimentos técnicos.

Veio ainda a produzir, sob a intendência de Eschwege, medalhas com a representação de D. Miguel e do Senhor dos Passos, que terão ficado demasiado imperfeitas para poderem ser postas à venda. Outras encomendas, como cilindros para a Casa da Moeda ou grelhas para barcos do Tejo, saíram também de tal modo imperfeitas que nomeadamente este último cliente terá lamentado não mandar fazer a encomenda na fábrica de Belém, em Lisboa. Esta terá sido uma das maiores concorrentes da fábrica da Foz de Alge no séc. XIX, juntamente com as importações de Inglaterra e da Suécia. Haverá no entanto a apontar a complacência do Governo, algo desligado do funcionamento desta ferraria que, mesmo sendo propriedade do Estado, se encontrava sujeita às leis de oferta e de procura de qualquer entidade particular. A Ferraria do Alge acabará assim por encerrar em 1834, aquando da vitória de D. Pedro IV, dado o seu balanço geral de mau funcionamento, fraca produção e grande prejuízo para o Estado.

Curioso será que, apesar das repetidas falhas e defeitos de produção, do dispêndio de dinheiro que lá se fez, e mesmo falhando quase todos os objectivos da sua existência, quer produtivos quer enquanto formativo de técnicos portugueses, ainda após o seu encerramento muito se escreveu defendendo a sua reabertura<sup>13</sup>, mobilizando-se nomeadamente uma comissão que lá se dirigiu em 1851 para analisar a possibilidade do seu reactivamento, e chegando a projectar-se um orçamento para a recuperação do açude. No entanto a ferraria permaneceu inactiva, provavelmente ocupada e em bom estado de conservação, como é ainda visível na carta militar da zona, de 1947.

Virá no entanto a ser lentamente coberta pelas águas no início da década de 1950, com a construção da barragem de Castelo de Bode. A construção desta obra foi o culminar do processo de apagamento da ferraria, quer das suas estruturas físicas quer da sua memória, uma acção irreversível e de

<sup>10</sup> CORDEIRO, J. 1895: p.411.

<sup>11</sup> Idem, *Ibidem*, p.412.

<sup>12</sup> Idem, *Ibidem*, p.412.

<sup>13</sup> Por exemplo, na Memoria sobre as Ferrarias da Foz do Alge de José Lapa, de Abril de 1837, defende-se que “as ferrarias da Foz do Alge não devem ser abandonadas, e devem fazer-se trabalhar regularmente, ainda à custa de algum sacrificio do Thesouro”.

fortes consequências, causando o acentuar de uma gradual degradação, com as estruturas submersas deteriorando-se à mercê das correntes. O mais devastador impacto ocorreu no entanto com a construção de duas pontes para circulação viária que atravessam a Ribeira de Alge naquele ponto, a última das quais em 2004. Fotos retiradas aquando de obras na barragem de Castelo de Bode, que diminuíram grandemente o caudal da ribeira, revelam a dimensão dos danos, sendo possível que toda a secção a jusante da ponte tenha desaparecido, como a casa da aposentadoria, os armazéns da gusa e do ferro refinado, e o quartel dos soldados e do Fiel dos armazéns.

No entanto, as estruturas remanescentes são ainda parcialmente visíveis. Estando grande parte das estruturas submersas para além da altura do telhado, apenas os edifícios de maior altura podem ser observados. Estas, tal como estavam visíveis no início de Abril de 2007, resumiam-se a uma parte do açude, correspondente ao início da levada, à chaminé da Casa do Refino, e ao topo do edifício da Casa de Fundição, que ainda apresenta a sua ligação à “Casa do preparo das minas no andar superior”, e possivelmente ainda serão visíveis vestígios do “Armazém da Cepa” por entre a vegetação que cobre a margem.

Também o material produzido pela Ferraria se encontra oculto, embora minuciosamente descrito no vasto espólio documental que sobreviveu até hoje no Arquivo e Biblioteca Históricas do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Seriam objectos de carácter prático, feitos em grande quantidade e usadas correntemente, formas banalizadas pela quantidade em que são produzidas, sendo a origem totalmente secundarizada em face da sua função prática. Daí que esse espólio (que seria principalmente artilharia, como canhões (que poderão ainda subsistir na colecção de canhões reunida no Museu Militar), balas ou granadas, mas também muito de instrumentos de lavoura, utensílios de cozinha, ferraduras, pregos, e outras ferramentas), mesmo que tenha resistido até hoje, será impossível de atribuir à ferraria.

A memória oral atribui ainda a esta Ferraria o sino da Igreja Matriz e a Cruz de Ferro do concelho. Embora essa autoria não esteja para já comprovada nos documentos, estes são também elementos patrimoniais que compõem a oferta cultural do concelho de Figueiró dos Vinhos, oferta essa que poderá ser orientada de modo a criar uma proposta de turismo que valorize esta parte da sua história.

Aquando deste estudo, em 2007, um trabalho que seria apenas de pesquisa, ajudando a escrever a história da ferraria, acabou por se tornar indissociável de uma componente de apologia à sua protecção e valorização.

Enquanto “riqueza cultural frágil e não renovável”<sup>14</sup> e tendo em conta que a utilização e revitalização deste tipo de património arqueológico é a melhor maneira de o conservar - dado que assegura a sua permanente vigilância, promoção e protecção - o seu estudo deve ser encarado não só em termos da informação técnica, social e histórica que pode fornecer à comunidade científica, mas também questionando-se sobre qual o papel que este património pode ter junto da sociedade civil e quais as suas possíveis utilizações na actualidade.

Enquadrável no campo da polémica Arqueologia Industrial, ficou desde logo patente que essa associação não abona em seu favor quando se trata da sua promoção no imaginário em geral, nem da sua protecção e classificação, ainda inexistente. Embora completamente enquadrada na legislação<sup>15</sup>, em

---

<sup>14</sup> ICOMOS 1990: Carta Internacional sobre a Protecção e Gestão do Património Arqueológico, Lausanne: Artigo 2º.

<sup>15</sup> A Lei de Bases para o património cultural português (nº107/01), artigo 2º, abrange “bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de



Figure 1 – Vista para montante sobre a ferraria parcialmente submersa na foz do Alge em Março de 2007.

termos práticos constata-se que ainda se torna difícil pôr em pé de igualdade em termos de valor patrimonial um objecto do passado próximo, com actuação recente na malha territorial e na vida económica da sociedade, como seja o património industrial, com um objecto de um passado mais remoto, de conhecimento difícil, desconhecido e por isso envolto em mitos.

A visibilidade, e mesmo o meio aquático em que se insere a Ferraria da Foz de Alge, são alterados constantemente, à mercê das movimentações ocorridas quer na Barragem da Bouçã, a montante no Rio Zêzere, quer na barragem de Castelo de Bode, a jusante. No entanto, até que ponto é que a fraca acessibilidade física e visual do sítio pode justificar o seu apagamento enquanto sítio patrimonial? Poderá ser colocado em paralelo com tantos outros sítios arqueológicos que são promovidos apesar de apenas parcialmente postos a descoberto? Não se questionando a relevância do investimento nas infra-estruturas que são as barragens, sempre rodeadas de polémica devido ao seu forte impacto, caberá no entanto àqueles que têm por responsabilidade gerir património ter a capacidade de ser inventivos e dinâmicos face às condicionantes colocadas, encontrando novas formas de utilizar o potencial e as características dos monumentos e sítios para a promoção da educação e da oferta de lazer.

Numa primeira abordagem duas possibilidades se afiguram adequadas no sentido de promover a Ferraria da Foz de Alge enquanto elemento integrador da oferta cultural e turística de Figueiró dos Vinhos. Por um lado, como ponto fulcral do “distrito das ferrarias”, já definida no séc. XVII, e que, numa perspectiva interconcelhia, interliga as ferrarias de Figueiró e as de Tomar, bem como os sítios abastecedores de matérias-primas e as rotas de escoamento dos produtos. Algo caídos no esquecimento, estes pontos podem ser reunidos e agrupados num percurso que recontre a actividade de extracção e transformação do minério de ferro nesta região, repondo a sua validade no registo histórico-cultural nacional.

Por outro lado, existe em Figueiró dos Vinhos um elemento aglutinador rico em potencial, a Ribeira de Alge, que, atravessando todo o concelho de Norte a Sul, reúne outros vestígios de actividade industrial, seja o núcleo de moinhos de água abandonados na zona do Campelo, os moinhos recuperados, visitáveis, mais a jusante, ou o local atribuível à Ferraria da Machuca, bem como diversos pontos de beleza cénica e natural, como sejam a nascente e a foz do Alge, as Fragas de S. Simão, ou outros pontos interesse, como a Aldeia do Xisto de Casal de S. Simão. A ribeira seria assim uma linha condutora e unificadora, promovendo o conhecimento e usufruto destes locais e assegurando a sua preservação na memória das populações e visitantes, mantendo-o activo.

Várias outras opções serão seguramente relevantes e válidas, sendo no entanto fulcral que se mantenha como suporte orientador a noção de que, embora em condições muito específicas e limitadoras, este património continua a existir, e mantém a carga histórica e social que adquiriu ao longo do seu extenso período de laboração; embora hoje se saliente da sua história o infortúnio e a incapacidade de realizar com qualidade e sucesso os seus objectivos, esta estrutura é indiscutivelmente um marco histórico das

---

interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização” (alínea 1), sendo esse “interesse cultural relevante, designadamente histórico (...), científico, social, industrial ou técnico” (alínea 3). Contempla ainda, nas suas “Disposições gerais”, artigo 3º, o estabelecimento de “formas de protecção, e correspondentes regimes, especialmente aplicáveis aos bens culturais ou a certo tipo de elementos integrantes do património arqueológico (...) ou a novos tipos de bens culturais, nomeadamente os que integrem o património electrónico ou o património industrial”.

energias e expectativas em torno da industrialização e desenvolvimento do país, que não deve ser permitido desaparecer, muito menos em silêncio.

### **Bibliografia**

- CARVALHO, J. 1953: A ferraria da Foz de Alge, Separata dos fascs.3-4 do vol. VIII de “Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro”, Porto
- CARVALHO, J. 1954: A ferraria da Foz de Alge – Período de Alexandre António Vandelli, Separata dos fascs.1-4 do vol. IX de “Estudos, Notas e Trabalhos” do Serviço de Fomento Mineiro, Porto
- CARVALHO, J. 1955: A ferraria da Foz de Alge, Separata dos fascs.1-2 do vol. X de “Estudos, Notas e Trabalhos” do Serviço de Fomento Mineiro, Porto
- CARVALHO, J. 1955 (2): A ferraria da Foz de Alge, Separata dos fascs.3-4 do vol. X de “Estudos, Notas e Trabalhos” do Serviço de Fomento Mineiro, Porto
- CORDEIRO, J. 1895: Memoria ácerca da fábrica da Foz do Alge, in Apontamentos para a Historia da Artilheria Portuguesa, Typographia do Comando Geral da Artilheria
- LAPA, J. 1837: Memoria sobre as Ferrarias da Foz do Alge, in D.G nº 85 de 12 de Abril de 1837
- MENEZES, A. (coord.) 2001: Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil - Nova História de Portugal, Volume VII, Lisboa: Editorial Presença
- PESSOA, J. 1790: Memoria Sobre as fábricas de ferro de Figueiró, in Memórias Económicas, Tomo II, Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa
- SERRÃO, J. (dir.) 1984: Dicionário de História de Portugal, Volume II, Porto: Livraria Figueirinhas
- 1905: Metallurgia, Manual do Operário, Lisboa: Bibliotheca de Instrução e Educação Profissional

### **Abstract**

#### **The Foz do Alge Ironworks – A submerged heritage**

On the banks of the stream of Alge, in Figueiró dos Vinhos, are the remains of one of the most important testimonies to the history of Portugal's industrial development. It represented at the time the hopes and investment placed on the self-sufficiency and industrialization of the country – expectations which it did not meet – and today it is no more than a ruin submerged by the waters of the dam of Castelo de Bode.

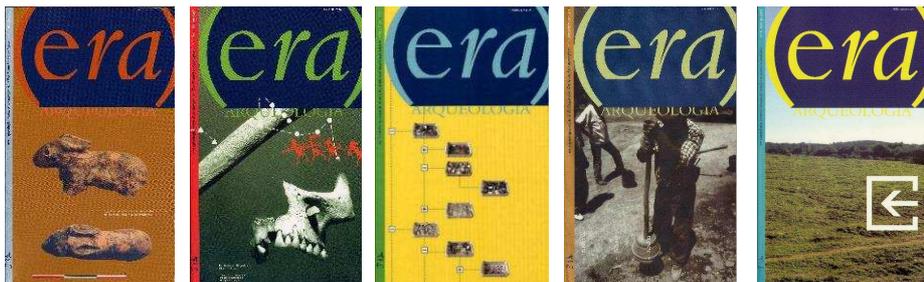
It is an heritage asset under severely constrained conditions of accessibility, visibility and preservation, but which constitutes a reference to the country's historical and technological course and must be preserved in memory and history, at both local and national levels.



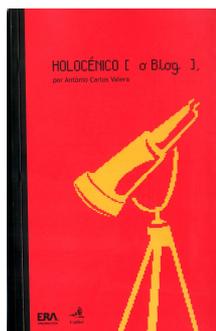
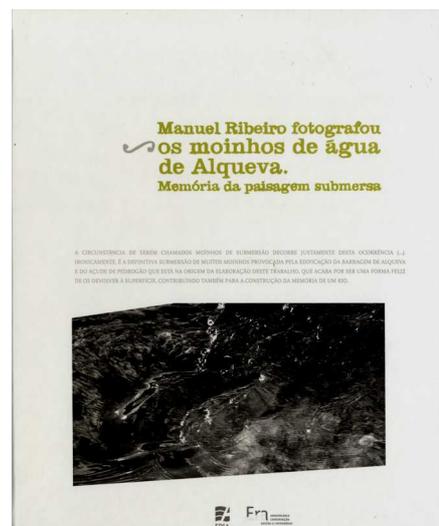
# OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ERA ARQUEOLOGIA

## Série ERA Arqueologia

Oito volumes publicados entre 2000 e 2008



## Livro de fotografias de Manuel Ribeiro sobre os moinhos de água de Aqueva



## "Holocénico [o blog]" de António Valera

Textos sobre produção de conhecimento,  
património, arqueologia e o seu ensino e  
profissão.

ERA Arqueologia S.A.  
Calçada de Santa Catarina, 9C  
1495-705 Cruz Quebrada  
- Dafundo

[www.era-arqueologia.pt](http://www.era-arqueologia.pt)  
[geral@era-arqueologia.pt](mailto:geral@era-arqueologia.pt)  
[nia@era-arqueologia.pt](mailto:nia@era-arqueologia.pt)